



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Os Filhos dos Candangos: Exclusão e Identidades



Edson Beú Luiz

Brasília
2007

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História – Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos

Os Filhos dos Candangos: Exclusão e Identidades

Edson Beú Luiz

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Márcia de Melo Martins Kuyumjian
Dept.^o. de História, UnB (Orientadora)

Prof. Dr. Aldo Paviani
Dept.^o. de Geografia, UnB

Prof.^a Dr.^a Nancy Aléssio Magalhães
Dept.^o. de História, UnB

Prof.^a Tereza Negrão
Dept.^o. de História, UnB (Suplente)

Brasília, 27 de setembro de 2007

Luiz, Edson Beú.

Os Filhos dos Candangos: Exclusão e Identidades / Edson Beú Luiz. Brasília, 2007.

139 p. :il.

Orientadora: Márcia de Melo Martins Kuyumjian.

Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de
Brasília, Brasília.

1. Candangos. 2. Filhos. 3. Exclusão. 4. Identidade. 5.
Ceilândia.

I. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em História.

II. Título.

DEDICATÓRIA

Aos candangos, sobreviventes do sonho.

Aos filhos, herdeiros da memória.

À comunidade da Ceilândia, sinônimo de superação.

AGRADECIMENTOS

À companheira Mônica, pelo carinho e estímulo.
Ao meu pai, e à minha mãe, que me ensinou a soletrar.
À profª. Márcia, pela amizade e eficaz orientação.

RESUMO

Esta pesquisa estabeleceu como objetivo central analisar os efeitos que as experiências vividas pelos candangos tiveram no processo de construção da identidade dos filhos. Levou-se em conta que a trajetória dos trabalhadores que participaram da edificação de Brasília, incluindo o período posterior à inauguração, foi movida inicialmente pelo sonho de uma vida melhor, seguida de inúmeras adversidades, em um cenário de perdas e ganhos, que envolveu múltiplas rupturas, inclusive de natureza cultural. A partir desse contexto, procurou-se investigar e compreender os sentimentos herdados pelos filhos em relação à cidade, com ênfase nas noções de identidade, memória, representação e imaginário. Os pesquisados são, em sua grande maioria, filhos de candangos que viviam no antigo núcleo de favelas conhecido por Vila do IAPI e que foram removidos, em 1971, para a recém-criada cidade-satélite de Ceilândia (DF), recorte espacial deste estudo. A delimitação temporal vai do ano de 1956 a 2007. Trata-se de um trabalho de História Oral, desenvolvido com realização de entrevistas, cujo teor foi submetido à metodologia da Análise de Discurso. Entre as conclusões, destacam-se: os filhos dos candangos se percebem excluídos sócio-espacialmente da capital que os pais construíram, expressando, por isso, grande ressentimento. Devido a mistura de raças, vêem Brasília como uma cidade sem identidade própria e de cultura indefinida. A origem diversificada da população poderá vir a confirmar a predição de Freyre (1968) de que Brasília produzirá uma geração mais “completamente” brasileira, resultado de um intenso processo de miscigenação. Os pais, ao exercerem o papel de narradores, aparecem como principal elemento constitutivo da memória dos filhos dos candangos em relação à cidade.

Palavras-chaves: candangos, filhos, exclusão, identidade, Ceilândia.

ABSTRACT

This research was objected to analyze the possible effects of the experiences that Candangos, pioneers' children who were born in Brasilia, had in the construction of their children's identity. It was taken into consideration the fact that the lives of the workers who participated in the construction of Brasilia were motivated by the dream to have a better life in a win and lose environment which involved various ruptures specially the cultural ones. This study sought to investigate and understand the feelings inherited by their children regarding the city focusing on the notions of identity, memory, representation and imaginary. The subject of this research was mostly consisted of Candangos' children who used to live in the old IAPI village and were removed to the satellite city of Ceilandia (DF) that had been just created in 1971. This is an Oral History work developed through interviews in which the content was subjected to the Discourse Analyses methodology. Among the conclusions we can point out Candangos' children's resentment to find themselves socially isolated from the capital constructed by their parents. Due to great mixture of races, they see Brasília as a city without its own identity and with undefined culture. The diversify origin of the population will be able to confirm the forecast of Freyre (1968) that Brasília will produce a generation more "completely" brazilian, result of the miscegenation process. Parents while playing the role of narrators is the major memorial element for Candangos' children in relation to the city.

Key words: candangos, children, exclusion, identity, Ceilândia.

RESUMEN

Esta investigación establece como objetivo central analizar los posibles efectos que las experiencias vividas por los "candangos" tuvieron en el proceso de construcción de la identidad de los hijos. Se tomó en cuenta que la trayectoria de los trabajadores que participaron de la edificación de Brasília, incluyendo el período posterior a la inauguración, fue movida inicialmente por el sueño de una vida mejor, seguida de innumerables adversidades, en un escenario de pérdidas y ganancias, que involucra múltiples rupturas, incluso de naturaleza cultural. Se buscó investigar y comprender los sentimientos heredados por los hijos en relación a la ciudad, con énfasis en las nociones de identidad, memoria, representación e imaginario. El público investigado fue constituido, en su gran mayoría, por hijos de "candangos" que vivían en el antiguo núcleo de poblaciones Vila do IAPI y mudados, en 1971, para la recién creada ciudad periférica de Ceilândia (DF). Se trata de un trabajo de Historia Oral, desarrollado con la realización de entrevistas, cuyo contenido fue sometido a la metodología de Análisis de Discurso. Entre las conclusiones, se destacan: los hijos de los "candangos" se perciben excluidos socio-espacialmente de la capital que los padres construyeron, por tal razón expresado por un gran resentimiento. Los hijos de los "candangos" ven a Brasília como una ciudad sin identidad propia y de cultura indefinida. Debido a la gran mezcla de razas, miran Brasília como una ciudad sin identidad propia y de cultura indefinida. El origen diversificado de la población podrá llegar a confirmar la predicción de Freyre (1968) de que Brasília producirá una generación más "completamente" brasileña, resultado de un intenso proceso de miscegenación. Los padres, al ejercer el papel de narradores, son el principal elemento constitutivo de la memoria de los hijos de los "candangos" en relación a la ciudad.

Palavras-claves: candangos, hijos, exclusión, identidad, Ceilândia.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	23
1.1 – Referencial teórico.....	23
1.2 – Referencial metodológico.....	38
CAPÍTULO II – OS CANDANGOS E O AMBIENTE DE TRABALHO.....	44
2.1 – Alojamento, bóia e violência.....	48
2.2 – Acidentes de trabalho.....	55
CAPÍTULO III – CEILÂNDIA: A DESCONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO E CULTURAL.....	66
3.1 – “Aquele não era o nosso mundo”.....	68
3.2 – Limites do Planejamento urbano.....	85
CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	98
4.1 – Exclusão do pai “herói” ressoa no sentimento dos filhos.....	100
4.2 – Os filhos vêm a cidade pelo coração dos pais.....	101
CONCLUSÕES.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

LISTA DE ELEMENTOS ILUSTRATIVOS

— Fotografias

Foto 1: Operários na Esplanada dos Ministérios.....	46
Foto 2: Damião.....	55
Foto 3: Construção da Capela N. S. de Fátima.....	56
Foto 4: Construção do Congresso Nacional e o “Vinte e Oito”.....	58
Foto 5: Otacílio.....	62
Foto 6: Clementino.....	62
Foto 7: Gegê.....	62
Foto 8: Cenário pós-incêndio. Núcleo Bandeirante, 1960.....	67
Foto 9: Casal Cosme e Avani.....	69
Foto 10: Cenário da Vila do IAPI, 1971.....	73
Foto 11: Cenário de Ceilândia, 1971.....	73
Foto 12: Cenário de Ceilândia, 1971.....	73
Foto 13: Maria Izabel.....	81
Foto 14: Barraco à venda. Vila Metropolitana, 1985.....	92
Foto 15: Maria das Mercedes.....	95
Foto 16: Igreja São José Operário. Candangolândia, 1985.....	96
Foto 17: Casa de dona Alba. Vila Planalto, 1992.....	96

— Mapas

Mapa 1 – Distribuição Territorial do Distrito Federal, 2007.....	18
--	----

— Quadros

Quadro 1: Distâncias entre os terminais rodoviários de algumas cidades-satélites e a Estação Rodoviária de Brasília.....	84
Quadro 2: Como os filhos dos candangos vêem os pais.....	99
Quadro 3: Como os filhos dos candangos vêem a cidade.....	100

— Tabelas

Tabela 1: Renda domiciliar e <i>per capita</i> mensal, segundo as Regiões Administrativas Do Distrito Federal.....	87
--	----

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é constituída de uma “Introdução” e quatro capítulos. A “Introdução” traz um esboço histórico dos anos que envolveram a construção e o período posterior à inauguração de Brasília e, ainda, explicita os objetivos, o grupo pesquisado e a opção metodológica.

O primeiro capítulo, “Referencial Teórico e Metodológico”, apresenta os princípios teóricos que fundamentaram a base das discussões deste estudo, com ênfase nas noções de identidade, memória, representação e imaginário. O Capítulo II, intitulado “Os Candangos e o Mundo do Trabalho”, expõe as condições de trabalho sob as quais eram submetidos os operários (candangos) que participaram da construção da capital. O Capítulo III, “Ceilândia: a Desconstrução do Espaço Físico e Cultural”, trata dos reveses sofridos pelos trabalhadores e respectivos filhos após a inauguração, processo marcado pela remoção de milhares de famílias de operários para a periferia, contexto no qual se insere a criação da cidade-satélite de Ceilândia. O Capítulo IV, “Resultados e Discussão”, analisa os discursos dos entrevistados com base nos referências teóricos e metodológicos relacionados no Capítulo I e nos contextos delineados nos Capítulos II e III. Por fim, vêm as “Conclusões”.

INTRODUÇÃO

Os anos da construção de Brasília são lembrados com muitos adjetivos, geralmente contraditórios. Entre eles, destaca-se o peso dado às palavras “árduo e extraordinário” utilizadas pela escritora Ana Miranda¹, ao se referir ao cotidiano dos construtores da capital, ela que chegou à região antes da inauguração, ainda menina. Árduo, pelas condições de trabalho que determinaram o dia-a-dia de todos aqueles que se desdobravam em horas extras nas obras, ao ritmo dos “50 anos em 5”², conhecido *slogan* do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira³. Extraordinário, entre outros aspectos, pela experiência inusitada de autoridades máximas do Poder e os candangos comungarem o “mesmo espírito de luta” em busca de um objetivo comum, segundo a percepção do arquiteto Oscar Niemeyer⁴, referida por Holston (1993).

Nesta pesquisa, a categoria “candangos” é constituída pelos operários da construção civil, peões de obra, trabalhadores braçais, a maioria deles, de pouca escolaridade, às vezes, analfabetos, que chegaram ao Planalto Central na segunda metade da década de 1950 para participar da construção da nova capital da República. Adotei aqui, portanto, a acepção empregada por Souza (1978), Ribeiro (1980), Teixeira (1982), Zarur (1991), Holston (1993) e Silva (2003).

É importante relembrar que a construção de Brasília foi precedida de um intenso embate. Logo após Juscelino Kubitschek (JK) ser eleito e anunciar seu programa de governo, não faltaram adversários à idéia da mudança da capital para o interior do país. Mesmo assim, o bloco oposicionista, liderado pela União Democrática Nacional (UDN) do deputado Carlos Lacerda, aprovou a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), pré-requisito legal básico para iniciar a execução do projeto. Esse aparente gesto de boa vontade da oposição escondia, na verdade, a intenção de arruinar politicamente o presidente, segundo testemunho verbal, via telefone, feito pelo seu primo e ex-deputado Carlos Murilo dos Santos. Ao votar favoravelmente, os antagonistas pensavam estar oferecendo a pá para JK cavar o próprio “túmulo político”,

¹ Comunicação pessoal via Internet, 28.07.2006

² Revista *Nosso Século*, v. 8. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

³ Mineiro de Diamantina, médico, foi prefeito de Belo Horizonte, deputado federal, governador de Minas Gerais e presidente da República no período de 31.01.1956 a 31.01.1961.

⁴ Diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes (1934), autor dos principais projetos arquitetônicos de Brasília: www.wikipedia.org, acesso em 01.03.2006.

segundo desabafa o fundador (OLIVEIRA, 2000), uma vez que nenhum deles acreditava na viabilidade da construção da capital.

Mas a proposta do presidente JK contava com forças bem maiores do que a oposição podia imaginar. Fora dos círculos políticos, o país estava empenhado de “corpo e alma” com a causa de Brasília, segundo avaliação de Freyre (1968). A capital era vista por milhões de brasileiros com uma auréola de “terra prometida”⁵, o que levou o mesmo autor a dizer que a obra representava o que de mais “grandiosamente messiânico” o futuro podia anunciar à população naquela época, sob forma de uma cidade.

Superados todos os obstáculos, a capital foi inaugurada e depois consolidada como sede do governo federal ao longo dos anos. E hoje, quando estimulados a falar sobre a “Era JK”, os ex-operários manifestam, num misto de orgulho e nostalgia, intensa auto-estima por terem participado daquela epopéia. Não importam as agruras dos canteiros de obra e, pelo menos num primeiro momento, o fato de terem sido excluídos da capital que ajudaram a construir. O que expressam, em suas histórias de vida, é um lampejo de glória de se sentirem protagonistas daquele período histórico. Por isso, nenhum deles fala mal do ex-presidente ou reclama das precárias condições de vida e de trabalho a que foram submetidos. Quando se referem àqueles tempos, o fazem com um brilho nos olhos, acompanhado apenas de boas lembranças. A respeito, Holston (1993, p. 212) constatara: “É surpreendente ver que, sem exceção, nos contatos que tive, sua amargura se dirige ao período posterior à inauguração” e nunca a Juscelino ou aos antigos patrões.

A obra de JK estava inserida na chamada Era de Ouro (HOBBSAWM, 1997), período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, caracterizado pelo clima de euforia que tomou conta da população dos países do Primeiro Mundo, onde o capitalismo rendia generosos dividendos sociais, fazendo com que o sonho de consumo se transformasse em uma extasiante realidade. Embora o próprio Hobsbawn (1997) ressalve tratar-se de um fenômeno ligado essencialmente às nações desenvolvidas, admite que, por motivos diversos, boa parte da economia mundial fora também favorecida por um “surto” de progresso naquela mesma época. No Brasil, Juscelino pretendia reinscrever uma nova ordem (HOLSTON, 1993), o que significava livrar o

⁵ Silva (1997) relata a associação de imagens de cunho mitológico e messiânico, tais como “terra prometida”, “paraíso”, “eldorado”, à capital em construção. Para Carvalho (2001), a transferência da sede do governo federal para a região Centro-Oeste causou uma alteração no mapa das “regiões de promessas” do país, antes concentradas em São Paulo e nos cafezais do Paraná.

país da dependência do café e implantar indústrias de base e de bens duráveis⁶, e também romper com um ciclo vicioso de golpes de Estado — o último havia sido o Estado Novo (1937-1945) — que perdurava desde o início da República. “Era o Brasil-pastoril-e-agrícola que, aos poucos, se transformava. Era o Brasil-pequena-indústria-manufatureira que adquiria maturidade, ingressando na era da intensa industrialização”, afirmaria o próprio presidente (OLIVEIRA, 2000, p. 91).

Assim é que a “Era JK” trazia algumas marcas muito próprias da Era de Ouro: o conceito de *modernidade* — desenhado nas curvas inovadoras das obras de Oscar Niemeyer; *industrialização* — representada pela chegada de grandes montadoras de automóveis, e *progresso social*, gerado pelas oportunidades de negócio e a contratação maciça de mão-de-obra pela indústria da construção civil no imenso canteiro de obras de Brasília. Também durante aquele mandato, o Brasil sagrava-se, pela primeira vez, campeão mundial de futebol, e os acordes da bossa nova começavam encantar o mundo com o violão de João Gilberto. Contraditoriamente, o país era sacudido por um total de 205 greves, o endividamento externo atingia níveis críticos e a inflação saltava de 19,2% em 1956, ano da posse do presidente, para 30,9% em 1960, último ano de governo⁷.

Além da conjuntura econômica desfavorável, outros elementos de cunho político-partidário, incluindo o fato de JK, ainda no exercício do mandato, ser acusado de “trair” a candidatura do correligionário marechal Henrique Teixeira Lott (BASBAUM, 1976), seu fiel aliado, fizeram com que a “era de ouro” dos candangos tivesse vida curta, encerrando-se exatamente no dia 31 de janeiro de 1961, data da posse do oposicionista Jânio Quadros, eleito com apoio de uma coligação liderada pela agremiação partidária União Democrática Nacional (UDN), desde o início, crítica ferrenha ao projeto de transferência da capital para o interior do país.

Hobsbawm (1997) diz que ninguém está certo sobre o que a “circunstância histórica” está disposta a conceder, especialmente em relação aos pobres, em um momento marcado pela incerteza, como era o caso. Mas, como os operários temiam, ela não seria nada generosa. Logo após tomar posse, uma das primeiras medidas adotadas pelo presidente recém-eleito foi suspender uma série de obras, provocando uma onda de desemprego na cidade. A instabilidade política causada pela inesperada renúncia de

⁶Fonte: Revista *Nosso Século*, v. 8. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

⁷Fonte: Revista *Nosso Século*, v. 8. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Jânio Quadros, oito meses após a posse, ameaçava jogar definitivamente por terra o sonho de uma vida melhor que os operários acalentaram durante a Era JK.

Pela Constituição, o vice-presidente João Goulart, Jango, como também era conhecido, assumiria o governo automaticamente. Mas houve uma forte reação no meio militar, que não via com bons olhos a posse do natural sucessor, devido à sua linha ideológica declaradamente de esquerda. Para complicar, enquanto Jânio se demitia, Jango visitava a China socialista no auge da Guerra Fria⁸. Somente após uma difícil negociação com as Forças Armadas, o vice recebeu sinal verde para desembarcar em Brasília e tomar posse com o poder minado por um parlamentarismo arranjado à última hora.

A nação foi jogada em um cenário de incertezas. Os peões de obra ainda não tinham idéia exata de como a crise política poderia afetá-los. Durante o governo Jango, os problemas econômicos iniciados na gestão JK multiplicaram-se. A inflação, por exemplo, chegou a 52% em 1962⁹. Na tentativa de aplacar os ânimos do bloco da direita, o presidente perdia apoio na área sindical, seu tradicional reduto eleitoral, uma vez que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesma legenda do ex-presidente Getúlio Vargas. O país foi parcialmente paralisado por uma sucessão de greves e manifestações patrocinadas por entidades de várias tendências ideológicas, desde a ultradireitista Tradição, Família e Propriedade (TFP) a sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, estes últimos exigindo a reforma agrária, um dos grandes nós do governo.

Em 14 de junho de 1962, os operários da construção civil de Brasília participaram de uma grande passeata. Os candangos saíram às ruas para protestar contra a paralisação das obras e o conseqüente desemprego. Havia trabalhadores de todas as categorias, mas os peões de obra, vítimas da recessão na indústria de construção civil, formavam o maior contingente (BEÚ, 2006). Desde as primeiras horas da manhã, eles começaram a descer em direção ao Plano Piloto¹⁰. Vinham manifestantes de todos os lugares do Distrito Federal (DF), a pé, de carona e em ônibus superlotados das cidades-satélites. A multidão reuniu-se na Estação Rodoviária e seguiu em passeata rumo à Praça dos Três

⁸ Designação atribuída ao conflito político-ideológico entre os Estados Unidos da América (EUA), defensores do capitalismo, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), adepta do socialismo, ocorrido entre o final da Segunda Guerra Mundial e a extinção da URSS: www.wikipedia.org, acesso em 22.01.2007.

⁹ Fonte: Revista *Nosso Século*, v. 9. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

¹⁰ Perímetro urbano desenhado pelo arquiteto Lúcio Costa.

Poderes, gritando palavras de ordem. A Esplanada dos Ministérios ficou repleta de faixas e cartazes de todos os matizes ideológicos.

A Brasília de Juscelino saía de cena. Se já não era mais o palco dos candangos antes de Jânio pedir demissão, muito menos agora. A maioria dos canteiros de obra continuaria desativada, apesar dos protestos. O caos político e econômico culminaria na implantação do golpe de Estado em 1964. Jogava-se aí a pá de cal nos sonhos dos candangos, uma vez que o fundador da capital fazia parte da extensa lista de inimigos dos ditadores, tendo, em seguida, seus direitos políticos cassados por dez anos. A maioria dos operários se sentiu politicamente órfã quando o ex-presidente foi obrigado a tomar o caminho do exílio. Em 14 de junho de 1964, JK embarcava para a Europa. Mas o mito ficava.

Hoje, aos quarenta e sete anos de idade, a cidade já passou por transformações tão significativas que seus idealizadores dificilmente poderiam antevê-las. Logo após a inauguração, os governos locais começaram a colocar em prática a política de extinguir os antigos acampamentos de operários, uma ameaça que se fazia latente desde a pós-inauguração. Os ex-operários, construtores de Brasília, em sua grande maioria, foram removidos para a periferia, passando a morar em assentamentos inóspitos, embriões de cidades-satélites, destituídos de infra-estrutura básica e longe do mercado de trabalho que ajudava a garantir a sua subsistência. A experiência de remoção de maior impacto envolveu a construção da cidade-satélite de Ceilândia, denominação originária da sigla CEI, que significava Campanha de Erradicação das Invasões. Em consequência de uma gestão de política urbana que privilegiava o aspecto administrativo em detrimento do social, a grande maioria dos candangos e filhos passou a viver em núcleos periféricos. A prática de remover contingentes de sem-teto — “invasores”, como qualificava o governo — veio acompanhada de um intenso processo de ocupação territorial. Dezenas de cidades-satélites foram criadas, alterando drasticamente a paisagem demográfica da região. Já no ano 2000, o Censo do IBGE mostrava uma população de 2.041.000 habitantes. Desse total, apenas 9,6% residiam no Plano Piloto.

Os canteiros de obra já foram há muito tempo desmontados, os operários seguiram os mais variados destinos e o fundador JK, transcorridos mais de quatro décadas, é agora apenas uma nostálgica lembrança. Mesmo assim, os candangos remanescentes ainda se recordam, com peculiar nitidez, de quase tudo que vivenciaram durante os anos da construção. Digo quase tudo porque é provável que alguns quadros tenham sido apagados, conscientemente ou não, devido à propriedade seletiva da

memória (ALBERTI, 1990; DUBY, 1989; POLLAK, 1992). Eles falam sobre esse passado com intensa auto-estima, talvez pelo fato de terem sido reconhecidos no discurso oficial da época como indivíduos-chave de um “momento glorioso” da história do país, uma vez que o governo tentava forjar uma nova identidade nacional com a utilização da imagem deles próprios (HOLSTON, 1993).

Acompanhando a trajetória desses contadores de história, havia uma testemunha muito especial, que via, ouvia e pouco falava: os filhos, ainda crianças ou, no máximo, pré-adolescentes. Eles sentiram, uns mais outros menos, a luta dos pais pela sobrevivência nos canteiros de obra. E sofreram, talvez de maneira ainda mais intensa, as conseqüências das rupturas físicas, emocionais e culturais provocadas pelas remoções adotadas pelo governo. Segundo preconiza Silva (1997), existe um acordo secreto entre todas as gerações, pelo qual aqueles que vivem no presente foram esperados pelos homens do passado. Em meio às mudanças pelos quais a capital já passou, e partindo do princípio que o “acordo” foi cumprido, que pegadas os pais deixaram para os filhos no rastro de suas histórias? Eis a problemática que orienta esta pesquisa, aqui reiterada com uma outra indagação: qual o efeito da experiência de eles perdidos vivida pelos candangos sobre a geração seguinte?

Ressalve-se que os filhos dos candangos vivem hoje em um cenário completamente diferente daquele presenciado pelos pais na segunda metade da década de 1950: o corre-corre da era Era JK foi substituído pela velocidade informatizada dos *chips*¹¹ produzidos no Vale do Silício, em Hong Kong ou Cingapura; da tensão da Guerra Fria, restaram, como principal marco, os escombros do Muro de Berlim, jogado ao chão em 1989; a divisão internacional de trabalho, intensificada pela globalização da economia, solapou antigos alicerces do movimento sindical pois, conforme assinala Woodward (2000, p. 21), “o movimento global do capital é geralmente muito mais livre do que a mobilidade do trabalho”.

A propósito, Santos (2003) esclarece que o fenômeno que se costumou nomear de “globalização” não é nada novo. Pelo contrário, remonta aos meados dos Séculos XV e XVI, estando ligado às formas de expansão européia e ao nascimento do capitalismo. Trata-se, portanto, de um processo cujo aceleração vem incorporando cada vez mais áreas geográficas do mundo e, conseqüentemente, submetendo à lei de mercado um número de atividades cada vez maior. O que talvez se verifica hoje é o “clímax” de um

¹¹ Dispositivos eletrônicos dotados de circuitos integrados e/ou microprocessadores, utilizados na indústria de informática: www.mercadolivre.com.br, acesso em 22.02.2007.

fenômeno que traz junto a presença de todos os passados pois, “de alguma forma, todos os passados estão conosco”, sublinha o autor. Seguindo o mesmo raciocínio, Hall (2005) afirma que apenas estamos vivendo “a última fase da globalização”.

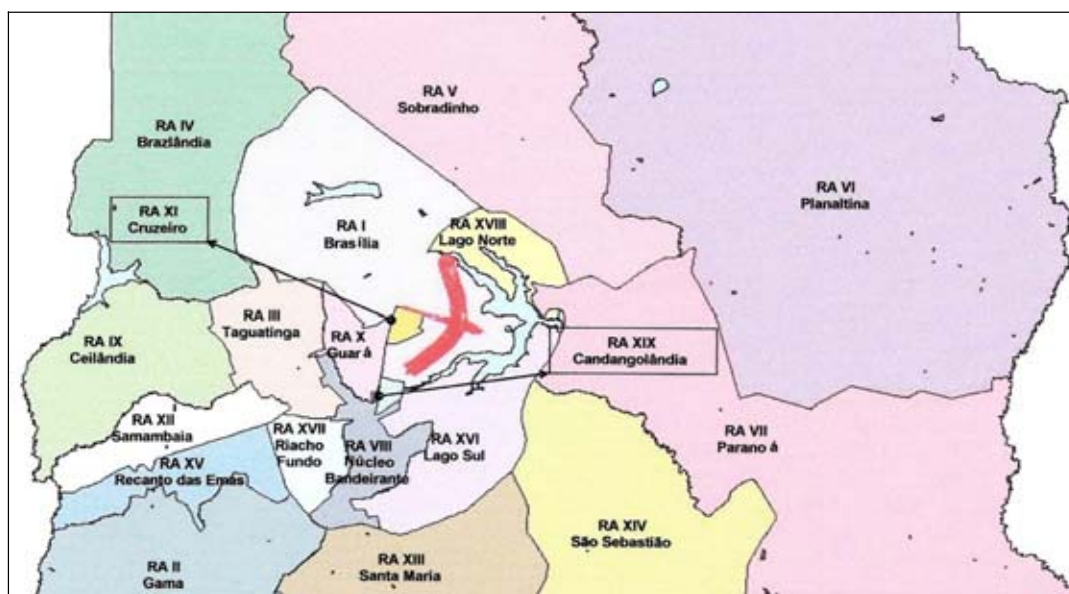
Apesar das grandes transformações ocorridas nos últimos trinta anos, é preciso considerar as peculiaridades, a heterogeneidade e as contradições sócio-culturais próprias das comunidades locais, principalmente quando se trata do fenômeno identitário. Nem sempre as mudanças de abrangência mundial e nacional atingem, total e mesmo parcialmente, os micro-universos da instituição local. Não raro, provocam uma reação inversa, fortalecendo o movimento das minorias, entre outros. Hall (2005) é categórico ao afirmar que a globalização não afeta as diferentes localidades do mundo de forma igualitária. Ou seja: por mais abrangentes que sejam seus impactos, não deve, por exemplo, produzir efeitos iguais nos moradores do Plano Piloto e da Ceilândia, cidade-satélite¹² localizada na extrema periferia do Distrito Federal, entre Brazlândia e Samambaia¹³, e que constitui o recorte espacial desta pesquisa (Mapa 1). O recorte temporal vai de 1956, primeiro ano de mandato do presidente Juscelino Kubitschek, a meados de 2007.

A propósito, Woodward (2000) diz que o indivíduo se posiciona de maneira diferenciada em função de cada momento e de cada lugar, envolvendo, com isso, diferentes identidades, entendimento que vai de encontro ao conceito de “posicionamento relativo das identidades” de Cabral (2004).

¹² Embora oficialmente substituída pela nomenclatura “Região Administrativa”, adotei, neste trabalho, a denominação “cidade-satélite”, por constituir um referencial urbano consagrado pela população desde a inauguração da capital.

¹³ Samambaia, cidade-satélite criada em 1989. Brazlândia, fundada em 1933, foi incorporada ao território do Distrito Federal, a exemplo de Planaltina. Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias do DF (SEPLAN), 2007.

Mapa 1 – Distribuição Territorial do Distrito Federal



Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias do DF (SEPLAN), 2007

No âmbito das mudanças sociais e históricas ocorridas durante o período delimitado neste trabalho, vale citar Silva (2003), para quem os rostos são “armazéns do passado” que expressam a inquietude do presente. Daí, é possível supor que as remoções de favelados para a periferia da capital não apagaram as marcas ressignificadas ao longo do tempo. Da reelaboração da memória dos candangos filtram novos sentidos que permitem atualizar sonhos esquecidos e esperanças perdidas.

Agora são os filhos que re-elaboram e recontam a história de uma cidade idealizada para ser um marco da brasilidade e, por ironia, é vista como uma vitrine de desigualdade social de uma nação. E daqueles que foram expulsos dos barracos erguidos nas adjacências do espaço nobre do Plano Piloto, alguns ainda nos braços dos pais, emerge uma nova representação sobre a capital.

— Justificativa

Em relação às questões ora levantadas, cabe esclarecer que existem diversos trabalhos acadêmicos sobre os peões de obra que edificaram a capital da República, entre eles, os desenvolvidos por Ribeiro (1980), Teixeira (1982) e Sousa (1983). Todavia, a respeito do sentimento de identidade herdado pelos filhos dos candangos,

nada constava no portal da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), segundo levantamento realizado em 23.10.2006. Parto do pressuposto de que os resultados deste trabalho poderão contribuir para a melhor compreensão do processo de construção do perfil cultural e identitário da população do Distrito Federal.

Acho oportuno fazer ainda o seguinte registro: os contatos que mantive com os ex-operários desde a década de 1980, ao exercer a profissão de jornalista¹⁴, e a publicação do livro *Expresso Brasília – a história contada pelos candangos*, serviram-me de fonte de inspiração para a realização desta pesquisa. As precárias condições de vida, aparentemente compensadas pelo orgulho de terem participado da obra de JK, cujo carisma continuava reluzente entre eles, as manifestações contraditórias, que variavam do júbilo ao desencanto, o falar alto de uns e o silêncio de outros instigaram-me a tentar compreender como tudo isso refletia em seus ouvintes mais próximos: os filhos. Trata-se, portanto, de um trabalho pelo qual tinha grande interesse pessoal, o que vai de acordo com os pressupostos relacionados por Cardoso (1981).

— Objetivos

O **objetivo central** desta pesquisa foi analisar os possíveis efeitos que as experiências vividas pelos candangos durante a edificação de Brasília, incluindo o período posterior à inauguração, tiveram sobre o processo de construção da identidade dos filhos em relação a Brasília. Sob esse arcabouço, estabeleci os seguintes **objetivos subordinados**:

1. investigar e compreender o sentimento de pertença herdado pela primeira geração descendente de candangos em relação à cidade;
2. registrar os elementos mais freqüentes na constituição da memória dos filhos desses operários em relação à construção de Brasília, levando em conta aqueles considerados por Pollak (1992): pessoas e personagens; acontecimentos; lugares.
3. observar qual o significado atribuído pelos filhos dos candangos às categorias candango, pioneiro, piotário e brasiliense.

¹⁴ Naquela época, trabalhei no *Jornal de Brasília* e *Correio Braziliense*. Em ambos os casos, na editoria de “Cidade”, responsável pelo noticiário de assuntos vinculados à comunidade local.

— Grupo pesquisado e Roteiro de Entrevista

Em função do intenso e desordenado processo de ocupação territorial ocorrido no Distrito Federal, especialmente a partir da década de 1970, quando o número de cidades-satélites saltou de nove para vinte e duas¹⁵, e levando em conta a heterogeneidade das respectivas populações, decidi fazer um recorte espacial na periferia a ser estudada. Ceilândia foi escolhida devido a seus antecedentes históricos, principalmente por ter sido usada como projeto-piloto de uma política de remoção, cuja experiência causaria enormes transtornos à vida dos contingentes envolvidos, como será visto no Capítulo III.

O grupo pesquisado foi constituído por filhos de candangos moradores na cidade-satélite de Ceilândia, criada em 1971 no âmbito da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), desenvolvida pelo governo local. Foram entrevistadas 25 (vinte e cinco) pessoas. Vinte e uma delas eram filhos de trabalhadores que haviam sido removidos da antiga favela conhecida por Vila do IAPI, localizada nas cercanias da Saída Sul da cidade, extinta pelo governo na mesma época da fundação daquela cidade-satélite. Os outros quatro depoentes, antes de se mudarem para Ceilândia, moravam na Vila Metropolitana, local do antigo acampamento de técnicos e operários de uma empreiteira do mesmo nome¹⁶, situado próximo à Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante.

As entrevistas foram gravadas e o material transcrito submetido à Análise de Discurso. A respeito, Thompson (2002) considera a entrevista um instrumento eficiente e versátil quando utilizada em trabalhos de história oral. Uma de suas vantagens, diz o autor, é a de mostrar que a capacidade de expressão das pessoas é muito rica, independente de sua condição social. “O gravador tem permitido que a fala da gente comum — sua habilidade narrativa, por exemplo — seja, pela primeira vez, seriamente compreendida” (THOMPSON, 2002, p. 41).

¹⁵ Cidades-satélites (ou Regiões Administrativas) existentes no Distrito Federal até 1968: Planaltina, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Cruzeiro, Brazlândia, Sobradinho, Sobradinho II, Gama e Guará. Idem, criadas a partir de 1971: Ceilândia, Samambaia, Paranoá, Santa Maria, Riacho Fundo, São Sebastião, Recanto das Emas, Águas Claras, Varjão, Sudoeste/Octogonal, Itapoá. O surgimento de novos núcleos urbanos periféricos, associado à proliferação ilegal de condomínios residenciais, causaria um acelerado aumento da população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal já possuía 2.051.000 habitantes no ano 2000, dos quais, apenas 9,5% morando no Plano Piloto. Ceilândia registrou a maior população do DF com 332.455 habitantes, o equivalente a 15,9% do total. Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias do Distrito Federal (SEPLAN), 2007.

¹⁶ Companhia Metropolitana de Estradas.

A fim de assegurar a abordagem das questões que seriam discutidas nesta pesquisa sem, no entanto, restringir a fala dos depoentes, adotei o modelo de entrevista semi-estruturada. Para isso, elaborei um Roteiro de Entrevista constituído de duas partes: a primeira, “Informações Preliminares”, de cunho formal, teve como objetivo colher dados que esboçassem uma prévia contextualização dos entrevistados. A segunda, que inclui as questões mais diretamente relacionadas à proposta deste trabalho, acha-se subdividida em dois blocos temáticos: o “Bloco temático 1”, que vai da primeira à sexta pergunta, refletiu uma preocupação de estimular o entrevistado a falar sobre o pai; e o “Bloco temático 2” procurou registrar opiniões, sentimentos e demais valores que o depoente tinha em relação à cidade.

A estrutura do Roteiro de Entrevista foi orientada pelo seguinte raciocínio: se o objetivo era captar subjetividades e outros elementos herdados do pai, os quais podiam ter influenciado o sentimento de identidade do filho em relação a Brasília, e levando em conta a capacidade de projeção da memória — (MAGALHÃES, 2002, 2004; SILVA, 1997; THOMPSON, 1993), este último autor, enfatizando particularmente o meio inter-familiar — pareceu-me indicado iniciar a entrevista abordando questões que aflorassem as lembranças compartilhadas entre pais e filhos. Além de revolver o que Pollak (1989) chama de “memórias subterrâneas”, esperava que as respostas pertinentes ao “Bloco Temático 1” pudessem, de alguma forma, auxiliar a interpretação do conteúdo das falas relativas às questões de número sete a doze, que dizem respeito mais diretamente ao objetivo da pesquisa.

Roteiro de Entrevista

Informações Preliminares

Data:

Local da entrevista:

Nome:

Data e local de nascimento:

Filiação:

Escolaridade:

Profissão:

Bloco temático 1

- 1) Qual a imagem que você tem de seu pai, pelo fato de ele ter trabalhado na construção de Brasília?
- 2) Qual o sentimento mais forte que você tem por ele?
- 3) Você já ouviu ele falar sobre o tempo da construção de Brasília? Em caso afirmativo, sobre o que ele mais falava? (lugar, pessoas, acontecimentos).
- 4) De tudo o que você ouviu de seu pai sobre o tempo da construção, o que ficou mais marcado em sua lembrança?
- 5) Você sabe qual era a expectativa de seu pai, quando ele resolveu vir para cá, para trabalhar na construção de Brasília?
- 6) O que ele conseguiu realizar?

Bloco temático 2

- 7) Qual o sentimento que você tem por Brasília.
 - 8) Para você, qual o significado das palavras “pioneiro” e “candango”?
 - 9) Você já ouviu falar no termo “piotário”? Em caso afirmativo, o que ele significa?
 - 10) Como você identifica as pessoas que nasceram aqui?
– Pergunta alternativa: Quem nasce em Brasília é o quê?
 - 11) Para você, o que é Brasília?
– Pergunta alternativa: Quando você fala “Brasília”, pensa apenas no Plano Piloto, ou no Distrito Federal como um todo, envolvendo o próprio Plano Piloto, Ceilândia e as demais cidades-satélites?
 - 12) Como se sente com o fato de não poder morar na cidade que seu pai construiu?
-

1 CAPÍTULO I — REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1 — Referencial teórico

O objeto desta pesquisa insere-se no campo analítico que compõe a chamada História Cultural, com ênfase nas noções de identidade, memória, representação e imaginário.

1.1.1 — Identidade

Definir o que seja identidade hoje passou a constituir uma tarefa complexa. Isso porque não se trata de uma construção consensual, imutável e objetiva como as certidões emitidas pelas instituições cartoriais, “válidas para todos os mundos possíveis” e sobre as quais se refere Bourdieu (1996). Além do mais, segundo avalia Deca (2000), a obsessão em marcar diferenças em relação aos outros atualmente se tornou tão intensa que ficou quase impossível achar um “denominador comum” para os mais diversos grupos humanos. Hall (2005) também reconhece que o conceito não está devidamente desenvolvido e compreendido para ser colocado à prova de forma definitiva.

Indefinições à parte, o fato é que a natureza subjetiva, transitória e quase sempre conflitante do processo identitário, produz mais do que agitadas controversas conceituais, conforme destaca Cabral (2004, p. 2): “Parece incrível que, de uma coisa tão impalpável, tenham saído fenômenos tão maciços” e diversos, que vão desde guerras a obras de arte, acentua. Para esse autor, a identidade social é uma atitude proposicional, semelhante a “crença”, resultado de uma disposição cognitiva do sujeito. Vale observar que o substantivo “crença” também é utilizado por Goffman (1975), ao analisar o conceito de representações, intimamente associado ao fenômeno identitário. De maneira semelhante, Bourdieu (2006) faz uso da palavra “crença” ao estudar o capital simbólico vinculado à idéia do “reconhecimento”, uma das questões presentes nos processos de construção da identidade. Existir, enfatiza o autor, não é apenas ser diferente, mas também ser legitimamente reconhecido como tal.

Segundo a comparação de Bauman (2005), definir a identidade de um indivíduo constitui tarefa bem mais difícil do que encaixar as peças de um complexo quebra-cabeça. A dificuldade, segundo o autor, se deve a diversos fatores. Um deles é que esses

joguinhos costumam estampar na embalagem, como corriqueiro apelo de venda, o desenho de sua composição final. Com isso, o jogador passa a dispor de uma indicação prévia do formato a ser alcançado. Também poderá olhar a imagem impressa na caixa quantas vezes quiser, para se certificar de que está no caminho certo. Salvo por uma improvável falha do fabricante, o quebra-cabeça também vem completo, com todas as peças, o que dá ao jogador a certeza de que pode chegar a um resultado final, imutável e único. “Nenhum desses meios auxiliares está disponível quando você compõe o que deve ser a sua identidade”, observa Bauman (2005, p. 54) pois, conforme acrescenta, o fenômeno identitário não segue a lógica da racionalidade instrumental, a mesma que garante uma solução para o quebra-cabeça. Ao contrário, ela é calcada na subjetividade, no antagonismo, na situação de não-consenso, onde prevalece a marcação das diferenças, que pode ser feita tanto por meio de sistemas simbólicos de representação como pela exclusão social (Woodward, 2000).

Além do conceito proposto por Cabral (2004), pode-se dizer que identidade é aquilo que se é ou não em relação ao outro (SILVA, 2000) — eu sou brasileiro, eu não sou argentino¹⁷. Trata-se de um fenômeno ligado às operações de excluir ou incluir. Aqui, o brasileiro marca sua diferença (e constrói sua identidade) em relação ao argentino pela exclusão territorial, cujas fronteiras podem ser também sociais e culturais. A identidade envolve a idéia de pertencimento, ou o contrário. É relacional, depende do outro para ser reivindicada, consolidar-se, implicando sempre uma reafirmação de poder (Silva, 2000). Identidade e diferença são, igualmente, criações lingüísticas, resultado de um processo simbólico, que guardam estreita interdependência, pois uma não existe sem a outra. A diferença, às vezes, também é feita por meio do uso de estigma, que torna o “outro” anormal, de acordo com os interesses em jogo. “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem” (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Para alguns estudiosos, entre eles, Woodward (2000), a falta de um “denominador comum” observado por Deca (2000) está diretamente relacionada às mudanças estruturais que o mundo passou a experimentar a partir das duas últimas décadas do Século XX. Eventos como a queda do Muro de Berlim, em 1989, abalaram

¹⁷ Apesar das diferenças histórico-culturais que distinguem brasileiros e argentinos, a situação de “conflito”, a qual se refere Woodward (2000), entre os dois povos, “expressa-se, hoje, principalmente através do futebol” (FRIGERIO, 2002).

os alicerces do embate ideológico capitalismo versus comunismo e do próprio fenômeno identitário.

Os movimentos migratórios, particularmente, também facilitaram a convergência de culturas e estilos de vida diversos ao redor do mundo, causando os mais variados impactos de natureza cultural, dando origem a novos perfis identitários, reivindicados e, ao mesmo tempo, contestados. O fenômeno das diásporas, ao colocar diferentes culturas em contato, promoveu a miscigenação e desencadeou movimentos que desestabilizaram as identidades originais (SILVA, 2000). Os fluxos migratórios que ganharam maior intensidade com a globalização da economia afetam, segundo o autor, tanto as identidades subordinadas quanto as hegemônicas. “A migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo caracterizado por grandes desigualdades”, afirma por sua vez (WOODWARD, 2000, p. 21). Enquanto, nas décadas de setenta e oitenta, a luta política tinha um núcleo eminentemente ideológico, agora, ela se dá por conflitos de cunho identitário, observa ainda a autora.

Na avaliação de Hall (2005), as mudanças ocorridas nas sociedades modernas estão causando a fragmentação de alguns elementos de sustentação da divisão de classes, de questões de gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que representavam bases sólidas dos indivíduos e, por extensão, das identidades pessoais. O autor vê a identidade segundo três concepções de sujeito: iluminista, sociológico e pós-moderno¹⁸. O sujeito iluminista é unificado, individualista e permanece essencialmente o mesmo — contínuo ou idêntico — ao longo de sua existência; o sujeito sociológico reflete a complexidade do mundo moderno, onde seu núcleo interior perde a hipotética auto-suficiência e passa a ser resultado das relações com outros indivíduos; o sujeito pós-moderno é produto das mudanças estruturais e institucionais ocorridas nas últimas décadas. Apresenta-se fragmentado e contraditório. Nele, a identidade torna-se o que o autor denomina de “celebração móvel”, ou seja, transformada continuamente, por ser construída histórica e culturalmente e, não, biologicamente.

O individualismo racional herdado do iluminismo, ainda segundo Hall (2005), deu lugar a um sujeito subjetivo, resultado de relações sociais mais amplas e complexas. O modelo sociológico, em que o sujeito interage com o exterior, ou seja, com grupos e o

¹⁸ Considerei aqui o conceito de pós-moderno proposto por Santos (2004), que defende uma racionalidade ampla, não-positivista, implique a superação da dicotomia natureza/sociedade, a complexidade da relação sujeito/objeto e, ainda, a aproximação entre ciências naturais e sociais, promovendo, por extensão, a articulação entre o conhecimento científico e outras formas de saberes.

meio social, ganhou contornos mais definidos na metade do Século XX, período em que as ciências sociais se consolidavam como disciplinas. Silva (1994) também trata da questão interativa do sujeito sociológico. Tanto as abordagens deste autor quanto as de Hall (2005) visam explicar a superação do conceito essencialista da identidade. Os textos de ambos dialogam com os estudos de Elias (1994), para quem o indivíduo não pode ser entendido de forma isolada e, sim, em seu contexto social, posição coincidente com a de Touraine (1994), segundo a qual a construção do sujeito, ator de conflitos, é feita por meio das relações sociais com a utilização de instrumentos de negociação.

Ainda de acordo com Elias (1994), o que influencia o indivíduo e, conseqüentemente, sua identidade, não são os reflexos de natureza animal, mas sim a vinculação de seus desejos e comportamentos com os de outras pessoas (grupos e sociedade). O autor fundamenta sua análise naquilo que conceituou de “teia de relações”, na qual indivíduos, grupos e sociedade mantêm estreita interdependência de funções. Assim, as atitudes e os desejos são concretizações de relações e comportamentos, materialização da vida social e mental. Nesse sentido, de acordo ainda com Elias (1994), a modelagem produzida pelo processo civilizador (1994), sustentada nas relações do indivíduo com grupos, sociedade e destes para com ele (indivíduo) engloba os aspectos mais sutis do homem, entre eles, a psique, a linguagem e os costumes, elementos presentes no processo de construção da identidade.

De volta à discussão sobre as inter-relações, Cabral (2004) diverge da visão que coloca a identidade social em situação oposta à identidade individual. A exemplo de Elias (1994), o autor vê o indivíduo interagindo com o contexto social. Chama atenção para o significado do vocábulo “companhia”, que remete ao conceito de sociabilidade, de reconhecimento e, conforme conclui, de identidade. Para ele, as identidades pessoais também são identidades sociais. E na construção da identidade social, a presença do *outro* é constituída na relação, assim como a presença do *eu*. Afirma que tanto a identidade quanto a alteridade são relacionais, uma vez que o *eu* está sempre em um processo de luta, de conflito e de disputa com o *outro*. E que este (*outro*) representa uma constante ameaça para o *eu*. É o que ele chama de “agonismo relacional”, embate resultante da “incompletude” da identidade.

Cabral (2004) insiste na defesa do “posicionamento relativo das identidades”. Observa que o tecido social está alinhavado de interesses, relações, apropriações e, conseqüentemente, de poder, cujos limites possibilitam a formação, fixação ou a revisão das identidades. Segundo o mesmo raciocínio, há uma “série infinita” de identidades

sociais, que estão além da identidade pessoal, tais como as familiares, econômicas, educacionais, étnicas e as políticas, entre outras, mas nenhuma delas existe isoladamente e, sim, por meio da relação com as outras.

Hall (2005) usa o conceito de “descentrações” para explicar o deslocamento experimentado pelo sujeito moderno, o que teria contribuído para levar à chamada crise de identidade estudada por diversos autores, entre eles, Woodward (2000) e Silva (2000). O “deslocamento”, segundo ainda Hall (2005), compreende uma “descentração” dos indivíduos de seu lugar no mundo social e cultural, e em relação a si mesmos. Advém de uma mudança estrutural que começou afetar as sociedades modernas no final do Século XX, fragmentando paradigmas culturais que constituíam bases sólidas para os indivíduos no meio social, provocando aquilo que o autor chama de “erosão da identidade mestra”. Lembra que já se foi o tempo em que as pessoas definiam seus interesses exclusivamente em termos de classe, um dos elementos-base da identidade presumivelmente “estável” e iluminista.

As mudanças produziram hoje o que Hall (2005) chama de sujeito pós-moderno, sem identidade fixa. Assim, a identidade permanente tornou-se uma “fantasia” porque, a todo momento, o indivíduo é confrontado por um número incontável de identidades possíveis. O autor usa a expressão “celebração móvel”, para se referir à contínua transformação da identidade do sujeito na pós-modernidade.

Há um consenso entre os pesquisadores, incluindo o próprio Silva (2000), Woodward (2000) e Hall (2005) de que a identidade é relacional, marcada pela diferença e sua definição (ou conquista) envolve uma relação de força e de poder. Assim, as identidades não são “simplesmente definidas”. Ao contrário, são conquistadas, reivindicadas, impostas e a sua afirmação reflete desejos de diferentes grupos em garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A propósito, cabe observar que a disputa pela posse da categoria identitária “pioneiro” envolvia a garantia de regalias nas esferas do poder público, entre elas, o direito gratuito à moradia e o recebimento de salário em dobro, as conhecidas “dobradinhas”, pagas com a finalidade de incentivar a vinda de funcionários da administração pública para a capital em construção (HOLSTON, 1993), prática que se estendeu por alguns anos após a inauguração.

O sujeito sociológico assume diferentes identidades em função dos diversos momentos em que vive (HALL, 2005). Essa afirmação remete a uma das questões colocadas nesta pesquisa, qual seja, a de observar as ressignificações que os termos

“pioneiro” e “candango” experimentaram ao longo dos anos. Holston (1993) cita o uso da expressão “bandeirantes do Século XX” ao estudar as categorias identitárias daqueles que chegaram ao Planalto Central para construir a nova capital da República. Identifica duas categorias de “bandeirantes” de Brasília, ocorridas entre 1956-1960: os “pioneiros” e os “candangos”. Nesse período, conforme o mesmo estudo, “pioneiro”¹⁹ tinha significado semelhante ao proposto por Ferreira (2004). Referia-se aos “primeiros” que chegaram ao Planalto Central para construir a capital. Abrangia, ainda segundo Holston (1993), funcionários, técnicos, comerciantes, agricultores, entre outros, com exclusão dos peões de obra da construção civil. Estes eram identificados como “candangos”. Enquanto “pioneiro” era honorífico, “candango” tinha o sentido depreciativo, quase insultuoso, por ser calcado nos significados de origem.²⁰

Acontece, porém, que o governo passaria a exaltar sistematicamente o papel dos operários naquele momento histórico, criando uma reviravolta semântica no termo. Com isso, os trabalhadores de origem simples, os peões de obra, foram alçados à condição de “heróis nacionais”, como símbolos da força, da fé e da capacidade de realização de um povo. Com a conclusão das obras e a transferência da capital, as autoridades adotaram o termo “brasiliense” como oficial e socialmente correto (HOLSTON, 1993). “Candango” então voltou a ser usado no sentido inicial e depreciativo, servindo para identificar os moradores das cidades-satélites, expulsos que foram da capital que eles haviam construído; e “brasilienses”, aqueles que continuaram em Brasília, isto é, no perímetro urbano projetado por Lúcio Costa.

A identidade de “pioneiro” foi, anos mais tarde, reivindicada pelos “novos burocratas” que chagaram à cidade. Estes se apropriaram do termo “pioneiro” assim como os antigos “pioneiros” — aqui entendidos de acordo com a acepção de Holston (1993) — haviam feito com os “candangos” poucos anos atrás, verificando-se uma circularidade de emprego e significado dos termos durante o período da construção e imediatamente pós-inauguração. Em uma mistura de ressentimento e indignação, alguns dos “pioneiros” começaram a se identificar ironicamente pelo neologismo “piotários” (HOLSTON, 1993), por entenderem que a oficialidade não lhes havia prestado o devido reconhecimento pelo fato de terem chegado primeiro ao canteiro de obras da futura

¹⁹ 1) “Desbravador de sertões; o primeiro que abre ou descobre caminho através de região mal conhecida; precursor” (FERREIRA, 2004, p. 1564); 2) Os primeiros homens e as primeiras mulheres que vieram para o Planalto Central ocupar Brasília (Silva, 2003).

²⁰Do quimbundo *kangundu*, diminutivo de *kingundu*; ruim, ordinário, vilão (FERREIRA, 2004, p. 383).

capital, assim como os candangos, quando as condições de sobrevivência eram bem mais adversas.

A esse respeito, testemunhos orais indicam que o atendimento preferencial obtido por aqueles que chegaram logo após a inauguração, em prejuízo da população pré-inaugural, resultou de uma medição de força, onde prevaleceu a vontade de quem dispunha de maior poder de influência junto à burocracia federal (Holston, 1993). Assim, era comum, durante o processo de concessão de benefícios de vantagens e regalias, a escolha ser feita por interesses de natureza subjetiva em detrimento do critério estritamente técnico. Não se pode dizer, contudo, tratar-se de prática exclusiva do governo JK, tampouco do período republicano. Conforme Da Matta (2001), em uma sociedade personalista, movida pelas relações pessoais e pelo “jeitinho”, como a nossa, torna-se crítico esperar que todos, especialmente os agentes do Estado, sejam tratados do mesmo modo que o cidadão comum, principalmente quando estão em jogo conflitos de interesses em um ambiente administrativo, marcado pelas relações pessoais e até pelas aparências. Holanda (2002) também mostra que a influência das relações pessoais constitui uma herança cultural que remonta ao período colonial. Cita registros literários que ilustram como as “relações de afeto ou camaradagem” eram usadas para a obtenção de vantagens, favores e regalias entre os membros dos diversos grupos sociais, incluindo os da esfera pública. “Quando se quer alguma coisa de alguém, o meio mais certo de consegui-lo é fazer desse alguém um amigo”, diz um observador mencionado pelo autor.

O neologismo “piotário”, pela sua função ambígua e tom zombeteiro de como é pronunciado, exerce papel semelhante ao das charges usadas em jornais e revistas: ao mesmo tempo em que veicula uma crítica, debocha e faz rir. Nesse sentido, vale registrar o entendimento de Bozi (2006), ao estudar o uso das charges na imprensa. A autora vê o riso contemporâneo como um instrumento de protesto, de não-conformação e, também, uma maneira de o indivíduo dissimular decepções, situação muito semelhante à vivida pelos auto-denominados “piotários”.

Cabe dizer que o humor era um recurso usado com frequência pela população operária de Brasília, quando se encontrava em condições adversas, como revelam as situações relatadas no Capítulo III desta dissertação, “Ceilândia: desconstrução do espaço físico e cultural”. Segundo Driessen (2000), o humor possui a função de delimitar fronteiras de grupos, por revelar questões importantes de segmentos sociais, que envolvem desde conflitos de interesses (pioneiros versus piotários) a valores

relativos a conquista de identidades. Ao estudar os ritos e cultos cômicos da Idade Média, Bakhtin (1996) destaca que o riso constituía uma importante arma de liberação nas mãos do povo em oposição à cultura oficial. O riso do povo nas praças públicas continha uma ambivalência, pois a extrovertida alegria vinha acompanhada por um tom burlador e sarcástico. Chamo a atenção para o fato de “piotário” ser um vocábulo não-oficial, resultado da contração das palavras pioneiros com otários (LARAIA, 1996) e, assim como o riso medieval de Rabelais (1986) ou dos tipógrafos estudados por Darnton (2001), possui uma dupla função: de rebelar e, ao mesmo tempo, de fazer rir.

Durante esta pesquisa, foi possível observar que o termo “piotário”, em vez de fazer parte apenas do vocabulário daqueles pioneiros preteridos pela oficialidade, identificados por Holston (1993), passou a ser usado por alguns ex-operários da época da construção, que se valem do neologismo para criticar o estado de esquecimento do qual também se sentem vítimas atualmente. Significa que os termos “candango”, “pioneiro” e, também agora, “piotário”, precisam ser entendidos diacronicamente, isto é, no contexto social nos quais foram usados, seguindo-se os postulados desenvolvidos por Koselleck (1993).

Os aspectos relacionais (e de poder) que envolveram as categorias identitárias da população pioneira parecem manter estreita ligação com a questão da margem individual de decisão estudada por Elias (1994). O poder, segundo o autor, está vinculado à extensão da margem individual de ação, aos raios de influência que o indivíduo detém na auto-regulação e destino de outras pessoas. O autor chama atenção para a dificuldade de êxito de uma decisão individual tomada por algum membro pertencente a um grupo fraco, de posição subalterna (incluo aqui os candangos), quando confrontada com aqueles que detêm o monopólio das melhores oportunidades dentro da sociedade, caso dos “pioneiros”.

A possibilidade de o sentimento de identidade ser herdado ou, às vezes, resignificado por uma geração posterior, conduz a outra questão estudada por Elias (1994), ao se referir a uma das fases mais incipientes da vida do indivíduo. Segundo o autor, o bebê cria “uma grande profusão de individualidades possíveis”, resultado da natureza das relações que manterá com as pessoas a partir da mãe, do pai, irmão, dos demais membros da família e da sociedade, tudo isso dentro da mesma “teia de relações”. Cabe registrar aqui o conceito de *homo sociologicus* de Touraine (1994), o qual, entre outros aspectos, assinala que o indivíduo é movido mais pelas expectativas

do que pelos interesses. Assim, segundo o autor, o pai é aquele que se comporta como o filho espera.

Hall (2005) recorre à psicanálise para explicar o “descentramento” que envolve o caráter dinâmico da identidade, tornando-se, neste caso, mais apropriado se falar em identificação — como uma representação momentânea e transitória — do que em identidade, como algo acabado e definitivo. Segundo esse autor, a teoria de Freud joga por terra a concepção da identidade fixa, unificada, racional e cartesiana do “penso, logo existo”. Sob a ótica da psicanálise, a identidade é formada ao longo do tempo por meio de processos inconscientes. É algo em contínua fase de construção, o que justificaria a substituição do emprego da palavra identidade por identificação.

Segundo Hall (2005), ao produzir uma compressão da dimensão espaço/tempo, a globalização afeta o processo de construção e de fixação das identidades, pois espaço e tempo são também coordenadas básicas dos sistemas de representação. Considerando que esta pesquisa investiga a herança identitária na relação pais-filhos, cabe ainda citar Thompson (1993, p. 9), que diz: “A transmissão cultural entre gerações é tão antiga quanto a humanidade, nascida que é da condição humana fundamental”. Apesar da existência de outros canais de transmissão cultural, como amigos, escola e igreja, o papel da família ainda é bastante expressivo. O grupo familiar, segundo o autor, constitui um sistema estruturado de relações interpessoais, mantido à base de certos códigos, com a finalidade de marcar fronteiras e diferenças entre as gerações. Do mesmo modo, transfere aos filhos tensões, frustrações, hostilidades e “fantasmas do passado”.

1.1.2 — Memória

Pollak (1992) vincula memória ao sentimento de identidade, por ser um fenômeno construído social e individualmente e sujeito a flutuações e mudanças constantes. Memória e identidade são valores reivindicados em conflitos sociais e intergrupais. Por isso, a posse da memória especificamente política pode gerar disputas entre organizações políticas, sindicais e religiosas, entre outras, fenômeno que o autor chama de trabalho de enquadramento da memória. Cada vez que a memória é constituída, ocorre um trabalho de manutenção, de coerência e de continuidade da organização. Por isso, de acordo com o mesmo autor, os “períodos calmos”

correspondem àqueles em que nem a memória nem a identidade se encontram em processo de rearrumação. Seguindo a mesma linha de pensamento, Le Goff (1994) e Duby (1989) afirmam que a memória tem sido usada como instrumento de dominação e reafirmação de poder.

A memória, individual ou coletiva, de acordo com Pollak (1992), é constituída por três elementos: acontecimentos, pessoas ou personagens, e lugares.

1) Acontecimentos: podem ser vividos “pessoalmente” e “por tabela”, ou seja, indiretamente. O autor entende que acontecimentos vividos pelo grupo ao qual a pessoa pertence podem assumir tamanho relevo em seu imaginário, que o próprio indivíduo tem dificuldade em saber se, de fato, deles participou ou não. Um exemplo que parece se enquadrar nessa situação são alguns depoimentos feitos por candangos sobre a ação policial empreendida pela Guarda Especial de Brasília²¹, conhecida popularmente pela sigla GEB, contra os operários de uma empreiteira na Vila Planalto, durante o carnaval de 1959 e estudada por Teixeira (1982). Muitos entrevistados sabiam falar sobre o assunto, até com detalhes mas, de todos eles, apenas José Damião da Silva havia vivido “pessoalmente” o episódio.

2) Pessoas e personagens: Também neste caso, Pollak (1992) diz que os indivíduos podem conhecer pessoas “diretamente” ou “por tabela”, em situação semelhante a do item anterior. O autor chama atenção ainda para os fenômenos de projeção e transferência, possíveis de ocorrer durante a formação da memória individual ou coletiva.

Devido à função que exerciam, alguns candangos tiveram a oportunidade de conhecer “diretamente” o presidente JK. Foi o caso, por exemplo, de Geraldo Zacarias, Gegê, como ainda é conhecido. Carioca de Madureira, Gegê chegou ao futuro Distrito Federal ainda em agosto de 1956, junto com os primeiros tratores da construtora Rabelo e, depois de ajudar a levantar o Catetinho²², foi trabalhar na casa de máquinas do Palácio da Alvorada, onde pôde conviver com o presidente da República e respectiva família com relativa intimidade. Os familiares e amigos de Gegê, por sua vez, teriam conhecido JK “por tabela”, ou seja, indiretamente, por intermédio de terceiros.

²¹ Milícia criada para fazer o policiamento no território da capital em construção.

²² Palácio provisório, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, construído de madeira às margens de uma nascente, no KM Zero da BR-040. Inaugurado em 10.11.1956, foi a primeira residência oficial do presidente Juscelino Kubitschek em Brasília. O nome “Catetinho” é uma homenagem ao Palácio do Catete, onde JK despachava no Rio de Janeiro: www.sc.df.gov.br, acesso em 12.09.2007.

3) Lugares: Ainda de acordo com Pollak (1992), os lugares exercem papel importante na construção da memória. Nesse sentido, lugares e monumentos podem servir de base a uma lembrança de um período ou fato que a pessoa viveu pessoalmente. Os ex-operários contatados nesta pesquisa conheceram, de forma exaustiva, muitos *lugares* dos quais fala o autor. A construção do edifício principal do Congresso Nacional, o “Vinte e Oito”, como eles o chamavam, devido ao número de pavimentos; a formação do lago Paranoá, a imensa escavação feita na edificação da Estação Rodoviária, entre vários outros *lugares*, constituem algumas das bases de suas lembranças.

Cabe dizer que a memória herdada, situação que se aplica aos filhos dos candangos, é um fenômeno construído social e individualmente e que mantém ligações muito estreitas com o sentimento de identidade. Embora, num primeiro momento, Pollak (1992) considere a memória resultado de uma elaboração individual, acompanha a linha de Halbwachs (2004), que distingue dois tipos de memória: a memória pessoal ou autobiográfica, e a social ou histórica. A primeira apóia-se na segunda porque, de acordo com a mesma análise, a história de nossa vida faz parte da história em geral. Assim, as lembranças coletivas ajudam a dar mais segurança às lembranças individuais. Halbwachs (1992) ressalta o papel da memória como meio transmissor de cultura e, possivelmente, também de elementos formadores de identidades.

Por se tratar de um trabalho que envolve gerações de uma mesma família (pais e filhos), a memória constitui elemento fundamental pelo inerente poder de provocar e reconstruir as articulações entre o presente e o passado. Ao associar o uso da história oral ao instrumento da memória e sua temporalidade, Magalhães (2001) afirma:

A história, constituída de memória, é urdidura e é trama, é tecido²³ do esquecimento e da lembrança, é passado e presente, pois, nesse ato de tecer, conseguimos ou não revelar semelhanças entre passado e presente, sintetizadas num texto — para os romanos, aquele que se tece (MAGALHÃES, 2004, p. 100).

A autora busca o significado da palavra “revelação”²⁴ para mostrar que a palavra, o objeto, a imagem visual ou o texto têm a propriedade de velar e revelar, recorrendo didaticamente ao princípio de um filme fotográfico, que também pode ser

²³ Duby (1989) diz que o “tecido” da memória apresenta “buracos”, uma vez que os vestígios de elementos do passado, quando não suficientemente marcantes, tornam-se ilegíveis com o tempo. A memória retém apenas o “excepcional”, observa o autor.

²⁴ Processo em que se torna visível a imagem latente de uma chapa fotográfica impressionada (FERREIRA, 2004, p. 1.755).

velado ou revelado, dependendo da forma de manuseio. Tanto o passado quanto o presente são transformados na memória. O primeiro, para não desaparecer no esquecimento; o segundo, pelo fato de revelar a possível realização de apelos negligenciados no passado. De acordo com Magalhães (2004) e Silva (1997), a memória garante a capacidade de projeção e, segundo (THOMPSON, 1993), a de transferência, que uma geração exerce sobre a posterior no processo de construção de identidades, situação que se aplica aos candangos e respectivos filhos. Ao abordar o papel da memória como transmissor de cultura e, digo eu, de elementos identitários, Filho (2000) coloca as crianças como principais ouvintes:

O exercício da memória, seu exercício mais intenso e mais contundente, é indissociável da presença dos velhos entre nós. Quando ainda não contidos pelo estigma de improdutivos, quando por isso ainda não constrangidos pela impaciência, pelos sorrisos incolores, pela cortesia inautêntica, pelos cuidados geriátricos impessoais, pelo isolamento, quando então ainda não-calados, dedicam-se os velhos, cheios de espontaneidade, à cerimônia da evocação, evocação solene do que mais impressionou suas retinas tão fatigadas, enquanto seus interesses e suas mãos laborosas participavam da norma e também do mistério de uma cultura. Cerimônia inesquecível para as crianças nela envolvidas (FILHO, 2000, p. 97).

“A recordação traz a marca dos padrões e valores mais ou menos ideológicos do sujeito, a marca dos seus sentimentos, a colorir eticamente e afetivamente a lembrança”, afirma ainda Filho (2000, p. 95). A propriedade de velar e revelar, anteriormente exposta, está associada ao caráter seletivo da memória, que grava, exclui e recalca, constituindo um trabalho de organização que, às vezes, foge do nível consciente. O processo de recordação de algum acontecimento, por exemplo, varia de indivíduo para indivíduo. Significa dizer que nem tudo que é julgado importante é recordado. “Pelo contrário, muitas vezes esquecemos, deliberada ou inconscientemente, eventos e impressões de extrema relevância” (Alberti, 1990, p. 5). Talvez por isso, Costa (2007) compara a lembrança a um diamante lapidado pela memória, em que o passado é reconstruído com o olhar do presente.

1.1.3 — Representação

Constitui um conceito-chave da teoria do simbólico (Falcon 2000), pois o objeto ausente, mesmo uma idéia, é representado à consciência por meio de uma imagem ou

símbolo, a exemplo do que afirma Chartier (2002). A sua correspondência com o real, “se é que de fato existe”, só pode ser estudada por meio de diversas mediações, entre elas, a dos instrumentos de pesquisa. O autor é enfático ao dizer que *representação* constitui uma “abstração” construída pelo pesquisador. Isso explica, segundo Jenkins (2001), a existência de vários discursos históricos (representações) sobre um mesmo passado. A história, resume, é aquilo que os historiadores fazem com passado. Desse modo, os discursos apropriam-se do objeto, dando-lhe diversos significados. O autor compara os textos históricos a uma paisagem interpretada por diferentes olhares, o de um geógrafo, sociólogo ou de um economista, entre outros exemplos. “Lemos o mundo como um texto e, tais leituras são, pela lógica, infinitas” (JENKINS, 2001, p. 28).

Etimologicamente, o termo *representação* vem do latim e significa “apresentar de novo”, “fazer presente” alguém ou alguma coisa ausente, mesmo uma idéia, por meio da presença de um objeto (Falcon, 2000). *Representação*, portanto, é um instrumento de conhecimento pelo qual um objeto ausente é visto e representado por meio de uma imagem. Chartier (2002) faz uso de um recurso didático e bem material para se referir ao conceito de *representação*. Cita os bonecos de cera, de madeira ou de couro, que eram colocados nos féretros reais durante os funerais dos soberanos franceses e ingleses, para mostrar o que não podia ser mais visível pelo público, artifício semelhante ao utilizado pelos imperadores romanos e relatado por Ginzburg (2001). Não por acaso, tinham o apelido de “representações”. Chartier (2002) faz ainda uma análise relacionada à identidade, base do objetivo desta pesquisa. Entende que a distinção entre *representação* e *representado*, *signo* e *significado*, é influenciada pela teatralização da vida social, de tal maneira que a identidade de um indivíduo seja apenas a aparência da *representação*. A respeito, Goffman (1975, 1988) associa o fenômeno da *representação* à idéia da crença que o indivíduo tem de si próprio e tenta transmiti-la às pessoas com quais se relaciona. Assim, estaria desempenhando um papel de ator e pedindo aos observadores que a “impressão” por ele sustentada seja levada a sério. Para *representar* a sua identidade, constrói uma “fachada” ou uma “máscara” a fim de encobrir estigmas indesejáveis que comprometeriam a sua relação com o grupo de referência. Maffesoli (1984) também vê o uso da “mascara” como uma das maneiras pelas quais uma *representação* é socializada, moldada e modificada para atender às expectativas da sociedade à qual é apresentada ou encenada. E Pollak (1992) acrescenta que o indivíduo constrói sua imagem, diria, “máscara”, para acreditar em sua própria *representação*.

Rajagopalan (2002) também destaca o papel das representações no processo de construção de identidades. Segundo ele, é por intermédio da representação que novas identidades são constantemente afirmadas e reivindicadas. Levando em conta a estreita conexão que a identidade tem com as relações de poder, vale assinalar o que pensa Chartier (2002), para quem as lutas de representações são tão importantes como as lutas econômicas na compreensão dos mecanismos utilizados por um grupo para impor sua concepção do mundo social, seus valores e seu domínio. A propósito, Ginzburg (2002) afirma que todo ponto de vista sobre a realidade resulta de um processo seletivo e das relações de força, inclusive no que se refere ao acesso a documentos em mãos da sociedade.

Assim como alguns autores falam sobre “crise de identidade”, entre eles, Woodward (2000), Falcon (2000) refere-se a uma “crise de representação” conseqüente das mudanças ocorridas na prática científica adotada a partir do início do Século XX, que colocaram em questão concepções clássicas como os conceitos de sujeito, objeto, realidade, objetividade e verdade, moldados na ótica positivista.

1.1.4 — Imaginário

Tal qual a representação, o imaginário também está associado ao simbólico, a um sistema de idéias e imagens que dá significação à realidade. O imaginário, segundo Pesavento (1995), trabalha sobre a linguagem, constituindo sempre uma representação, e depende de uma interpretação. Assim, as coisas ditas, pensadas e expressas têm sempre um sentido além daquele claramente manifesto.

Silva (2000) salienta que a construção da identidade depende de criação de laços imaginários, sem os quais as pessoas de um determinado grupo passam a ser simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum sentimento em comum. Conforme Pesavento (1995), o imaginário ganhou relevância em meio à crise dos paradigmas de análise da realidade e o fim da crença nas verdades absolutas difundidas pelo Iluminismo. A autora considera o imaginário o cerne da propriedade realmente humana, ou seja, a capacidade de representar a si própria.

Castoriadis (1982) afirma que o mundo social e histórico está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico que, por sua vez, envolve quase sempre um componente “racional-real”, tecido com a participação do próprio imaginário. E este, por seu lado, só

representa seu papel em função da existência dos problemas “reais” que o homem não consegue resolver. Segundo o mesmo entendimento e por mais paradoxal que possa parecer, a solução dos problemas “reais” só é viável graças à capacidade do imaginário. A história, ainda de acordo com Castoriadis (1982), é inconcebível sem a imaginação criadora do homem. Ela contém a progressão da racionalidade, mas não pode ser reduzida a isso. A própria “pseudo-racionalidade” da sociedade moderna foi alicerçada no imaginário. E não apenas isso. Segundo o referido autor, essa “racionalização” está fazendo com que a vida do mundo moderno dependa cada vez mais do imaginário.

De acordo com a mesma análise, uma das situações em que o domínio do imaginário manifesta-se com clareza refere-se ao “lugar dos homens”, visto no contexto da estrutura produtiva. Assim, quando, por exemplo, tenta-se substituir um operário por um conjunto de traços escolhidos arbitrariamente, levando em conta uma conceitualização e fins igualmente arbitrários, verifica-se o predomínio do imaginário pois, conforme enfatiza o autor, “tratar um homem como coisa” constitui nada mais do que “um outro grau de aprofundamento do imaginário”. A essa discussão, acrescenta-se o que diz Durand (1988), para quem as sintaxes da razão são apenas “formalizações extremas” de uma retórica que também bebe na fonte do imaginário. Nega a haver ruptura entre o racional e o imaginário, uma vez que o próprio racionalismo nada mais é do que uma estrutura, entre tantas outras, do campo do imaginário. Pelo exposto até agora, vale a pena registrar ainda este enunciado de Bachelard (1938, p. 48): “Só se pode estudar aquilo que se sonhou primeiro. A ciência começa mais com um devaneio do que com a experiência, e são precisas muitas experiências para afastar todas as brumas do sonho”.

Segundo Durand (1988), a imaginação desempenha um importante papel psicossocial. Promover o equilíbrio biológico, psíquico e sociológico, segundo ele, parece ser a função da imaginação. Tal entendimento conduz a Maffesoli (1984) pois, também para esse autor, o imaginário assume função preponderante nas minúsculas situações da vida ao tornar o cotidiano “aceitável”.

Assim, a vida de uma pessoa humilde, com seu dia-a-dia igualmente simples, só se torna suportável pelo fato de ser alimentada continuamente por uma força mágica e poética, sem a qual “o aspecto mortífero da automatização” venceria a vontade de querer viver. Maffesoli (1984) fala também de uma “secundariedade”, isto é, de um sentido “duplo” da vida, que introduz o imaginário na rotina diária dos indivíduos, funcionando como espécie de máscara identitária, usada como meio de sobrevivência.

Embora seja esta uma abordagem eminentemente psicanalítica, é possível dizer (ou imaginar) que os candangos também se “mascaravam”, para não sentir, de modo frontal, as agruras do dia-a-dia dos canteiros de obra, a dor de suas frustrações ou ainda, como diz o próprio Maffesoli (1984), para não viver a existência naquilo que a vida possui de “mais concreto” ou de mais pesado, físico e emocionalmente.

É possível perceber que esta pesquisa envereda pelo campo fértil do imaginário, onde história e temporalidades se reencontram em vários pontos, a começar pelos diversos sentidos atribuídos à categoria identitária “candangos”. Há, entre ex-operários e respectivos filhos, um laço feito pelo entrecruzamento de ações, dramas e afetos, e sobre os quais discorre Maffesoli (1998). Este trabalho traz à tona sentimentos (e ressentimentos), transita pelos “espaços amados” de Bachelard (2000) — e também odiados —, perdidos ou usurpados ao longo do tempo. Espaços que estão além do sentido físico pois, junto com os buracos abertos no chão repisado dos antigos acampamentos, por ocasião das remoções, ficaram também muitas cicatrizes na alma da população envolvida. Algumas continuariam expostas, outras, provavelmente, acham-se silenciadas pela aparente cicatrização. Como entender ou, antes disso, como fazer alguém falar sobre algo que ainda pode doer? É sobre isso que tratarei a seguir.

1.2 — Referencial metodológico

Para desenvolver esta pesquisa, optei pelo instrumento metodológico da história oral com aplicação de entrevistas, as quais, segundo Thompson (1993), permitem mostrar como as dimensões sociais, econômicas e psicológicas da transmissão cultural estão umbilicalmente ligadas. Isso fica mais evidente quando se trata de histórias entre gerações de uma mesma família, como é o caso deste trabalho, uma vez que as histórias de vida individuais incorporam as histórias de família. Ainda de acordo com o referido autor, a história oral é muito apropriada ao trato de questões de natureza subjetiva, pelo fato de proporcionar resultados concretos e imediatos. Thompson (1993) entende que a “evidência oral” aumenta as chances de o pesquisador conhecer, com mais intimidade, as relações internas da família e também seus contatos com vizinhos, amigos ou parentes. Desmistifica a dicotomia imaginário versus realidade, ao dizer que tanto a subjetividade quanto os “fatos” tidos como “mais visíveis” são igualmente do interesse da história.

As conversas iniciadas com os ex-operários durante os anos oitenta, já mencionadas na “Introdução”, facilitaram o trabalho de identificação das fontes. Naquela época, ainda era fácil localizar os candangos pelos becos, em seus barracos de madeira, ao lado da família, ou no meio de uma animada roda de cerveja de fim de semana. Estavam ali, em sua extrema simplicidade, acessíveis a qualquer um o tempo todo, pelo menos até que esse mesmo tempo se encarregasse, algum dia, de levar para sempre as suas lembranças. Sentiam orgulho em falar sobre uma história que haviam anonimamente escrito. Era comum uma abordagem individual logo se transformar em verdadeira entrevista coletiva pois, companheiros que eram, entravam no meio das conversas sem pedir licença, apenas pela vontade de enriquecer os relatos com suas lembranças. Alguns dos depoentes citados nesta pesquisa são filhos daqueles candangos contatados pela primeira vez há mais de vinte anos, e de outros companheiros que faziam parte da “teia de relações” tecida por eles desde o período da construção.

Os candangos fizeram-me lembrar os narradores de Benjamin (1996), pelas suas raízes com o povo e pelos conselhos, que se tornariam referência de vida para os filhos, conforme será visto no Capítulo IV. Ao mesmo tempo, assemelham-se aos narradores referidos por Costa (2001), pela riqueza de seus testemunhos, promovendo o reencontro do passado com o presente e o convívio com diferentes temporalidades. Assim, estariam cumprindo também o papel ao qual se refere Cascudo (1984), o de transmissor de “notícia” entre as sucessivas gerações, usando-se, para isso, a fala e a memória, únicos recursos de que dispunham também os pais dos entrevistados nesta pesquisa. A propósito, os estudos deste último autor indicam que os indígenas foram os percussores da história oral no Brasil, porque, desde antes da chegada dos colonizadores, era dela que se serviam, especialmente nas reuniões feitas ao redor das fogueiras, ocasião em que discutiam os assuntos de seu cotidiano.

Era também a hora em que os moços, os curumi-açu, tomavam conhecimento das tradições guerreiras, das ocorrências seculares, dos segredos que orgulham a memória de narradores e auditórios, ligados pela continuidade do idioma e do sangue (CASCUDO, 1984, p.78).

Cabe destacar que a narrativa oral representa um espaço privilegiado dos sentimentos. Ainda segundo Costa (2001), é uma forma de compartilhar existências, o que tem a ver diretamente com o processo de herança de elementos identitários entre gerações, que envolve a evocação de imagens do passado, como é o caso da relação candangos-filhos.

O ato de lembrar parece estar associado ao conceito de “presente do passado” (a memória), referido por Ricoeur (1983), ao discutir a teoria do “tríplice presente”. E como esse ato de lembrar também está vinculado a um dos elementos presentes na construção da identidade (memória), recorro novamente a Magalhães (2002, p. 11), que diz: “(...) a memória garante a capacidade de projeção, a diferença, o sonho, a temporalidade, como dimensão central de identidades múltiplas e sempre em elaboração (...)”. A realização de entrevistas demonstrou que a história oral é um meio prático e eficiente para captar sentimentos e valores que ajudam a construir a maneira de ser e de pensar do indivíduo e que são retidos pela memória (Halbwachs, 2004).

A história oral, na visão de Pollak (1988), privilegia a análise dos excluídos, como é o caso do segmento aqui estudado, e ressalta a importância das memórias “subterrâneas” das culturas minoritárias, uma vez que as lembranças são compostas de zonas de sombra, silêncios e “não-ditos”. E ainda segundo o autor, o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. Por sua vez, Brayner e Magalhães (2001) reportam que a memória é constituída de lembrança e esquecimento. Sendo assim, a rememoração oral fornece pistas daquilo que o entrevistado quer esquecer ou velar por meio do silêncio. As autoras destacam a singularidade do trabalho de história oral, por considerá-lo “um momento único no qual dois sujeitos dialogam e reconstruem a história por meio da rememoração” (BRAYNER e MAGALHÃES, 2001, p. 182).

Faz-se necessário, porém, observar que a aceitação da história oral, como instrumento metodológico, é alvo de críticas, não havendo ainda consenso a respeito entre os historiadores. Burke (1992) enumera alguns aspectos que alimentam o ponto de vista dos opositores da história oral: o fato de a cronologia ser geralmente imprecisa, a comunicação de difícil comprovação, e a validade das fontes, também colocada sob suspeita. Como exemplo mais ortodoxo, o autor cita o método defendido pelo alemão Leopold Von Ranke, para quem o objetivo da história é contar o que “realmente aconteceu”, baseado em fontes oficiais escritas. De acordo com essa mesma linha, sem documentos não poderia haver história, ou pelo menos, uma “história adequada”. Por isso, chegou-se à esdrúxula situação de a África ser vista às vezes como um continente a-histórico, crítica ainda Burke (1992). Pela hierarquia “rankeana”, somente na falta de documentos escritos era “tolerável” usar fontes orais como “a segunda ou pior escolha”. Pollak (1992), porém, é um dos que contesta a subestimação das fontes orais feita particularmente pelos autores iluministas:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de todo tipo. Desse ponto de vista a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita deve ser tomada tal e qual ela se apresenta. [...] Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária (POLLAK, 1992, p. 207).

Também em defesa da validade da história oral, Thompson (2002), afirma que a oposição feita a essa metodologia parte da velha guarda de historiadores, que temem perder as “rédeas” e o comando das técnicas de sua profissão. O tom emotivo dos prós e contras, segundo Burke (1992), serve para mostrar as “profundas paixões” que envolvem ambos os lados da questão. Imprimindo um tom mais moderado a essa controvérsia, o autor assinala o que Jan Vansina escreveu no manifesto *Oral Tradition as History*, publicado em Winsconsi (EUA), em 1985: “Onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica”.

Ao falar sobre a pretensa objetividade das fontes escritas, Ginzburg (1987) pondera que nem mesmo um inventário deve ser visto como um documento absolutamente objetivo. Segundo ele, mesmo que uma fonte não atenda aos preceitos da objetividade *rankeana*, ela deve ser considerada pelo historiador. Critica tanto o “famigerado positivismo ingênuo” quanto a “inocente operação cognitiva”. Ou seja, agindo de forma excludente, o autor alerta que o pesquisador corre o risco de “jogar a criança fora junto com a água da bacia”, referindo-se às fontes orais e à documentação escrita. Ainda a respeito, Foucault (2004, p. 7) assinala que “a história mudou sua posição acerca do documento”. Sua principal tarefa não é mais a de tentar interpretá-lo ou averiguar se diz a verdade ou não, e sim organizá-lo, fazer os devidos recortes, estabelecer relações no próprio tecido documental, distinguir o que é pertinente. “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria, em si mesma, e de pleno direito, *memória*” (Foucault, 2004, p. 8).

O fato de os filhos dos candangos residirem no próprio Distrito Federal (Ceilândia) permitiu-me tirar eventuais dúvidas a respeito das respostas de alguns deles, pessoalmente ou por telefone, quando trechos da gravação mostravam-se inaudíveis ou de difícil interpretação. A possibilidade de ouvir novamente os entrevistados é destacada por Mayol (2003), pois ela oferece ao depoente a segunda chance de

complementar informações, com nuances que não lhe vieram à mente durante o primeiro contato com o pesquisador.

1.2.1 — Análise de Discurso

Para analisar os entendimentos dos depoentes sobre o lugar do pai e a sua herança candanga, fiz opção pela Análise do Discurso, por se tratar, conforme Orlandi (2003), de uma ferramenta que considera inúmeras variáveis — historicidade, imaginário, ideologia e outras questões —, tornando-se por isso mesmo bastante adequada a esta pesquisa. A Análise de Discurso não se limita a fazer um simples estudo da transmissão da informação, seguindo a linearidade dos elementos da comunicação: emissor, mensagem, receptor, por exemplo. Procura compreender como os objetos simbólicos criam sentidos. Vai além da inteligibilidade, do legível e ilegível, da interpretação pura e simples, pois compreender é saber como um objeto simbólico (texto, pintura, música, entre outros) produz sentidos. É uma operação que não se reduz à superficialidade, ao contrário, trabalha com a subliminaridade, o que parece muito importante em um *corpus* cujo núcleo central é a identidade.

O sujeito diz, pensa que sabe o que diz mas, segundo Orlandi (2003), não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual ele constitui os sentidos de seu discurso. Por isso, o que ele sabe não é suficiente para sabermos os sentidos que estão presentes no texto. Há uma relação entre o que já foi dito (interdiscurso, constituição do sentido) e o que está sendo dito, ou seja, o intradiscurso (formulação do sentido).

Orlandi (2003) também chama atenção para os processos da paráfrase (interpretação ou tradução em que o autor procura seguir mais o sentido do texto que a sua letra, metafrase) e a polissemia (multiplicidade de sentidos de uma palavra ou locução). São duas forças em tensão, que estão atuando na formação do discurso. É entre o *mesmo* (paráfrase) e o *diferente* (polissemia), entre o já dito e o ainda a ser dito que os sujeitos e os sentidos se movimentam. Na experiência e na história, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam. Conforme a mesma análise, o equívoco, o irrealizado, tem no processo de polissemia, na metáfora, o seu ponto de articulação. Se a língua não fosse sujeito à falha e a história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, movimento, nem dos sujeitos nem dos sentidos. O que leva a autora a concluir que a “incompletude” é a

condição da linguagem. Conseqüentemente, os sujeitos, os sentidos e os discursos não se acham definitivamente constituídos.

Ainda de acordo com Orlandi (2003), o lugar do sujeito pode alterar o sentido do discurso captado pelo ouvinte. Por exemplo: o padre fala de um lugar (altar), que lhe confere autoridade. Do mesmo modo, as palavras de um professor têm significado diferente, próprio, quando ditas em uma sala de aula, aos alunos. Há, em ambas as situações, uma relação de forças onde a palavra do padre e a do professor valem mais do que a de um fiel seguidor ou a de um aluno aplicado, respectivamente. Assim, o sentido é determinado também pelas posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, ponto de vista que coincide com o defendido por Jenkins (2001, p. 90), ao dizer que “a história é intersubjetiva e ideologicamente posicionada”.

Convém ainda observar que os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua. Segundo Orlandi (2003), eles dependem das relações. Daí a importância das metáforas na análise do discurso, porque as palavras não têm sentido próprio, não estão presas à sua literalidade. Palavras iguais podem ter significados diferentes em função do discurso. Assim, “terra” não significa a mesma coisa para um índio, um pequeno lavrador e para um latifundiário. A tarefa da Análise do Discurso é compreender o sentido do que está dito, levando em conta as condições de produção do discurso, memória e as diversas relações. E, também, interpretar o que foi silenciado, uma vez que “o não-dito é subsidiário ao dito”, porque, de alguma forma, o que já foi dito e esquecido influencia o discurso atual. “O dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva” (ORLANDI, 2003, p. 83). A propósito destes dois últimos preceitos, o capítulo a seguir tem como objetivo reconstituir o ambiente de trabalho do período da construção. Entendo que os acontecimentos vivenciados naquela época constituem a base da memória discursiva dos pais, e esta, por sua vez, pode influenciar o discurso atual dos entrevistados nesta pesquisa.

2 CAPÍTULO II — OS CANDANGOS E O MUNDO DO TRABALHO

Para melhor compreender a relação dos candangos e seu ambiente de trabalho, creio que seja importante conhecer previamente os termos usados na época para designar os trabalhadores que migraram para o canteiro de obras da capital, provenientes das diversas regiões do país. Holston (1993) identifica quatro denominações: candango, pioneiro, piotário e brasiliense. “Pioneiro”, segundo o autor, serviu inicialmente para identificar os trabalhadores de média e alta qualificação, incluindo-se, no mesmo bojo, os comerciantes e agricultores. A categoria “candango”, como já foi explicitada na “Introdução”, é constituída principalmente pelos operários da construção civil, peões de obra, trabalhadores braçais, de baixa qualificação profissional, a maioria deles, de pouca escolaridade, às vezes, analfabetos, razão pela qual o vocábulo tinha um sentido depreciativo, rejeitado pelos ditos “pioneiros”.

“Piotário”, por sua vez, é uma autodenominação construída por aqueles “pioneiros” que se sentiram preteridos pela oficialidade logo após a inauguração da capital. “Brasiliense” é o termo oficial, criado para substituir candango que, em dado momento, perdeu o significado pejorativo dos primeiros anos da construção. Ressalte-se que, de acordo o mesmo autor, “brasiliense” refere-se particularmente aos moradores do Plano Piloto, excluindo-se, conseqüentemente, os habitantes das cidades-satélites, embora alguns desses termos tenham passado por um processo de ressignificação ao longo do tempo.

A palavra candango é uma variação de *candongo*, da língua quimbundo, dos bantos do sudoeste de Angola, e era usada de forma depreciativa contra os colonizadores daquele continente. Ao serem traficados para a região canavieira nordestina, os africanos mantiveram o sentido pejorativo para se referir aos senhores portugueses e, posteriormente, aos próprios brasileiros (HOLSTON,1993). Com o decorrer do tempo, porém, o alvo da depreciação foi invertido. A palavra virou sinônimo de cafuso, mestiço, mameluco e negro. Posteriormente, seu significado foi ampliado, passando a abranger genericamente as populações pobres do interior do país, especialmente trabalhadores itinerantes, de baixa qualificação profissional, situação predominante entre aqueles que chegaram ao canteiro de obras da futura capital.

Durante os anos da construção, os candangos, “titãs anônimos” (HOLSTON,1993), foram louvados aos quatro ventos nos discursos oficiais pela sua

tenacidade ao trabalho. Para garantir máxima adesão ao propósito de construir, em menos de quatro anos, uma cidade no coração do Planalto Central, ainda tão pouco habitado, a estratégia usada pelo governo foi a de consagrar o papel dos candangos. Não por acaso que, no afã de reforçar seu discurso, o próprio presidente da República assim se referiu aos operários:

A triste aparência de um indivíduo abatido, com que Euclides da Cunha retratou o sertanejo, está-se apagando do panorama brasileiro. Vocês não o encontrarão no companheiro candango, a quem devemos esta cidade (*Diário Carioca*, 05/01/1961, apud SILVA, 1997).

A louvação feita por JK aos candangos parece ter sido inspirada no seguinte trecho da obra de Cunha (1992):

É o homem permanentemente fatigado. Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude (CUNHA, 1992, p. 95).

O próprio Cunha (1992), porém, faz questão de corrigir que o abatimento do sertanejo ao qual se referiu o presidente era apenas ilusório:

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. (...) Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrige-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias (CUNHA, 1992, p. 95 e 96).

Aqui, o mito do herói é deslocado da figura de Juscelino para a massa anônima de operários (CARVALHO, 2001). Verifica-se um “deslizamento de sentido”, pois a ênfase agora é dada aos homens e não à cidade. O mito da terra prometida é substituído pelo mito do herói-povo, traduzindo um esforço para manter os operários em sintonia com o grande projeto político em execução. Até hoje os candangos referem-se a JK como uma figura emblemática, dono de profundo carisma, de cunho quase mitológico. Segundo depoimentos de alguns candangos, sem tais atributos, dificilmente o presidente conseguiria executar seu projeto no prazo estabelecido.

O carpinteiro José Pereira Cosme, ou simplesmente Cosme, paraibano de Boqueirão das Cabeceiras, na capital desde 1958, afirma que os tapinhas que o presidente da República dava nas costas dos peões durante as vistorias nos canteiros de obras funcionavam como uma poderosa injeção de ânimo, que levava os operários a adotarem o conhecido “ritmo de Brasília”, que significava trabalhar trinta e seis horas por dia, isto é, doze horas durante o dia, doze à noite e outras doze correspondentes ao entusiasmo dos peões de obra (Holston, 1993).

O carisma exercido por Juscelino entre os candangos e seus filhos, e também entre uma significativa parcela da população brasileira da época (e atual) remete à noção dos “mitos fundadores”, um dos elementos de construção e fixação de identidades nacionais. Segundo Silva (2000), a figura do mito fundador está relacionada a um momento crucial do passado, a algum gesto ou acontecimento, geralmente heróico, épico ou monumental, protagonizado por uma figura exponencial, o que me faz lembrar o ex-presidente e os diversos aspectos que envolveram a sua obra.



Foto 1: Operários na Esplanada dos Ministérios
Fonte: Arquivo Público do DF (autor não identificado)

Antes de me embrenhar pelo grande canteiro de obras da futura capital, exponho aqui alguns detalhes de ordem político-administrativa que envolveram o início da construção, não abordados na “Introdução” desta dissertação por uma opção didática. Ao levar adiante o desafio de transferir a sede do governo federal para o interior do país,

Juscelino Kubitschek confiara a presidência da NOVACAP ao engenheiro Israel Pinheiro. O perfil do administrador, homem de pulso forte, foi decisivo para a criação do ambiente de trabalho vivido pelos candangos. Segundo Oliveira (2005), Juscelino colocou toda a autoridade jurídica nas mãos do presidente da NOVACAP, embora a instituição não tivesse aparelhada para exercê-la. Assim, essa empresa, além de gerir as questões administrativas, passou a resolver diversos outros tipos de conflitos bem à sua maneira: “Isso explica os freqüentes excessos — como eram chamados pelos diretores da companhia — no que diz respeito às condições de trabalho e mesmo à violência, cometidas pela Guarda Especial de Brasília – GEB”²⁵ (OLIVEIRA, 2005, p. 171).

O território da capital em construção ficou em uma espécie de limbo jurídico, onde quase tudo era permitido em nome da viabilização do projeto. Após desapropriada pelo governo federal, a região não ficou mais sujeita à jurisdição do estado de Goiás e muito menos ao longínquo Rio de Janeiro. O governo, representado na figura de Israel Pinheiro, assumiu poderes constitucionais “quase absolutos” sobre direitos e deveres civis, incluindo horário e turno dos trabalhadores (OLIVEIRA, 2005). A preocupação do presidente da NOVACAP era construir a cidade, ou pelo menos seu núcleo político-administrativo básico, e garantir sua inauguração em 21 de abril de 1960. Só assim ele conseguiria evitar a falência política de seu chefe, que resolvera jogar todas as fichas no ambicioso projeto de transferência da capital no curto período de seu mandato. É oportuno registrar o que diz Steinberger (1999), ao lembrar que Brasília constituía um empreendimento onde o Estado era, ao mesmo tempo, projetista, construtor, financiador e proprietário do solo. Em resumo, o governo é que dava as cartas e a gerência da NOVACAP entendia que somente ignorando alguns limites previstos na legislação seria possível cumprir a promessa do presidente, feita de chofre, em discurso de campanha realizado em 4 de abril de 1955, na cidade goiana de Jataí, ao ser indagado pelo cidadão Antônio Soares Neto, o Toniquinho, se aplicaria o dispositivo constitucional que previa a transferência da sede do governo federal para o interior do país, conforme mostra o seguinte diálogo:

— O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende por em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas *Disposições Transitórias*, a mudança da Capital Federal para o Planalto Central.

²⁵ Corporação policial criada para prestar serviços de segurança no território administrado pela NOVACAP.

— Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova Capital e farei a mudança da sede do Governo”.(OLIVEIRA, 2000, p. 6).

2.1 — Alojamento, bóia e violência

A necessidade de contar com milhares de operários de uma só vez transformou a questão habitacional em um dos principais “nós” de Brasília (RIBEIRO, 1980). As adversidades enfrentadas pelos candangos já começavam pelos alojamentos, amontoados de camas improvisadas, onde o guarda-roupa era a própria mala ou um simples caixote. As moradias geravam constantes reclamações, pois o desconforto era tanto que chocava até os mais humildes, que se viam obrigados a usá-las por absoluta falta de recursos (SOUSA, 1983). Predominava a falta de higiene, acompanhada de todas as suas conseqüências. Havia ratos, percevejos, pulgas e “tudo quanto era tipo de imundície”, conta um dos operários ouvidos por Ribeiro (1980).

Ao estudar as vilas operárias na cidade de São Paulo, Blay (1985) afirma que a construção de conjuntos de moradias para abrigar trabalhadores é uma prática inspirada nas senzalas. Os senhores construíam a casa grande próximo aos núcleos de produção (engenhos), para melhor controlar os escravos. De forma semelhante e em uma segunda fase, o trabalho dos lavradores também seria controlado pela criação de colônias no interior das fazendas. Com suas devidas adequações, a instalação dos acampamentos dos peões de obra de Brasília, pela precariedade e localização, próximos às obras, parece dar continuidade ao modelo iniciado pelas senzalas, relatado pela autora. Uma das diferenças é que os alojamentos de Brasília não pertenciam aos empregadores de mão-de-obra, uma vez que eram instalados em terras da União. Como conseqüência, ao final da obra, muitos deles eram abandonados junto com os seus ocupantes ou apossados por outros trabalhadores sem teto, quando não, desmontados, e até mesmo inundados, como foi o caso extremo do aglomerado de acampamentos da Vila Amauri²⁶, encoberta pelas águas do Lago Paranoá.

Ribeiro (1989) constata que a estratégia de criar acampamentos de moradia dentro dos limites do território da construção facilita a exploração da força de trabalho pois, sendo eles diretamente ajustados à lógica capitalista, provocam, à semelhança do

²⁶ Antigo núcleo de acampamentos de empreiteiras, que chegou a reunir 6.196 operários antes de ser inundado pela construção do lago Paranoá. Fonte: IBGE, apud Holston (1993).

que acontece na relação entre fábrica e vila operária, um maior envolvimento dos trabalhadores com os interesses da esfera da produção, absorvendo quase completamente o cotidiano dos empregados.

Tendo em vista que os acampamentos provisórios eram incapazes de absorver toda a massa de trabalhadores, Brasília, desde o início, apresentava um grande déficit habitacional, uma vez que o número de barracos que se erguia, mesmo à revelia das autoridades, era sempre inferior à demanda dos que chegavam à região, em grandes levadas, formando “uma verdadeira torrente humana” (OLIVEIRA, 2000). Para ter uma idéia desse fluxo migratório, em 1959, portanto, um ano antes da inauguração, já havia 56.953 habitantes na cidade em construção. A grande maioria, 43%, provinha dos estados do Nordeste²⁷. Segundo Ribeiro (1980), o fluxo de migrantes nordestinos foi influenciado pela grande seca que se abateu sobre aquela região em 1958.

O modelo de alojamento adotado pelas empreiteiras não previa a edificação de residências para famílias em quantidade suficiente. As existentes eram destinadas apenas aos operários mais graduados na hierarquia do ramo da construção civil (RIBEIRO, 1980). O loteamento da Cidade Livre, surgido no final de 1956, para abrigar os “particulares”, ou seja, trabalhadores não-governamentais, incluindo os comerciantes, era a grande estação de desembarque na região sob influência de Brasília.

O núcleo pioneiro tinha caráter provisório. Por isso, a administração da NOVACAP permitiu que fossem erguidas apenas edificações de madeira, fáceis de serem demolidas, pois a idéia era derrubá-las logo após a inauguração da capital. Com a intensa procura e a pouca oferta, os preços dos aluguéis das habitações, mesmo feitas de tábuas rústicas, tornaram-se inviáveis para a maioria da população candanga. Segundo Ribeiro (1980), aos operários restaram apenas as seguintes alternativas: 1) reunirem-se em várias famílias e cotizarem o pagamento da locação; 2) usarem de relações pessoais para “passar por cima” da proibição de construir unidades habitacionais na área; e a terceira e a mais usual, ocupar terrenos públicos.

O controle exercido pela NOVACAP sobre os candangos ia além dos limites dos canteiros de obra. Ribeiro (1980) reproduz matéria publicada em 14.06.1958 pelo jornal *A Hora*, de São Paulo, noticiando a decisão do governo de proibir a entrada de nordestinos no território do futuro Distrito Federal. Diz a reportagem: “Essa providência visa proibir a avalanche de pessoas e a construção de favelas, bem como a invasão de

²⁷ Fonte: IBGE, apud Ribeiro (1980).

lotes da NOVACAP”. Para fazer valer essa proibição, o governo adotou medidas drásticas, como o uso da polícia, segundo informação divulgada pelo jornal *A Tribuna*, de 02.10.1958, citado pelo mesmo autor.

Mas a força da “torrente humana”, a qual se referiu JK, movida por um misto de esperança e desespero, era bem mais poderosa do que as ações de contenção adotadas pela NOVACAP. Em 1959, a Cidade Livre, cuja existência só fora admitida em caráter estritamente provisório, já contava com 11.565 habitantes²⁸. Com a finalidade de acomodar a população excedente, as autoridades adotaram a solução de criar cidades-satélites, a primeira delas, a de Taguatinga, em 1958, ou as “vilas operárias livres”, caso da já citada Vila Amauri e, ainda, da Vila Planalto, Vila Metropolitana, entre outras.

Depoimentos de candangos obtidos por Ribeiro (1980), Sousa (1983) e Beú (2006) testemunham o nível de sujeira e desconforto reinantes nos alojamentos de operários. A mesma condição de insalubridade se verificava nas cantinas, onde era servida a bóia. O ex-operário Edgard de Paula Viana²⁹ relata que havia todo tipo de “porcaria” nas panelas. Por isso, as diarreias eram constantes. O candango ainda se lembra de um surto de infecção intestinal que ganhou contornos de verdadeira epidemia. Com medo de o mal se alastrar pelos demais acampamentos e comprometer o andamento das obras, as autoridades ordenaram a distribuição de um medicamento aos operários, que deveriam ingeri-lo diariamente, antes das principais refeições: “Era um líquido amarelo, embalado em um tubinho de vidro. Acho que se chamava Lactobiosine. Fazia dó ver, porque, da barriga dos peões só saía água e sangue”, afirma o depoente.

As cantinas constituíam um ponto convergente de insatisfações, confirma Sousa (1983). Os peões ficavam de pavio curto só de pensar na comida que tinham que engolir. Com os nervos à flor da pele, qualquer pretexto servia para gerar uma briga, como mostra o relato a seguir, feito pelo mesmo Edgard. Certa ocasião, dois peões de obra, em fila indiana, chegaram ao mesmo tempo na vasilha de farinha. Entre ambos, havia velhas rugas mal resolvidas. Um deles, tomou a caneca da mão do rival, conhecido pelo apelido de uma famosa miss Brasil, e atirou-lhe o pó na cara, deixando-o cego, sem ação. Logo que tomou pé da situação, o peão agredido foi ao alojamento, voltou com uma arma na mão e disparou à queima roupa contra a cabeça do opositor,

²⁸Fonte: IBGE (1959), apud Ribeiro (1980).

²⁹ Edgard de Paula Viana tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Brasília.

que morreu na hora. “Isso aconteceu numa terça-feira. No sábado da mesma semana, ele apareceu vestido com a farda da GEB”, relembra o ex-operário, hoje sindicalista.

O episódio protagonizado por “miss Brasil” mostra como alguns policiais da GEB eram arregimentados. Na impossibilidade de recrutar policiais de outros estados, eram escolhidos a esmo, “pegos no laço”, como diziam os peões de obra. Bastava saber atirar, mostrar ser valente, cabra-macho. Alguns provinham dos quadros das próprias empreiteiras, como o caso ora relatado. Os abusos eram geralmente acobertados pelas autoridades sob o pretexto de “manter a paz” e, claro, o ritmo das obras (RIBEIRO, 1980).

Os gebianos, ou “bate-paus”, como também eram conhecidos entre os candangos (TEIXEIRA, 1982), não amedrontavam apenas a população operária. A própria Associação Comercial de Brasília de então chegou a pedir a extinção da corporação dias após a chacina ocorrida no acampamento da Pacheco Fernandes: “Não temos policiais, mas, sim, bandidos que vestem fardas”, protestava o dirigente da entidade, Gileno Mendes de Andrade³⁰. Fácil imaginar porque o trinômio gebiano–operário–bóia formava uma combinação quase sempre explosiva. A ação empreendida por um contingente de policiais fortemente armados no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas, dia 8 de fevereiro de 1959, domingo de carnaval, ficou marcada na memória dos candangos, constituindo um dos episódios mais sombrios ocorridos no território da obra de JK:

Enquanto o resto do país caía na folia, os operários da construtora Pacheco Fernandes Dantas embrulhavam o estômago na fila da bóia. Há tempos que reclamavam da comida, mas os donos da empreiteira não estavam nem um pouco interessados no cardápio da cantina. A barriga roncava de fome, a impaciência roía os nervos e a revolta era maior, porque corria o boato de que o patrão havia atrasado o pagamento para ninguém se debandar durante os dias de Momo. Os candangos estavam isolados do país da alegria. O samba só chegava ao Planalto Central irradiado em ondas médias e tropicais. A realidade ali não era moldada em papel marchê (BEÚ, 2006, p. 73 e 74).

“Massacre policial: sangue de operários jorrou em Brasília” — estampou em primeira mão *O Popular*, referindo-se à ação dos gebianos. Segundo o jornal goiano, dezenas de policiais armados de metralhadoras invadiram o acampamento por volta das onze e meia da noite. “No mesmo ritmo em que desciam do seu veículo³¹, os milicianos,

³⁰ Fonte: *Jornal Correio Paulistano*, 15.02.1959. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do DF.

³¹ Caminhão.

sem ao menos tomar conhecimento do que sucedia, foram disparando suas armas contra a multidão de operários”, dizia a reportagem publicada na edição de terça-feira, 10 de fevereiro. Vários jornais, inclusive os da chamada grande imprensa, noticiaram o fato com alguns dias de atraso devido à precariedade dos meios de comunicação.

Binômio, semanário editado em Belo Horizonte, de circulação restrita, publicou contundente reportagem sobre o assunto com o título “Polícia de facínoras transformou Brasília em capital do cangaço”. A matéria foi assinada por Dídimo Paiva e pelo fotógrafo Antônio Cocenza, que se valeu de um pseudônimo. Ambos conseguiram entrar no Hospital do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), o único de Brasília, feito de madeira, próximo à Cidade Livre e onde tinham sido internadas dezenas de vítimas. A GEB foi chamada para impedir a ação da imprensa, “mas saímos a tempo”, lembrava-se muitos anos depois o jornalista, que foi obrigado a fugir de Brasília às escondidas, em companhia do fotógrafo (BEÚ, 2006).

Telegramas de protestos foram endereçados ao presidente da República, ao ministro da Guerra e às lideranças do Congresso Nacional. Mas o *staff* palaciano fez de tudo para abafar o caso. O assessor de Imprensa do Palácio do Catete, Autran Dourado, foi lacônico: “O presidente não recebeu qualquer telegrama dando conta do conflito entre operários de Brasília” (DOURADO, 1959, apud TEIXEIRA, 1982, p. 182). E, apesar do apelo feito por Paviani (1997) para que a História esclareça o nebuloso incidente, o “massacre” continua sendo até hoje uma grande interrogação. Talvez faça parte da relação dos episódios “obscuros” que o próprio presidente da República admitiu ter eventualmente ocorrido no calor da empreitada, em pronunciamento feito à Nação em 20 de abril de 1960, às vésperas, portanto, da inauguração oficial da capital:

Sei bem, todos o sabem, que os episódios do erguimento desta cidade, mesmo os mais obscuros, figurarão na história que escrevestes, com o vosso suor. As gerações futuras desejarão saber tudo o que aconteceu na Capital da Esperança (*Revista Brasileira dos Municípios*, n. 49/52, 1960, p. 5 e 6).

Criou-se uma verdadeira cortina de fumaça em torno do caso. Mas o tempo produziria um efeito curioso. Ao invés de apagá-lo definitivamente da memória de algumas testemunhas, ele quebrava o silêncio do medo, trazendo à tona importantes depoimentos: José Damião da Silva, ou simplesmente Damião (Foto 2), paraibano da serra do Retiro, baixinho, cinqüenta e cinco quilos, quatorze anos de fato e dezoito de

direito³², era servente da construtora Rabelo, fichado em 1957. Apesar da tenra idade, já havia corrido meio mundo, até as florestas do Alto Amazonas, onde passou um ano servindo de batedor para uma construtora de estradas. Tinha o rosto todo enrugado. Dizia que uma vez fora salpicado pelo sangue de uma cobra no sertão³³ do Mato Grosso e, por isso, ficara daquele jeito.

Andava sempre de chapéu e jaqueta, fizesse frio ou calor, e com uma peixeira na cintura, quando não, um revólver. Adorava um cigarrinho, mas não era de farra nem bebia. Mulher, só se deitava com alguma quando tinha coragem de ir à zona do baixo meretrício, a ZBM, o que acontecia raramente. Apesar de tanta austeridade, Damião não conseguiu fazer fortuna. Continuava morando no mesmo barraco da época da construção: Alojamento para Funcionários Solteiros, Conjunto 10, Quarto 40, Acampamento Rabelo, Vila Planalto. Um endereço comprido demais para identificar um quartinho geminado de madeira, de apenas 2,40 por 2,70 metros, que ele dividiu com um companheiro até a inauguração da capital (BEÚ, 2006). Apesar do tempo, nem tudo para ele eram águas passadas. Não havia mais corre-corre, noites insones nem tanto cansaço. Mas a vida parecia cada vez mais difícil, porque, agora, além do entusiasmo da mocidade, também lhe faltava saúde. Estava com o pulmão enfraquecido, tossindo muito e sem dinheiro para aviar a última receita do posto do INPS³⁴. Mesmo assim, a sua memória parecia clara como o dia:

Essa história eu não gosto nem de contar. Trabalhava na Rabelo naquela época. Foi em 1959. Tinha ido pra placa da Mercedes, que era onde ficava a zona. Fim de semana, o pessoal ia muito lá na Cidade Livre pra comprar coisa na feira. Muito peão cozinhava dentro do alojamento. A gente dizia “queimar lata”, porque, como não tinha panela, o jeito era pegar qualquer lata pra fazer a comida, como estou fazendo aqui agora. Quando eu vinha de lá, acho que era uma base de onze e meia... Aqui na Rabelo tinha um armazém. De lado, tinha um ponto de carta. Toda carta que chegava, eles punham ali. A gente ia lá e procurava. Se tivesse carta pra gente, a gente pegava. Era assim... Aí, no lugar de eu descer direto, eu dei a volta pela Pacheco Fernandes. Quando cheguei lá e entrei no portão, começou o tiroteio. Eu vi que o fogo estava cruzado, porque muito peão tentava se defender. Perto do portão tinha um paul de serra. Quando eu ouvi os tiros, pensei: a minha salvação é bolar no chão e me enfiar naquele

³² Ainda de menor, José Damião da Silva dirigiu-se ao cartório da vizinha cidade de Luziânia (GO), informou ser quatro anos mais velho e obteve uma nova Certidão de Nascimento e a sua (falsa) maioridade. Com isso, pôde tirar Carteira de Trabalho e ser contratado, repetindo um artifício muito usado pelos migrantes da época (BEÚ, 2006).

³³ Sertão, visto do litoral, é o lugar onde o herói encontra a natureza e nela se realiza, forja sua identidade e ideologia. Para os antigos habitantes do Planalto Central, Brasília era o sertão (SILVA, 1997).

³⁴ Instituto Nacional de Previdência Social.

paul de serra. Tirei o chapéu da cabeça, pus a mão em cima de um trinta e oito que eu tinha. Naquele tempo a gente andava armado, porque aqui tinha fera, lobo, muita cobra e até onça. Quando fui entrando, senti um negócio mole no meio do paul de serra. Aí cismeí e voltei pra trás. Era um homem que estava escondido lá. Quando ele se levantou, olhei e vi que era um amigo meu, Antônio. Aí eu falei: Antônio, o que é que nós faz? Quando eu perguntei o que é que nós faz, recebi uma bala, que riscou o coró da minha cabeça, bem aqui, por cima da orelha. Aí eu falei: vamos bolar na direção do alojamento. Mas aí ele começou a bolar na minha frente, me atrapalhando. Então eu gritei: não bola na minha frente, não; bola de lado. Quando a gente já estava perto dos alojamentos — porque a gente queria se esconder lá dentro — ouvi um cidadão dizer: Pelo amor de Deus! Não me mate não, que já estou baleado na perna... Parece que ele estava debaixo da cama e tinha um soldado com uma quarenta e quatro na mão. Os alojamentos tinham uma travessa aqui, passando por cima da porta. O soldado chegava, pendurava nessa travessa e metia os dois pés na porta. Quando ele metia os dois pés na porta, o outro, atrás, passava fogo no operário. Aí eu ouvi um tiro. Tinha sido o Antônio que tinha atirado. Ele tomou conta da arma do soldado e continuou atirando, assim, com as duas mãos, como um artista de filme de faroeste. Aí continuei bolando, já com muito sangue escorrendo pela cabeça, pelo pescoço e pela gola da camisa. Depois, vi que vinha alguém e perguntei: — Antônio, é você que vem aí? — Que Antônio coisa nenhuma, seu cão dos infernos! — o outro lá respondeu. Então me fiz de morto. A pessoa veio e encostou o cano do revólver na minha cabeça. Nessa hora, fiquei quietinho. Nem respirar, respirava. Não era policial. Era um peão. Mas ninguém sabia direito quem era soldado e quem era peão, porque teve uma hora que a luz elétrica apagou. Ficou todo mundo doído. Só se via a claridade do tiroteio. Era gente ferida, uns com as mãos no peito, outros com as mãos na perna, na cabeça, correndo pra todo lado. Muita gente corria para o lado do Palácio da Alvorada. Mas, como eu ia dizendo, quando ele tirou o revólver da minha cabeça e foi saindo, levou um tiro, caindo bem perto de mim. Aí um soldado chegou e disse: — Esses dois aqui devem estar mortos. E pisou bem em cima da minha cabeça. Quando o fogo se acalmou mais, eu corri e consegui sair do acampamento. Eu vi um caminhão saindo cheio de gente morta. Ia para mais de oitenta pessoas. Foram jogados uns por cima dos outros. Dizem que um trator cavou uma vala e jogou o pessoal lá dentro. Ninguém sabe onde, mas acho que naquela época só tinha cemitério em Planaltina. Tudo começou por causa de um bandeirão de comida. Teve a maior confusão. Mas quando eu saí pra Cidade Livre, à tarde, já estava tudo calmo. Parecia que não tinha mais nada. Quem ficou sem comida, foi comer marta-rocha³⁵, porque quem não era muito comedor e comia uma marta-rocha daquela, estava jantado. A maior covardia que achei e que muita gente também achou é que a GEB já pegou o pessoal todo dormindo (Damião, apud BEÚ, 2006, p. 78, 79 e 80).

³⁵ Biscoito de tamanho avantajado, feito à base de farinha de trigo, muito comum na dieta dos candangos.



Foto 2: Damiano. Vila Planalto (DF), 1992
Autor: Edson Beú Luiz

2.2 — Acidentes de trabalho

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) virou letra morta no grande canteiro de obras de Brasília. Segurança no trabalho era um conceito maldito pelos empregadores, por representar custos, e convenientemente ignorado pelas autoridades. Não havia cinto, botas, luvas, capacete (Foto 3), “capacete era a cabeça da gente”, disse um dos candangos entrevistados. A maioria dos migrantes ia para as construções do jeito que chegavam, alguns calçados de chinelo; no máximo, botinas, e um surrado chapéu de palha ou de couro, se nordestinos. O desrespeito à legislação era incentivado pelo ritmo das obras. Souza (1983) relata que JK costumava fazer vistoria para “encorajar os operários no alcance de recordes de velocidade necessários ao limitado prazo de entrega da cidade”. A propósito, o ex-motorista de caminhão Antônio Carlos de Lima, cearense de Quixeramobim, em Brasília desde julho de 1957, fichado na NOVACAP, afirma ter visto Juscelino chegar de madrugada nas obras, dar uma tapinha nas costas dos candangos e dizer: “Conto com a colaboração e o esforço de vocês, porque quero fazer em cinco o que era para ser feito em cinquenta anos”. Fácil entender porque o limite de duas horas extras diárias, previsto na CLT, era multiplicado várias vezes nas “viradas”, turnos em que o operário, literalmente, virava a noite e o dia na obra sem dormir.



Foto 3: Construção da capela Nossa Senhora de Fátima, SQS 307/308, 1958
 Autor: Mário Fontenelle. Fonte: Arquivo Público do DF

O carpinteiro Cosme, já citado, chegou a Brasília ainda solteiro, com 24 anos de idade. Seu trabalho era montar o madeirame que servia de molde para lajes e vigas:

A maioria dos acidentes acontecia na hora da concretagem. A correria era maior, porque o cimento não podia passar do ponto. A empreiteira chamava todos quebra-galhos, gente que nunca tinha visto um martelo. Quando o bico da laje quebrava, saía derrubando operário de andar em andar até chegar lá embaixo. Mais do que depressa, o encarregado, sujeito responsável pela obra, jogava um pedaço de lona em cima para ninguém identificar o corpo. E a mulher, coitada, ficava lá no Norte³⁶ com os filhos, pensando que tinha sido abandonada pelo marido (Cosme, apud BEÚ, 2006, p. 51).

Se os operários tivessem que eleger uma espécie de “Túmulo ao Candango Desconhecido”, à semelhança dos monumentos erigidos para homenagear soldados desaparecidos em campos de batalha, provavelmente apontariam o anexo do Congresso Nacional, o “Vinte e Oito”, o edifício mais alto em construção (Foto 4). Impossível

³⁶ Embora mencione o ponto cardeal Norte, Cosme, na verdade, está se referindo à sua região de origem, o Nordeste. A substituição de “Nordeste” por “Norte”, neste caso, é influenciada pelo hábito que se tornou corriqueiro nos anos 30 do século passado, de dividir o Brasil em apenas “duas grandes porções”, Norte e Sul (ANDRADE, 2003). Assim visto, o Norte corresponderia ao espaço geográfico situado acima do estado da Bahia, inclusive. Isso explica porque paulistas e outros habitantes do “Sul” passaram a chamar de “baiano” todo o migrante oriundo da área setentrional do país, segundo ainda o mesmo autor.

saber o número de trabalhadores que caiu dos andaimes, pois as empreiteiras nem o governo tinham interesse em fazer essas contas, muito menos divulgá-las. — Pra complicar, naquela época, não havia justiça trabalhista e nem representação sindical. A gente só ficava sabendo das coisas pela “rádio peão” — conta ainda Cosme, que se aposentou por acidente de trabalho, ganhando o equivalente a quatro salários mínimos, reduzidos a apenas um pelos sucessivos planos econômicos do governo de combate à inflação. Ribeiro (1980, p. 93) transcreve falas que reafirmam aquilo que a “rádio peão” noticiava e a oficialidade jogava debaixo do tapete:

Do jeito que eles construíram aquele ‘Vinte e Oito’, principalmente a estrutura, foi um troço criminoso. Porque ali teria que fazer um abajur (...) Abajur é uma cerca que você faz por fora (...) E ali não tinha nada. Então, era soltinho. Inclusive o teste que fazia ali era o sujeito andar em cima de uma viga de 15 centímetrozinho (...) Com uns dez metros de altura. Se o sujeito passasse nela, passava no teste. Podia ser ele analfabeto.

Uma das fontes ouvidas por Ribeiro (1980) era “fazedor de caixão” da NOVACAP. Conta que certa vez despencaram nove trabalhadores do elevador do “Vinte e Oito”. Frequentemente, o carpinteiro era acordado no meio da noite para fazer novos ataúdes. Para dar conta dos pedidos e evitar chateação dos superiores, já deixava vários prontos, empilhados. A quantidade de vítimas fatais era tanta que o pessoal chegava à carpintaria e apenas dizia: “vê um caixão aí”.

Otacílio Zacarias dos Santos (Foto 5), paraibano de Itaporanga, chegou a Brasília em 1958. Fez de tudo um pouco nos canteiros de obra. Trabalhou alguns anos de “tatu”, jargão usado no meio da construção civil para identificar aqueles que realizavam a perigosa tarefa de retirar a sobra de terra acumulada na base das fundações, antes da concretagem. Franzininho, menos de cinquenta quilos, atendia a principal exigência feita pelos patrões, pois só assim alguém podia subir e descer pelo buraco estreito, profundo e quase sempre inundado pela presença de algum lençol d’água, o que tornava o serviço ainda mais arriscado.

Foi a gente que fez a fundação do Congresso Nacional. O que eu conheço por Congresso Nacional é aquele prédio que parece um cuscuz, todo redondinho. Nosso alojamento ficava no lugar onde hoje é a rampa. Primeiro, a máquina cavava o buraco. Depois, a gente descia agarrado num cabo de aço, junto com um balde, pra tirar o resto de terra que tinha ficado lá embaixo. A fundura variava, era quinze, vinte, trinta metros... O “Vinte e Oito” foi bem uns quarenta metros de chão a dentro. Quando eu terminava de encher o balde, dava

um sinal para o peão lá em cima puxar. Era um sobe-desce danado. Depois de tudo limpo, eu subia de volta, agarrado no balde. Na subida, eu ia rodando igual um parafuso, porque o corpo ia batendo de lado no buraco. Saía todo sujo de lama, igualzinho um tatu. De lá, fui trabalhar na Rodoviária, na construção dos ministérios, na Torre de Televisão e em muitos outros lugares. Se morria gente? Vixe! Só no Hospital Distrital (Hospital de Base), vi morrer treze pessoas de uma vez (Otacílio).



Foto 4: Edifício Anexo do Congresso Nacional, o “Vinte e Oito”, 1958
Autor: Mário Fontenelle. Fonte: Arquivo Público do DF

A ocorrência de acidentes de trabalho aumentou ano a ano em função do ritmo das obras, que se intensificava à medida que se aproximava o dia 21 de abril de 1960, data da inauguração da capital. A seguir, os números citados por Ribeiro (1980) e Silva (1997), com o agravante que dizem respeito apenas àqueles registrados pelo hospital do IAPI. De agosto a dezembro de 1957: 342; em 1958: 1.974; em 1959, o número saltou para 10.927, uma média de 30 acidentes por dia; em fevereiro de 1960, portanto, há dois meses da inauguração, foi registrada a impressionante média de 170 casos por dia, segundo dados publicados em 11 de fevereiro e 21 de maio de 1960 pelo jornal *DC – Brasília*³⁷, citado pelos referidos autores.

³⁷ Filiado ao *Diário Carioca*, o *DC-Brasília* foi o primeiro jornal a circular regularmente no Distrito Federal, a partir de 12 de setembro de 1959. A redação funcionava em um barraco de madeira situado na 2ª Avenida, Núcleo Bandeirante. Os textos eram enviados à sede (Rio de Janeiro) por telex, telefone ou pelo último avião. Impresso durante a madrugada, chegava a Brasília pelo primeiro voo que saía pela manhã da então Capital da República: <http://dc.serqueira.com.br>, acesso em 20.12.2006.

Ribeiro (1980) vê a prática abusiva de horas extras como uma forma de o capitalista reduzir custos, por evitar a contratação de novos empregados. Ele considera a “virada” um mecanismo ilegal e afirma que “as formas de exploração”, por meio da extensão da jornada de trabalho, implicavam um desgaste físico passível de sérias conseqüências imediatas e futuras. Souza (1983) classificou de “esgotantes” as tarefas desempenhadas pelos peões de obra e considera as “viradas” um artifício utilizado pelos empresários para cumprir os prazos estabelecidos pela NOVACAP. Cabe observar, porém, que os trabalhadores reconheciam o desgaste físico causado pelo excesso de horas extras, mas não abriam mão delas. Isso pressupõe que o desrespeito à CLT, sobre o qual a NOVACAP fazia vistas grossas, atendia também os interesses dos operários, por significar um razoável ganho adicional de salário, mesmo colocando em risco a própria vida. É importante lembrar que os migrantes vinham geralmente de condições de sobrevivência ainda mais adversas, em que não havia sequer emprego. Oriundos dos mais longínquos rincões do país — como era o caso particular dos nordestinos —, não dispunham de poder de barganha e, como tal, aceitavam qualquer proposta dos patrões.

Algo bem mais grave do que extrapolar jornadas de trabalho, porém, acontecia fora dos limites dos canteiros de obra: trata-se do tráfico de mão-de-obra escrava. A mando de fazendeiros da chamada Região do Entorno³⁸, aliciadores saíam de caminhão até o interior do Nordeste, oferecendo salários generosos àqueles que se dispusessem a trabalhar na construção da nova capital. Para estimulá-los, custeavam-lhes as despesas de uma viagem geralmente sem volta. Porque, antes de chegar a Brasília, o motorista mudava sorrateiramente o itinerário e se embrenhava pelo interior do vasto e ainda não dividido Goiás e, em alguns casos, pelo Mato Grosso, onde entregavam a “encomenda” aos patrões. Reféns de dívidas extorsivas, que lhes eram imputadas na chegada, os retirantes eram submetidos a um regime de trabalho escravo, sem possibilidade de fuga, isolados que estavam na imensidão dos latifúndios e, ainda, vigiados por capangas. “Quando alguém tentava reagir, o fazendeiro chamava logo o quebrador de milho³⁹ e dava um fim no sujeito”, conta Clementino Cândido (Foto 6), ex-servente de pedreiro da construtora Rabelo, mineiro de Rio Casca, em Brasília desde 1957. O aliciamento de trabalhadores nordestinos para a região Centro-Oeste foi denunciado pela imprensa,

³⁸ Segundo comunicação pessoal de Paviani (2007), a designação “Região do Entorno” apresenta um viés pejorativo, agravado recentemente pela associação feita à criminalidade, o que discrimina generalizadamente a população envolvida: “População não se entorna, mas ocupa espaços em razão de suas possibilidades econômicas ou premência de ter um chão — dentro da estratégia arraigada da casa própria”. O autor sugere a substituição de “Região do Entorno” por “Área Metropolitana de Brasília”.

³⁹ Assassino de aluguel.

segundo registra Ribeiro (1980), que reproduz notícias publicadas em jornais da época. *A Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, edição de 05.01.1960, relatava que o tráfico de trabalhadores já se tornara rotina nas cidades vizinhas a Brasília. O preço de cada um variava de acordo com o estado físico. Os alfabetizados, coisa rara, valiam mais. Os aliciadores usavam até “modernos ônibus Mercedes Benz” para seduzir os sertanejos, segundo notícia publicada na mesma data pelo *Correio da Manhã*, também do Rio de Janeiro (Ribeiro, 1980).

Tais situações servem para mostrar a realidade sócio-econômica e cultural de muitos daqueles que chegaram à região em busca de melhores condições de vida. E também remetem à análise feita por Braverman (1981), ao estudar a venda da força de trabalho no sistema capitalista, em que o empregado assina contratos aviltantes por não dispor de alternativa de sobrevivência. Ou, como diria Elias (1994), por não possuir “margem individual de decisão” suficiente para reivindicar mais segurança no trabalho, por exemplo. “Era pegar ou largar, porque quase todo mundo chegava aqui sem um tostão no bolso, pensando na família que tinha ficado pra traz, passando necessidade” — confirma o carpinteiro Cosme. Embora se refira àqueles que chegaram à capital no período imediatamente pós-inauguração e não apenas aos peões-de-obra, a descrição a seguir ajuda a mensurar o impacto sofrido pelos migrantes que desembarcavam no “Brasil do Centro-Oeste” naquela época:

Aqueles homens e aquelas mulheres deparavam-se, igualmente, com um Brasil totalmente novo, um Brasil que o próprio Brasil até bem pouco se recusava a reconhecer: o Brasil do Centro-Oeste, do Cerrado imenso, dos dias quentes seguidos por noites geladas, dos ventos constantes que formavam estranhos redemoinhos, da seca, da distância extravagante em relação àquele Brasil caro e conhecido que havia ficado para trás (...) As escolhas oscilavam, praticamente, entre desistir de tudo e voltar — para o antigo lar, a família, os amigos, a vida confortável, porque conhecida — ou respirar tão fundo quanto a poeira pudesse autorizar e assumir o desafio de fazer vingar aquela cidade-novidade, capital do sonho nacional. (SILVA, 2003, p. 251).

No entendimento de Carvalho (2001), as imagens geradas pela fala de Juscelino Kubitschek construíam a figura de um sujeito coletivo, corajoso, com áurea de herói, verdadeiros titãs, unidos em torno de “um dever quase sagrado, que merecia todo sacrifício, sangue, suor e lágrimas”. Apesar dos efeitos causados pelo discurso oficial, cabe ressaltar que a principal força que movia os operários era o desejo de fazer um pé-

de-meia na “Capital da Esperança”⁴⁰, alimentado desde a partida da terra natal. “A gente veio aqui prá ganhar dinheiro”, afirma o mecânico Gegê (Foto 7). Por isso e apesar dos riscos, todo mundo queria fazer hora extra, chegando até as “viradas”, prática que alimentava o ciclo de uma tragédia cotidiana.

O mineiro Clementino apresenta uma versão, diga-se, bastante plausível, para explicar o surgimento da prática das “viradas”. Conta que no começo da construção havia muitas empreiteiras clandestinas, conhecidas popularmente por “gatos”, “subempreiteiros sem idoneidade econômico-financeira” (SOUSA, 1983) ou, segundo Zarur (1991), “arregimentadores ilegais de força de trabalho”. Os “gatos” configuravam uma situação de meio termo entre o trabalho escravo e a legalidade, pois a estratégia de contratação era praticamente a mesma, com a atenuante de que, neste caso, os retirantes eram, de fato, encaminhados aos canteiros de obra da capital em construção, onde prestavam serviços sem vínculo empregatício formal. Segundo o ex-servente de pedreiro, o número de “gatos” era superior ao das empresas legalmente constituídas. Elas não exigiam documentos, não assinavam carteira e, por conseguinte, não tinham encargos trabalhistas. Com custos operacionais menores, os “gatos” pagavam às vezes mais do que as outras firmas. Também não obedeciam os limites de jornada de trabalho estabelecidos pela legislação, generalizando a prática das “viradas”. Assim, as obras tocadas pelos “gatos” tinham um andamento bem mais acelerado do que as empreendidas pelas construtoras legalmente constituídas. O ritmo das empresas formalizadas juridicamente estava em descompasso com a pressa exigida por JK, que precisava correr contra o tempo para seu projeto de governo não se transformar no “túmulos político” agourado pela oposição.

Segundo ainda Clementino, foi para acompanhar o ritmo dos “gatos” e, com isso, atender as exigências do governo, que as demais construtoras também passaram a adotar a prática das “viradas”. — Se continuasse naquela vagareza, Juscelino não tinha conseguido construir Brasília de jeito nenhum — avalia convicto o depoente que, por diversas vezes, presenciara o presidente exaltar os ânimos dos peões durante as vitorias que costumava fazer nos canteiros de obra, algumas delas, altas horas da madrugada: “Nas viradas, o peão pegava às seis da manhã e só largava às seis da manhã do outro dia”, conta o ex-operário, que justifica: “A gente achava bom, porque, no final do mês,

⁴⁰ Codinome criado por André Malraux, escritor e ministro francês, ao lançar, em 1959, a pedra fundamental da futura embaixada de seu país na capital em construção.

o envelope (de dinheiro) vinha cheio. Também, naquele tempo, ninguém tinha pra onde ir. Era trabalhar ou arrumar confusão nas bodegas”.



Foto 5: Otacílio
Autor: Edson Beú Luiz, 2007



Foto 6: Clementino
Autor: Edson Beú Luiz, 2005

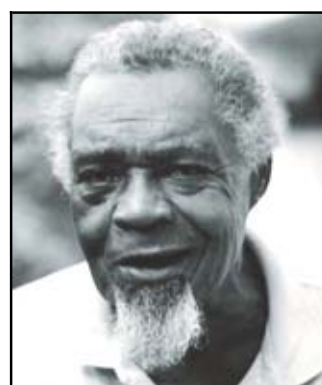


Foto 7: Gegê
Autor: Edson Beú Luiz, 2005

Vale observar que muitos daqueles que migraram para o então isolado Centro-Oeste foram imbuídos pelo espírito de aventura, sonhando fazer fortuna para retornarem com os bolsos cheios a seus antigos rincões. Com as devidas ressalvas, lembram os garimpeiros estudados por Kuyumjian (2002), que arriscavam a vida na beira dos barrancos, em terras distantes, sonhando bamburrarem em um aluvião de ouro. Uma das diferenças, além da clandestinidade que estigmatizava os garimpeiros, é que em vez de ajuntar suas “pepitas” no leito dos rios, o faziam no dia-a-dia das horas extras, nos buracos das fundações, sob os sombrios subsolos ou nas grimpas dos andaimes. Assim como os faiscadores, os candangos trabalhavam sob um clima de tensão e insegurança, intensificado pela ameaça do sono traidor, que costumava surpreendê-los altas horas da noite.

Parafraçando Diamond (2006)⁴¹, é possível dizer que indivíduos diferentes respondem de modos diferentes a problemas semelhantes. Assim é que nem todos conseguiram passar emocionalmente ilesos às adversidades do cotidiano dos canteiros de obra, marcado pelo exaustivo corre-corre, pela violência patrocinada pela GEB ou pelo temor de ser a próxima vítima fatal de um acidente de trabalho. Acrescente-se a tudo isso o fato de a grande maioria estar longe das pessoas que lhes davam sentido à vida: a família, os amigos, os amores. Por isso, “não foram poucos, também, aqueles

⁴¹ “Sociedades diferentes respondem de modo diferente a problemas semelhantes” (DIAMOND, 2006, p. 31).

que beiraram a loucura”, relata Silva (2003). O uso do substantivo “loucura” feito pela autora não constitui simples força de expressão. Pelo que já foi aqui exposto, o mundo do trabalho dos candangos, em certas circunstâncias, chegava a ser traumático. Segundo relato do ex-mecânico Feliciano Pereira dos Santos, obtido por Beú (2006), alguns operários enlouqueciam de repente, largavam tudo e sumiam, talvez de volta às suas terras de origem. O intenso corre-corre do dia, quando não emendava com as “viradas”, era seguido por “noites vazias e angustiantes”, diz, por sua vez, Silva (1997). Além do trabalho, a sociabilidade dos candangos se limitava às cantinas, ao restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social, conhecido pelos candangos pela sigla SAPS, localizado na antiga VELHACAP (Candangolândia), aos bares da Cidade Livre, às mesas de jogo de pife-pafê e às “peladas” improvisadas nos espaços abertos de terra batida.

Preocupados em oferecer algum tipo de lazer a seus operários, os administradores da construtora Rabelo improvisaram uma salinha de cinema no interior do acampamento. Os filmes eram exibidos em um espaço coberto com folhas de zinco. O piso, de cimento grosso, era moldado em forma de degraus para servirem de assento. As projeções aconteciam geralmente em fins de semana à base de gerador, conta o carioca Gegê. Os faroestes eram os preferidos, mas os operários também se divertiam a valer com os filmes da dupla Oscarito e Grande Otelo e outras chanchadas produzidas nos estúdios da Atlântida⁴². Só depois seriam construídos os Cine Bandeirante, na Cidade Livre, e o Cine Paranoá, em Taguatinga, relata ainda o ex-mecânico.

Contratado pela Rabelo, Gegê chegou à região em 19 de agosto de 1956 ao lado de três companheiros da mesma empreiteira, Candinho, Zé Felipe e Claudino. Sente imenso orgulho em se identificar como integrante do “grupo dos quatro primeiros” que tiveram a primazia de pisar o solo da futura capital. Saíram de Goiânia de jipe e chegaram ao local após nove horas de viagem. Por falta de estradas, parte do trecho foi percorrido nas trilhas do Cerrado abertas pelo vaivém dos carros de boi. Naquela época, as opções de lazer eram nulas, pois não havia sequer a Zona do Baixo Meretrício na Cidade Livre, a ZBM, onde muitos se divertiam. Gegê conta que rasgava picada a pé até Planaltina só para passar uma noite nos cabarés da então cidadezinha goiana. Era um dia inteiro de caminhada para ir, outro para voltar. A partir de tal contexto, entende-se porque “o livro de ocorrências da temida GEB era repleto de casos de embriaguez”

⁴² Empresa cinematográfica, fundada em 1941, no Rio de Janeiro, tornou-se a maior produtora brasileira da época: www.adorocinemabrasileiro.com.br, acesso em 30.09.2007.

(SILVA, 1997, p. 80). Não é também de todo descartável supor que a instabilidade emocional que tomou conta de muitos operários ajude a explicar os “casos de embriaguês” registrados pela GEB, principalmente depois que a lei seca, imposta pelas autoridades logo no início da construção, caiu na inocuidade devido à absoluta falta de controle do uso de bebida alcoólica em consequência da instalação da ZBM nos arredores da Cidade Livre.

A “descarga nervosa” a qual se referiu Cunha (1992) talvez tenha sido a causa que levara Tião, negro, algo em torno de quarenta anos de idade (goiano ou mineiro)⁴³, a iniciar uma delirante viagem pelo interior de Goiás, com o objetivo de construir uma capital na imaginária província de Goyanorte (BEÚ, 2006). Ao chegar a Anápolis, pegou a rodovia Belém–Brasília e, mais ao norte, uma via secundária, rumo à cidade de Itapaci. Daí, a pé ou, quando a sorte ajudava, na carona de um jipe ou de um carro de boi, chegou a centenária Pilar de Goiás. Tião seguiu em frente e, antes de avistar Santa Terezinha de Goiás, pegou um caminho à esquerda, atravessou quatro pequenas pontes e chegou a Mandinópolis, um arraial formado por uma igreja e duas fileiras de casas, a maioria de pau-a-pique, espalhadas no meio de um chapadão.

Quando chegou ao povoado, além de uma duvidosa documentação, mostrou uma farda militar, identificando-se como um enviado do governo federal com a missão de edificar uma capital na região. Prometia construir escolas, hospitais, remodelar completamente o arraial, pois considerava tudo ali “provisório”, adjetivo este que inspiraria os moradores a chamá-lo pelo apelido de Tião Provisório. Em meio a um clima de desconfiança, o visitante iniciou seu árduo trabalho. Primeiro, derrubou uma faixa de Cerrado de uns oitocentos metros de comprimento por outros cinquenta de largura para aterrissar o avião do presidente da República, que iria lançar a pedra fundamental. Seguiu, assim, os mesmos passos de Juscelino que, antes de fazer a viagem de reconhecimento do local da futura capital, dependeu da prévia terraplenagem de uma pista de pouso, o improvisado Aeroporto Vera Cruz, construído por Bernardo Sayão⁴⁴ próximo ao local onde seria edificada a Estação Rodoferroviária.

Apesar do desvario, a comunidade aprendeu a gostar do novo morador, cuja fantasia apresentava, como reverso da moeda, passividade, dedicação ao trabalho —

⁴³ Tião se dizia mineiro, portava uma cédula de identidade emitida em 1957 por aquele Estado, porém, o próprio documento indicava ser natural da cidade de Rio Verde, em Goiás.

⁴⁴ Engenheiro agrônomo e um dos principais auxiliares de Juscelino Kubitschek, Bernardo Sayão iniciou sua caminhada rumo ao Planalto Central desde o início dos anos quarenta, ao integrar a chamada “Marcha para o Oeste”, promovida pelo governo Getúlio Vargas. Faleceu em janeiro de 1959, vítima da queda de uma árvore durante a construção da rodovia Belém–Brasília (Sayão, 1985).

diziam que no cabo da enxada não havia ninguém melhor do que ele em toda a região —, correção nos negócios e uma grande devoção por Nossa Senhora da Penha, padroeira do lugar. Tião continuou por aqueles sertões de Goiás, como um titã de Cunha (1982) ou de Juscelino (OLIVEIRA, 2000), anos e anos, de sol a sol, levando adiante o solitário sonho de construir uma nova capital no interior do país. Enquanto isso, a pouco mais de quatrocentos quilômetros dali, o futuro dos candangos tornava-se cada vez mais inquietante, para não dizer sombrio. A auréola messiânica que envolveu Brasília durante a Era JK já havia perdido o reluzente brilho. Como será exposto no próximo capítulo, a Ceilândia do início dos anos setenta que se descortinava à frente deles não era o mundo com o qual haviam sonhado.

3 CAPÍTULO III — CEILÂNDIA: A DESCONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO E CULTURAL

Brasília era uma obra de dimensão monumental. E da mesma forma como os edifícios tomavam conta do novo Distrito Federal, muita coisa desaparecia ou mudava de lugar da noite para o dia: a vegetação nativa, em primeiro lugar; tapumes, máquinas e contingentes de operários, entre outros. A preocupação das autoridades em erradicar as favelas começou cedo. Com a aproximação da inauguração da capital, em abril de 1960, surgiram boatos de desmontagem do Núcleo Bandeirante, a antiga Cidade Livre. Prontamente, os moradores reagiram e criaram o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, que contou com a participação de hoteleiros, professores, estudantes, donas-de-casa, comerciantes — a localidade possuía um vigoroso comércio — e operários da construção civil⁴⁵. O então candidato à presidência da República, Jânio Quadros, quando em campanha, havia prometido apoiar a reivindicação. Mas após ser eleito sob o símbolo de uma vassoura para varrer a “bandalheira” do país⁴⁶, proibir desde brigas de galo a uso de biquínis, posicionou-se contrário ao apelo dos moradores. E uma das primeiras medidas que o governo local tomou para atendê-lo foi tentar demolir a zona do baixo meretrício, a conhecida ZBM.

Os administradores cogitaram transferir a população do Núcleo Bandeirante para as cidades satélites do Gama e de Taguatinga, já inauguradas, a fim de levar adiante o plano de erradicar o núcleo pioneiro. A comunidade se articulou, obteve apoio de parlamentares, saiu às ruas, fez passeatas e alguns comerciantes até ameaçaram pegar em armas para defender seus estabelecimentos.

Simultaneamente às ameaças de transferência, o local foi palco de sucessivos incêndios (Foto 8), cuja responsabilidade a população atribuía ao governo. Seria, segundo supunham os moradores, uma forma inescrupulosa de enfraquecer a ação popular, que acabou saindo vitoriosa: em 20 de junho de 1961, durante a gestão do presidente João Goulart, o Congresso Nacional — pois Brasília ainda não possuía autonomia política — aprovou a Lei 4.020 de fixação do Núcleo Bandeirante.

⁴⁵ Fontes: Fontes: Administração Regional do Núcleo Bandeirante, Secretaria de Estado de Cultura do DF, Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (DEPHA), 2003.

⁴⁶ Fonte: Revista *Nosso Século*, v. 9. São Paulo: Abril Cultural, 1986.



Foto 8: Cenário pós-incêndio. Núcleo Bandeirante (DF), 1960

Fonte: Arquivo Público do DF (autor não identificado)

A pobreza explícita, mostrada diuturnamente aos ilustres visitantes na entrada da cidade, incomodava as autoridades e ajudava a desmistificar o chamado “milagre brasileiro”, *slogan* usado pelo governo com o objetivo de enaltecer o suposto êxito de sua política econômica. Os diversos aglomerados de favelas localizados próximos ao Plano Piloto causavam “desconforto estético” (Ribeiro, 1980) às autoridades, por representar um cartão de visita indesejável àqueles que chegavam à capital pelo lado Sul.

Em 1969, ou seja, com apenas nove anos de inaugurada, Brasília já tinha 79.128 favelados morando em 14.607 barracos⁴⁷, para uma população que os idealizadores estimavam em 500 mil habitantes. Naquele ano, o governo local realizou um seminário para discutir os problemas sociais do DF, alguns deles causados pelo inchamento demográfico, uma vez que o fluxo migratório continuava intenso. O “favelamento” foi considerado o problema mais grave pelos participantes do evento.

Ao invés da remoção, os moradores sonhavam com a possibilidade de permanecerem nos locais, pois o direito à propriedade de um pedaço de chão, por menor que fosse, representaria, de certo modo, uma contrapartida pelo trabalho realizado durante o árduo período da construção. Mas isso não aconteceria. Eles foram

⁴⁷ Fonte: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), 2005.

transferidos para a recém-criada Ceilândia sob a promessa de que todas as suas necessidades básicas seriam prontamente atendidas no novo endereço.

Assim, em 27 de março de 1971, no local onde seria erguida a Caixa D'Água, o então governador Hélio Prates da Silveira lançava a pedra fundamental de uma nova cidade-satélite. Nascia Ceilândia, nome tirado da sigla CEI, Campanha de Erradicação de Invasões, e da terminação inglesa “lândia”, em moda na época. A NOVACAP demarcou 17.619 lotes, de 10x25 metros, numa área de 20 quilômetros quadrados — depois ampliada para 231,96 quilômetros quadrados. Para lá foram levados os candangos que moravam em favelas, especialmente aquelas localizadas na Saída Sul: Vila do IAPI; Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão, Vila Colombo, Morro do Querosene, Morro do Urubu; Curral das Éguas e Placa da Mercedes. Somavam cerca de 15 mil barracos, que abrigavam mais de 80 mil moradores⁴⁸.

A nova cidade-satélite foi loteada em torno do traçado urbanístico de autoria do arquiteto Ney Gabriel de Souza: dois eixos cruzados em ângulo de 90 graus, formando a figura nada sugestiva de um barril de pólvora, infeliz premonição, uma vez que a cidade-satélite, anos depois, seria estigmatizada pelos seus elevados índices de violência⁴⁹.

3.1 — “Aquele não era o nosso mundo”

Transcorridos 36 anos, Ceilândia possui hoje a maior população do Distrito Federal, com 344 mil habitantes⁵⁰. Mas o drama vivido por aquelas famílias, em função do modelo de remoção adotado pelo governo, continua marcado na memória. É o que mostra o rico depoimento fornecido pelo carpinteiro Cosme e sua mulher Avani Maria Pereira (Foto 9), transferidos para a cidade-satélite recém-criada:

⁴⁸ Fonte: www.ceilandia.df.gov.br, acessado em 15.12.2006.

⁴⁹ Segundo Lima & Jevan (2007), o traçado urbanístico de Ceilândia, em forma de um barril de pólvora, seria logo associado à violência, contribuindo para que a cidade-satélite sofresse “os primeiros ataques de discriminação”.

⁵⁰ Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias do DF (SEPLAN), 2006.



Foto 9: Casal Cosme e Avani. Ceilândia (DF), 2006
Autor: Edson Beú Luiz

Cosme – Viemos da Vila do IAPI, na Rua JK. O número do meu barraco era 796. No dia 29 de setembro de 1971, chegou a ordem para derrubar o barraco, que já estava marcado de vermelho. Chegamos aqui na Ceilândia no dia seguinte, 30 de setembro de 1971, debaixo de um toró medonho. Era só mato. Um capim danado de grande. Pau de uma grossura assim (gesto com os braços).

Avani – Tinha cada monte de cupim enorme. Aí eu perguntei pra mim mesma: meu Deus, como é que a gente vai viver aqui? E o caminhão do Serviço Social jogou a gente ali e acabou a história. O homem só falou assim: aí está a propriedade de vocês, e mostrou os quatro toquinhos de pau, demarcando o lote. Ninguém sabia onde era a frente nem os fundos, porque não tinha nada em volta e tudo era mato. Fizemos logo um barraquinho pra cobrir os meninos, que estavam com muita febre. Chegou a noite e a chuva continuou caindo. Quando liguei o fogão para fazer um chá pra eles, o gás acabou. Aí, o que aconteceu: a gente não tinha gás, não tinha lugar para comprar e, se tivesse, não adiantava, porque a gente não tinha dinheiro. Peguei uns gravetos no Cerrado, fiz um fogãozinho de pedra e fervei o chá para eles. Não foi fácil. Passamos três anos sem água e sem luz. Pegava água nos carros pipas, a uns dois quilômetros de distância. Lata na cabeça. Quando chegava o carro-pipa, era um tumulto muito grande, porque as pessoas pareciam loucas. Eu vinha de um lugar que tinha água, luz, tinha mais estrutura. E quando cheguei aqui e vi como era, eu me apavorei. Não sabia se voltava ou se ficava. Fui obrigada a ficar, não tinha o que fazer. Meu marido trabalhava o dia todo e a gente só tinha tempo de fazer o barraco de noite. Quatro crianças. Depois da lama, era só poeira.

Cosme – Baixaram os carros na frente do barraco. Eram caminhões do Exército, da NOVACAP, carro particular. Não tinha escolha e nem podia falar que estava ruim ou bom. Se pudesse escolher, a gente não

vinha pra cá, não. A dona Iolanda Costa e Silva⁵¹ tinha prometido dar um jeito pra gente ficar lá. Já tinha mandado até marcar os lotes tudinho, mas quando entrou o cão do Geisel⁵², eles mandaram a gente se arrancar. Todo governo quer tirar do pobre, que já não tem nada. Do rico, não. No rico, ninguém mexe. É por isso que sempre digo: os únicos presidentes que se preocuparam com o trabalhador nesse país foram Getúlio Vargas e Juscelino.

Avani – Foi muito sofrimento, porque aqui não tinha nada. Como disse, era só mato e muita poeira ou lama. Os malandros tomaram conta. Polícia era só a 15ª DP, no centro da Ceilândia. Os policiais não davam conta de tanto bandido, não. Trancava o barraquinho, mas sabe como é, criança não tem nada que segura. Era prostituição. Ficava preocupada para criar minhas filhas com mais qualidade. Escola, tinha, mas foram três anos sem água e sem luz.

Cosme – E os bichos! Tinha cobra demais. Elas entravam dentro de casa. Cada cobra coral deste tamanho (gesto: palma direita espalmada apontando distância em relação ao chão), daquelas que matam igual cascavel. Minhocoçu. Peguei tatu aqui no quintal, mesmo. A gente via muito veado correndo na capoeira. Coelho do mato, também.

Avani – Quando era chuva, era lama demais. Quando era seca, era poeira demais. Às vezes, eu levantava à noite — os barracos eram mal feitos, cheios de buracos — e eu sacudia os cobertores para espanar um pouco a poeira de cima da cama. Mas, mesmo assim, eu preferia a chuva, porque não faltava água, a gente podia pegar a água da telha com a vasilha. Outra coisa: Ceilândia não tinha carro. Era todo mundo a pé. As pessoas eram muito pobres. A maioria dos barracos aqui foi construída com resto de material das obras. Os peões pegavam até prego, traziam nas marmitas vazias, que levavam a comida. Ninguém tinha dinheiro para comprar, então iam para as obras trabalhar e voltavam com as marmitinhas cheias de prego pra construir os barracos. Era tudo de madeira velha, que tinha sobrado da mudança. As condições eram muito precárias. Se na Vila do IAPI o barraco tinha três cômodos, quando desmanchava, só dava para fazer dois. Um quarto e uma cozinha. Seis pessoas. Banheiro era um barraquinho no quintal com um buraco no meio, coberto com duas telhas de zinco. A nossa luz vinha de um lampião num bujão de gás. Quem não tinha bujão, usava vela. Por isso, tinha muito incêndio, muita morte. O caminhão do Corpo de Bombeiro vinha de Taguatinga. Acontecia um o incêndio, o barraco todo cheio de tábua velha, ressecada de sol, pegava fogo rapidinho. Quando eles chegavam, só achavam cinza.

Cosme – Aconteceu uma tragédia muito perto daqui. Foi quando a farmácia do seu Fausto pegou fogo. Bom farmacêutico, ajudava a população, vendia fiado, socorria os pobres como podia, era a pessoa de Deus. Ele deixou uma velinha acesa, se esqueceu. Ele morava no primeiro andar, tinha muita garrafa de éter, explodiu tudo, ele morreu queimado, tentando chegar até a porta. Todo mundo tinha medo de

⁵¹ Esposa do então presidente da República, general Arthur da Costa e Silva.

⁵² General Ernesto Geisel, sucessor de Costa e Silva.

incêndio. Também não tinha comércio. A gente comprava as coisa era no caminhão da COBAL⁵³. Só depois apareceram as mercearias.

Avani – Para buscar água, tinha medo de deixar as crianças sozinhas. Ninguém tinha muro, porque ninguém tinha dinheiro para construir. Era tudo no descampado, aberto, sem nada. Uma pessoa vinha de um lugar e já entrava no terreno do outro. Tinha muito malandro, roubo, ladrão fajuta. Roubava roupa do arame, bujão de gás, rádio, galinha, essas coisas...

Cosme – Era ladrão caxangueiro⁵⁴ (Risos...).

Avani – Ninguém conhecia ninguém. Ninguém sabia os procedimentos das outras pessoas. Cada um vinha de um lugar diferente. A gente não convivia. Não era como na vila do IAPI, que a gente tinha muita amizade, conhecia quase todo mundo...

Cosme – Aqui, quando a gente ia pra igreja, porque somos crentes, eles chegavam na porta e soltavam tudo quanto era palavrão. Um dia, peguei um facão e me fiz de valente. Outra vez, duas mulheres se pegaram por causa de homem bem aqui em frente de casa. Uma saiu furando a outra de faca e as minhas meninas acompanhando, olhando, até a mulher levar a última facada e cair no chão. Elas ainda estavam muito novinhas, deste “tamainho”. Quando a gente chegou em casa, elas contaram tudo pra nós.

Avani – Eu também vi muitas mortes. As pessoas iam trabalhar, tinham que sair cedinho e os malandros atacavam para roubar e, muitas vezes, matavam. Eu vi um senhor ser assassinado. Os ladrões achavam que ele tinha dinheiro, mas ele não tinha nada, coitado. Na queda, a marmita dele caiu no chão. Só tinha um pouco de arroz e um ovo cozido. Os ladrões foram embora e deixaram ele lá, sangrando, no meio da poeira, junto com a comidinha que levava, arroz e ovo. Eu costumo dizer: se naquela época pudesse espremer, a terra de Ceilândia jorrava sangue.

Cosme – Aquele não era o nosso mundo. Agora, quase tudo já morreu e não fez falta nenhuma. Foram uns matando os outros na bagunça, na cachaça. Venderam os lotes e sumiram daqui. Graças a Deus, só ficamos nós. Os que eram bons ficaram aqui na frente com o pessoal do Supermercado Espírito Santo.

Avani – Em Ceilândia, acho que mais de 70% dos moradores não são mais aqueles que chegaram no começo. O dinheiro era muito curto. A gente ia buscar resto de fruta e de verdura na CEASA⁵⁵. Naquela época, não tinha a Estrutural⁵⁶. Pegava um ônibus, descia, atravessava o Trecho 1, o Trecho 2, o Trecho 3, para chegar na CEASA. Quando vinha, botava os caixotes na cabeça. Não era só eu, não. Era muita gente. Às vezes, faltava dinheiro para pagar a passagem. E, como é que se fazia? A sorte é que tinha motorista que deixava as pessoas passarem por debaixo da roleta. O dinheirinho que ia ganhando era para comprar uma tábua, as coisas para levantar o barraco, e faltava

⁵³ Companhia Brasileira de Alimentos.

⁵⁴ Indivíduo que pratica furtos de pequeno valor, popularmente conhecido por “ladrão de galinha”, segundo definição do depoente.

⁵⁵ Centrais de Abastecimento do Distrito Federal.

⁵⁶ Autopista que liga Brasília à cidade satélite de Taguatinga (DF).

pra comida. Arranjei um serviço de doméstica em Taguatinga. Eu ia andando até as QNHs de Taguatinga a pé. Saía daqui de casa (QNN-5) umas cinco horas da manhã, passava na Quadra 20 da Ceilândia Norte e deixava uma lata na casa de uma conhecida. Porque lá já tinha água na torneira. Eu ia trabalhar e, na volta, trazia a lata d'água na cabeça, pra fazer as coisas em casa. A maior parte do caminho era pelos matos, porque não havia calçamento naquele tempo. Quantas horas eu gastava? E eu sei? Eu não tinha relógio. O meu relógio era o sol, o tempo.

Cosme – O presidente João Figueiredo entrou dizendo que isso aqui ia ser a menina dos olhos dele. Aí então eu pensei: ele vai ajudar a gente. Me enganei direitinho. Veio uma tal de TERRACAP e, quando abrimos os olhos, o nosso salário não estava dando mais para pagar as prestações do lote. Porque aqui nada foi de graça, não. Eu comprei um lote e paguei duzentos. E era para ser preço simbólico, sem juros nem correção monetária.

Avani – Não estava na cabeça de ninguém que a gente ia pagar o absurdo que teve que pagar. Vinham aqueles carnezinhos, a gente pagava. Mas quanto mais a gente pagava, mais a dívida aumentava. Aí criamos uma associação de moradores, os Incansáveis da Ceilândia⁵⁷, pegamos o edital, mostramos a um advogado, ele entrou com uma ação e resolveu o problema.

⁵⁷ Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, criada com o objetivo de pressionar o governo, por meio de manifestações, reuniões com as autoridades e denúncias à imprensa, a implantar serviços de infra-estrutura básica na cidade-satélite. Segundo Lima e Jevan (2007), foi o movimento social mais importante empreendido por aquela comunidade, que se destacaria pela capacidade de organização e espírito de luta. Em 1997, a cidade-satélite já possuía 154 entidades de cunho reivindicatório: www.ceilandia.df.gov.br, acesso em 18.06.2007.



Foto 10, acima: Meninos na antiga Vila do IAPI, 1971
Fotos 11 (centro) e **12** (abaixo): Ceilândia, 1971
Fonte: PAVIANI, Aldo. Urbanização no Distrito Federal:
www.vitruvius.com.br/minhacidade, acesso em 15.04.2007.

A situação vivida pelo casal Cosme e Avani corrobora a crítica feita por Santos (1987, p. 116), segundo a qual “O valor do indivíduo depende do lugar em que está”.

Para o governo, a parte que cabia aos severinos candangos, avaliado seu *status* sócio-econômico, era a longínqua e ainda inóspita Ceilândia. Importante observar que a relação de forças era absolutamente desfavorável ao contingente removido, uma vez que o seu poder de influência, já pouco, tornava-se ainda menor diante de um regime discricionário que reprimia violentamente ações populares de cunho reivindicatório.

Ceilândia nascia para ser depositária daqueles que, na visão das autoridades, denegriam a imagem da nova e moderna capital (MACHADO e SOUSA, 1998). A cidade-satélite enquadrava-se em uma daquelas imensas periferias sem água, luz ou esgoto, produto de uma política discriminatória de gerenciamento urbano. Aqui, também, as discussões sociais às quais se referem Lagazzi-Rodrigues e Brito (2001) foram sobrepostas pelas questões administrativas. Cidade planejada, símbolo da modernidade urbana, Brasília não previa ocupações irregulares, muito menos a existência de favelas em seu perímetro. As verdadeiras causas da falta de moradia foram então dissimuladas com a elaboração de projetos habitacionais, gerando, em consequência, uma situação de “extrema segregação social” (CARPINTERO, 1998). Sobre essa questão, Santos (1979) afirma que o tratamento dado por alguns países aos problemas da habitação, do emprego, da marginalidade, das migrações e do congestionamento das cidades — todos eles presentes no Distrito Federal — revela uma maior preocupação com as consequências da miséria urbana do que com as suas causas.

Segundo Rodrigues e Brito (2001), as favelas, de um modo geral, são vistas como uma contradição ao espaço planejado e “uma anomalia ao lema ordem e progresso” que, em última análise, exclui e inclui indivíduos. No entanto, defensor de uma posição relativista, Cabral (2004) considera um “contra-senso” a aplicação do conceito de exclusão social, uma vez que toda a identidade social e, conseqüentemente, toda a agencialidade, são resultantes de processos de construção social, que não podem ser vistos isoladamente. O autor argumenta que a vida social constitui uma tessitura complexa de relações e objetos, os quais são absorvidos pela mesma vida social, promovendo uma circularidade que presume a existência anterior da “socialidade”. De acordo com a mesma análise, a exclusão social nada mais é do que uma maneira de posicionamento social. De igual modo, toda a formação identitária significa, na verdade, um “reposicionamento social de identidades”, noção que muito se aproxima da defendida por Bourdieu (2006), ao estudar as lutas simbólicas entre indivíduos ou entre estes e a coletividade, em que a identidade é às vezes negociada com o grupo dominante por meio de alguma “compensação”.

Por sua vez, Bauman (2005) vê a questão da “exclusão social” como resultado do crescente predomínio da economia ocidental capitalista, que traz em seu bojo a produção globalizada de “lixo humano”, ou seja, de “pessoas rejeitadas”, consideradas, de um momento para outro, desnecessárias ao perfeito funcionamento do ciclo econômico, cuja duração vem se tornando cada vez mais curta. Análise semelhante é feita por Kuyumjian (2002), ao se discorrer sobre os conceitos de “tempo econômico” e “tempo social”, em trabalho que enumera os estigmas e os estereótipos formados pela sociedade em relação ao garimpeiro. Segundo a autora, “tempo econômico” e “tempo social” estão em descompasso atualmente porque, enquanto o primeiro se baseia no desempenho imediato, o segundo requer a construção de códigos de longa duração. O tempo de hoje, quando a produção de um novo *chip* torna obsoleto o modelo de um computador recém-lançado, é marcado por uma agilidade incompatível com a capacidade de absorção humana, diga-se, de consumo.

Enquanto um trabalhador investe muito tempo em qualificação, o mercado suga rapidamente as últimas novidades na expectativa de lançar um novo produto. De igual modo, a lógica da produtividade capitalista descarta o ser humano — “lixo humano” de Bauman (2005) — tão rapidamente quanto o sistema substitui itens das prateleiras do consumo. Na modulação desses dois tempos, o econômico e o social (um insaciável, o outro, lento), a sociedade redefine seus papéis e, presumivelmente, também suas identidades.

É oportuno registrar que alguns candangos ouvidos nesta pesquisa se sentiram descartados pelas autoridades logo após a inauguração da capital. De certo modo, enquadram-se entre os “ignorados ou esquecidos” da cena histórica em função de posições hegemônicas estabelecidas por outros grupos sociais (BRAYNER, 2004). Contudo, a noção de “lixo humano” de Bauman (2005) não se aplica aos ex-operários da construção de Brasília, pois a inauguração da capital representou um ato de caráter político, uma vez que, naquele 21 de abril de 1960, a cidade ainda era, na prática, um grande esqueleto inacabado de concreto. Pode-se dizer que ela continua em construção até hoje. O transeunte que circula pelo Eixo L (“eixinho”) da Asa Norte, por exemplo, depara-se, logo no início, com o imenso terreno baldio da SQN 201. Depois de algumas projeções ainda por construir ao longo da via, sua atenção é atraída pelo vazio da SQN 207, ocupada por algumas árvores nativas, abrigo de pedintes, flanelinhas e catadores de materiais recicláveis, contraponto cruel da cidade que ostenta uma renda domiciliar

mensal de 19,3 salários mínimos⁵⁸, sem incluir nesta conta os domicílios do Lago Norte e do Lago Sul⁵⁹. Ainda na SQN 207, pode o mesmo observador também se encantar com as radiantes flores dos ipês amarelos que, para deleite da população, todos os anos transgridem a morbidez da paisagem da capital, esturricada pela secura do inverno. A SQN 114 repete um pouco o cenário da SQN 207. Aproximadamente, dois terços de sua área ainda está ocupada pelo verde do gramado e por alguns pés de pequis, cagaitas, araticuns e outras espécies típicas do Cerrado.

O Setor Bancário Norte lembra um canteiro de obras em revitalização, com tapumes, carcaças de edifícios, máquinas e movimento de operários. O Setor de Autarquias Norte, ao lado, choca os olhos do curioso que se atrever a ir além dos edifícios já construídos, pois só verá entulhos, buracos, alguns deles ainda causados pelo furor das máquinas de JK, outros, pelo efeito de dezenas de anos de erosão, produzindo uma visão caótica, inimaginável a quem circula pelas vias logo ao redor. Até a Esplanada dos Ministérios, epicentro político-administrativo da República, ainda estar por concluir. Somente em 2005 foi inaugurado o Complexo Cultural da República, formado por um museu e uma biblioteca, para ocupar o espaço compreendido entre a Estação Rodoviária e a Catedral. Do lado oposto, do Teatro Nacional até o início da L2 Norte, abre-se um terral coberto por uma esturricada camada de grama, cuja principal e difícil função é abafar os incômodos redemoinhos de poeira que costumam subir junto com os ventos de agosto.

Portanto, não é preciso dar uma longa volta ao tempo para observar, a céu aberto, vestígios de que a inauguração de Brasília não significou a interrupção definitiva de um ciclo de construção capaz de produzir uma legião de excluídos nos moldes considerados por Bauman (2005). Como reitera Zarur (1991), a festiva inauguração, apesar de seu simbolismo, não causou a “ruptura drástica” que caracteriza o término dos grandes projetos. Levantamento feito por Oliveira (2005) indica que havia apenas três quadras residenciais concluídas, as 105, 107 e 108, e alguns blocos edificadas nas quadras 104, 106, 114, 206, 208, 306, 308, 409 e 413 Sul, além de conjuntos de casas geminadas nas 707 e 708. Mesmo assim, somente algumas delas possuíam estabelecimentos comerciais. O órgão público realmente concluído e operante era o

⁵⁸ Média referente à renda da população do Plano Piloto, Setor Militar Urbano e Vila Planalto, que constituem a RA Brasília (RA 1). Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias (SEPLAN), 2004.

⁵⁹ Respectivamente, 34,3 e 43,4 salários mínimos. Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias (SEPLAN), 2004.

Palácio do Planalto, “único símbolo da Nação na inacabada capital”. A Asa Norte estava absolutamente deserta. Apenas os postes de iluminação pública davam sinais de sua existência: “E isto por insistência do próprio JK, que desejava ver do alto, no chão do Planalto, a cruz do avião de Lúcio Costa, riscada e iluminada, como sinal de posse do novo Brasil” (OLIVEIRA, 2005, p. 228).

Volto agora ao cenário apocalíptico da então recém-criada Ceilândia que traumatizou o casal Cosme e Avani e, provavelmente, os demais candangos para lá removidos naquela época. O depoimento de ambos, aqui transcrito, mostra que a transferência, resultante de uma decisão meramente administrativa, rompeu com todos os elementos subjetivos que permeiam o cotidiano de uma comunidade em determinado bairro ou território urbano (MAYOL, 2003), como era o caso dos núcleos pioneiros, formado pelos antigos acampamentos de operários. Os laços de reconhecimento, de identificação, construídos pelo convívio, pela proximidade, pela ida ao botequim, à pequena mercearia ou a um campo de pelada numa manhã de domingo, todos esses “elementos práticos” deixaram bruscamente de existir pela segunda vez — a primeira foi quando os candangos saíram da terra natal para os canteiros de obra.

Ao se referir aos “campos sociais” nos quais o indivíduo interage com outros indivíduos, Silva (2000) vê a casa como um lugar onde as pessoas vivem suas identidades familiares. É importante lembrar que os candangos e respectivos filhos viram suas casas demolidas antes de serem transferidos para um território completamente estranho, sócio, econômico e culturalmente falando. Ao analisar a memória coletiva, Halbwachs (2004) destaca o papel das imagens espaciais: “O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras” (HALBWACHS, 2004, p. 139).

Os amigos, os familiares e outros parceiros relacionais dos candangos compõem a “teia de relações” estudada por Elias (1994), além de corresponder àquelas “outras pessoas importantes” na interação indivíduo/sociedade e mencionadas por Hall (2005). Cabe ressaltar ainda que os relatos obtidos dos candangos e filhos mostram que as extinções dos antigos acampamentos provocaram uma grande ruptura dos laços interativos da população removida. Isso aconteceu porque, no *habitat* anterior, eles já haviam construído, ao longo dos anos, uma intrincada teia de relações sociais, afetivas e econômicas.

Pode-se dizer que o plano urbanístico de Brasília e, por extensão, o traçado de Ceilândia, resultaram da dicotomia sentimento versus racionalidade identificada por

Pfeiffer (2001), em que prevalece o caráter disciplinador do urbanismo, segundo o qual o sujeito é obrigado a se adequar à cidade desenhada na prancheta.

“Aquele não era o nosso mundo”, desabafou o paraibano Cosme, referindo-se ao ambiente ao qual foi jogado junto com a família. Os removidos sobreviviam em total desamparo, pois os investimentos em infra-estrutura básica, que lhes haviam sido prometidos pelo governo como meio de convencimento, tornar-se-iam promessas vãs (MACHADO e SOUSA, 1998) ou demorariam demasiadamente a se concretizar. A primeira caixa d’água, por exemplo, só seria construída dois anos depois⁶⁰. Além de água, faltava luz elétrica, transporte coletivo, saneamento básico e escola para boa parte dos alunos. Além disso, a violência campeava o novo assentamento, que se tornaria o principal foco dos repórteres das editorias de polícia da imprensa local. Naquele núcleo urbano, onde o pai de família era obrigado a fazer muitas contas nos dedos antes de comprar o pão, o elevado índice de criminalidade garantia, todo dia, uma manchete no “Gogó das Sete”, noticiário policial líder de audiência no gênero, apresentado pelo jornalista Mário Eugênio⁶¹, na *Rádio Planalto* (BEÚ, 2006).

Pode-se dizer que Brasília e Ceilândia constituem as mesmas “cidades sínteses”, traçadas por engenheiros a partir de uma decisão individual, e que já haviam causado enorme estranheza a Lévi-Strauss (1957) em suas andanças pelo país durante a década de trinta. O antropólogo francês não conseguia entender os motivos que levaram os goianos a trocar a histórica cidade de Goiás Velho, cujo bucolismo muito lhe cativara, pela então inóspita e recém-construída Goiânia:

Não sei se nos devemos regozijar com o absurdo ou deplorá-lo (...) Essa construção sem graça era o contrário de Goiás⁶²; nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito havia saturado o seu vazio ou amenizado a sua rigidez; sentíamos-nos ali como numa estação ou num hospital, sempre passageiros e jamais residentes (LEVI-STRAUSS, 1957, p. 127, 128).

Na mão inversa de outros centros urbanos, Brasília não nasceu do público para o indivíduo. O denominador comum de sua concepção urbanística não foi o da população de candangos ou de pioneiros (público). Resultou de uma decisão individual, assessorada por um diminuto grupo de técnicos. As vias de acesso às quadras, largas e

⁶⁰ Fonte: Site da Administração Regional de Ceilândia/www.ceilandia.df.gov.br, acessado em 20.01.2007.

⁶¹ Ironicamente, o jornalista foi vítima da própria violência que noticiava. Em 11 de novembro de 1984, ele foi friamente assassinado no estacionamento do Setor de Rádio e Televisão Sul, onde trabalhava: www.canaldaimprensa.com.br, acesso em 20.12.2006.

⁶² O autor se refere à cidade de Goiás Velho e, não, à unidade federativa.

longitudinais, priorizam o automóvel, causando uma brusca ruptura com o modelo tradicional de rua, enquanto espaço de socialização para os pedestres (HOLSTON, 1993). A propósito, Lévi-Strauss (1957) vê uma diferença crucial entre uma cidade nascida nos moldes de Brasília (ou Ceilândia) e aquela não-planejada, cujo nascimento e forma, segundo o autor, pertencem simultaneamente às leis biológicas, à evolução orgânica e à criação estética. “Ela é ao mesmo tempo objeto da natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada; a coisa humana por excelência”. Em depoimento publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 08.11.1961, e transcrito por Xavier (2007), o próprio Lúcio Costa admite que Brasília é “o exemplo de como não se deve fazer uma cidade”. Segundo esclarece, foi por força de uma “conjuntura especialíssima”, referindo-se ao exíguo prazo disponível para construí-la — apenas três anos e dez meses⁶³ —, que o urbanismo da capital seguiu o modelo cartesiano, lógico e racional, criticado por alguns autores, entre eles, Silva (2003). Afirma ainda o arquiteto:

O urbanista deve limitar-se a criar condições para que o desenvolvimento regional e urbano se processe organicamente, e guiá-lo para que o crescimento natural ocorra no melhor sentido, de acordo com as necessidades de vida e as circunstâncias (COSTA, 1961, apud XAVIER, 2007, p. 347).

A remoção de contingentes de candangos para a Ceilândia constitui apenas parte de um processo maior de ruptura espacial e cultural que atingiu os trabalhadores de um modo geral. A partida da terra natal já havia sido um momento doloroso para muitos deles, como se pode avaliar pelo depoimento de Maria Izabel de Araújo Lima (Foto 13), que desembarcou em Brasília em outubro de 1958. Seu maior trauma, entretanto, não seria causado pelos sacolejos, pela poeira e por todo tipo de desconforto físico de uma viagem de quinze dias em cima de um pau-de-arara. “Eu não queria vir de jeito nenhum”, relembra. A contragosto, deixou a pequena cidade de São Paulo de Pontengi (RN), pois, sendo a segunda filha do casal, o pai não abria mão de levá-la para ajudar a mãe a cuidar dos oito dos nove irmãos mais novos. Tentou de todo modo continuar sob os cuidados da avó com quem morava já há alguns anos. Um dia antes da partida, de tão desesperada, chegou a esconder a mala de roupa na casa de uma das primas, como ela mesmo conta:

⁶³ Oliveira (2000).

Naquela minha inocência, tinha só treze anos de idade, pensei que se eu escondesse minha mala de roupa, o meu pai ia desistir de me levar. Mas, quando chegou a hora, foi logo perguntando — Cadê sua mala? Falei que tinha esquecido ela na casa de uma das minhas tias. Ele olhou pra mim e disse: — Então vai sem roupa mesmo. Você já sabe costurar, e a sua mãe também. Quando chegar lá, a gente compra pano e ajeita outra roupa pra você. Eu me lembro que ele me pegou assim pela cintura, firme, mas sem brutalidade e disse: — Você vai. E me colocou em cima da carroceria, junto com os outros, que acabaram de me acomodar. Chorei muito, mas não pude fazer nada, porque meu pai, quando falava, era lei. (...) Nós chegamos no Núcleo Bandeirante às seis horas da tarde. Aí é que foi triste. Eu me lembro bem da hora, porque logo que a gente desceu do pau-de-arara, começou a badalar o sino da igreja, que me fez lembrar da minha cidade, porque a igreja de lá também tocava o sino naquela mesma hora. Para piorar a situação, tinha um alto-falante por perto, tocando uma música muito chorosa. Aquela foi a hora mais triste da minha vida. Chorei muito. Não tinha nada que me consolava. Era uma choradeira só, todo mundo chorava. As crianças mais novas também choravam, porque eu acho que elas me viam chorando e acabaram sentindo vontade de chorar também. E a mamãe, nem se fala, porque foi um choque de diferença muito grande... Quando olhei pros lados, só vi uma porção de caixotes de madeira. Eu nunca tinha visto daqueles barracos antes. Não sabia que aquilo era casa e que morava gente dentro. Fiquei horrorizada. Mesmo estando com meus pais, irmãos, ardeada da família inteira, me senti sozinha, perdida no mundo. Do Núcleo Bandeirante, pegamos outro caminhão e fomos pra Taguatinga. A mesma coisa. Era tudo de madeira. Quando meu pai abriu a porta do barraco, que ele mesmo tinha feito, com fogão de lenha e várias caminhas pra gente dormir, vi madeira por todos os lados. No chão, tinha até uns pezinhos de feijão nascendo entre as brechas das tábuas do assoalho. Revoltada com aquilo, virei pro meu pai e falei: — Como é que o senhor tem coragem de tirar a gente de casa pra viver dentro de um caixote de madeira? Engraçado é que, depois disso, parece que eu não me lembrei mais de nada. Só fui me lembrar daquele dia há pouco tempo, quando voltei à minha terra, da última vez, em 2005. Até aquele dia, não tinha falado sobre isso com ninguém. Acho que eu queria esquecer, pois é como se eu tivesse apagado tudo da minha cabeça.



Foto 13: Maria Izabel. Vila Planalto (DF), 2005
Autor: Edson Beú Luiz

Dona Maria Izabel morava agora na Vila Planalto. Por ironia, a sua casa já fora um dia um daqueles “caixotes de madeira” que tanto trauma lhe havia causado, quando menina. Localizada na Rua 2, fazia parte do antigo acampamento de operários da construtora Rabelo. Vivia ao lado do marido, o cearense de Quixeramobim Antônio Carlos de Lima, com quem se casara há quarenta e três anos. Fazia muito calor naquela tarde de terça-feira, 6 de março de 2007. Quase cinqüenta anos haviam se passado. A propriedade seletiva da memória (ALBERTI, 1990; DUBY, 1989; POLLAK, 1992) havia apagado, por muito tempo, um momento doloroso de sua vida, que veio à tona ao ser entrevistada nesta pesquisa. As palavras cheias de emoção traziam de volta a dor da “dupla ruptura” pela qual haviam passado os migrantes: “aquela representada pela partida e uma outra representada pelo momento da chegada” (SILVA, 2003, p. 195).

Para trás, cada migrante deixa uma parte de sua história pessoal. Em muitos casos, ficam não apenas o passado com suas imagens e desejos realizados ou não, mas também a família, os amigos, alguns hábitos caros — porque não corriqueiros — insubstituíveis na nova realidade social, que é nova não apenas por ser recente, mas sobretudo por ser diferente (SILVA, 2003, p. 195).

Ribeiro (1980) relata que a grande maioria dos migrantes era solteira. Se casados, partiam inicialmente sem a família, planejando buscá-la depois, como foi o

caso de Raimundo Cordeiro de Araújo, pai de Maria Izabel, e também do carpinteiro Cosme. Casados acompanhados de famílias contrariavam o perfil de trabalhador idealizado pelos empregadores, pois o sistema de alojamento criado pelas empreiteiras não previa moradias em número suficiente para famílias de todos os trabalhadores. Os funcionários mais qualificados tinham preferência.

Num território onde a proporção do número de mulheres era de 179 para cada grupo de 1000 homens⁶⁴, o assédio sexual era intenso e os casos de estupro freqüentes. Por isso, empreiteiras, como a oficial NOVACAP, mantinham separados, com arame farpado, os alojamentos dos solteiros, identificados com a sigla AFS, que significava Alojamento para Funcionários Solteiros (BEÚ, 2006). Tantos os solteiros quanto os casados desacompanhados, ao migrarem para Brasília, eram obrigados a romper com os vínculos familiares, hábitos, costumes, cultura e o próprio meio ambiente físico de origem, ou seja, a terra natal.

Ao desembarcarem no desconhecido território, tinham, na maioria das vezes, que aprender um ofício às pressas para garantir a contratação. Era outra quebra de paradigma, a profissional, bastante tensa, pois colocava em jogo a própria sobrevivência, e junto com ela, um sonho. Sabe-se que boa parte deles provinha da zona rural e, portanto, não possuíam qualquer experiência no setor de construção civil. “Tinha gente que nem sabia usar um martelo”, afirma o carpinteiro Cosme.

O ritmo extenuante dos canteiros de obra, os diversos fusos horários que determinavam os vários turnos de trabalho, os acidentes fatais, a falta de lazer — as únicas alternativas eram o álcool e a prostituição (RIBEIRO, 1980) —, a atuação violenta da polícia, entre outros fatores, dificultavam as relações sociais no meio operário. Os “titãs anônimos”, enaltecidos pelos discursos oficiais, ou “os operários do milagre”, como exaltara o presidente da República, sentiam-se solitários no meio de uma multidão de operários, saudosos da família, valor “tão caro” ao povo nordestino (CARVALHO, 2001), e impossibilitados às vezes de enviar ou receber notícias, pois muito deles não sabiam ler nem escrever, segundo conta o cearense de Sobral, Francisco Ruy Carneiro de Aguiar, que costumava passar boa parte de suas horas de folga escrevendo cartas para os companheiros de alojamentos, analfabetos (BEÚ, 2006).

Reveladora também a descrição de Mendes (1997), ao imaginar o drama de um operário que fotografou no meio da obra, descalço, de roupa rasgada, chapéu de palha e

⁶⁴Fonte: IBGE, 1959, apud Ribeiro, 1989.

agora, ao fim da cansativa jornada, estirado em cima do colchão de capim de seu beliche, com o pensamento longe: “(...) seu sono era entremeado de sonhos, de saudade de sua roça, de sua Maria, de seus filhos, de seu ranchinho perdido num recanto qualquer deste imenso país” (MENDES, 1997, p. 179).

Depois que a capital foi inaugurada, muitos trabalhadores, como o carpinteiro Cosme, buscaram suas famílias ou as constituíram no novo espaço, se solteiros, e começaram então a criar vínculos sociais mais duradouros. Os antigos acampamentos e os aglomerados de barracos, considerados “invasões”, tornaram suas moradias, embora contra a vontade das autoridades, que planejavam demolir todos os conjuntos de alojamentos construídos pelas empreiteiras, e também as moradias avulsas, erguidas nos arredores da cidade (RIBEIRO, 1980). Ao convocar levadas de trabalhadores de todas as regiões do país, o governo parecia não se preocupar com o dia seguinte. Ao mesmo tempo em que os candangos ouviam o chamamento e as seguidas manifestações de louvor à sua capacidade de trabalho, nada lhes era oferecido como recompensa após concluída a grande obra, especialmente em relação à manutenção de emprego e ao direito à moradia, pois nem mesmo os barracos que ocupavam nos acampamentos lhes pertenceriam. O discurso oficial trabalhava habilmente com a subjetividade, segundo a qual a dedicação dos operários era o reconhecimento de que eles participavam de uma obra de “redenção nacional”, o que, por si só, justificaria todo o esforço empreendido (RIBEIRO, 1980). Durante as freqüentes vistorias que fazia aos canteiros de obra, o próprio JK parecia a par do conflito que afligia os candangos. De vez em quando, chegava a lhes pedir para economizar o dinheiro ganho no trabalho, como se renunciasse um futuro incerto para todos eles após 21 de abril de 1960. O carpinteiro Cosme relata a seguinte cena:

Os operários formavam um corredor e ele passava no meio, batendo a mão nos ombros da gente. De vez em quando, parava na frente de um de nós e falava: não gaste tudo o que ganha, não, meu filho. Procure guardar um pouco do dinheiro, pra você sair daqui com uma luvinha na mão! (Cosme, apud BEÚ, 2006, p. 52).

Como estava previsto, depois que a capital foi inaugurada, as autoridades passaram a usar de todos os meios para convencer os candangos a abandonar os barracos dos antigos acampamentos. Os peões de obra recusavam-se a sair, pois, apesar de inexistir infra-estrutura urbana nos locais onde se encontravam, a maioria deles não admitia a idéia de morar nas cidades-satélites já existentes (Taguatinga, Sobradinho e

Gama), construídas a dezenas de quilômetros das atuais moradias, conforme mostra o Quadro 1.

A propósito, Nunes (1997) entende que a distância entre o Plano Piloto e as cidades-satélites vai além da medida feita em quilômetros. Segundo ele, o “tão decantado planejamento urbano de Brasília”, ao invés de impedir, contribuiu para promover a segregação social. A concepção do plano urbanístico da capital cria um espaço social marginal, que o autor denomina de “*apartheid* tupiniquim”. Abordando a mesma questão, Paviani (2006) identifica a ocorrência de um processo de periferização e “apartação sócio-econômica” ao longo da história da capital, que jogou por terra o mito da cidade igualitária, alicerçado, segundo Jabur (2007), em uma “utopia” cujo propósito era criar novos padrões de sociabilidade e igualdade no cotidiano dos cidadãos.

Quadro 1 – Distâncias entre os terminais rodoviários de algumas cidades-satélites e a Estação Rodoviária de Brasília.⁶⁵

Cidades Satélites	Km	Cidades Satélites	Km
Brazlândia	52	Planaltina	42
Candangolândia	15	Recanto das Emas	30
Ceilândia	33	Riacho Fundo	20
Cruzeiro	07	Samambaia	35
Gama	35	Santa Maria	39
Guará	12	São Sebastião	30
Núcleo Bandeirante	15	Sobradinho	25
Paranoá	35	Taguatinga	25

Fonte: Secretaria de Estado de Transportes do DF, 2002.

⁶⁵ O critério utilizado atualmente pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/DF), de escolher como referência de cálculo o menor trajeto entre uma localidade e outra — da saída à entrada principal das respectivas cidades-satélites —, e não a distância entre os terminais rodoviários, como era feito antes, alterou o resultado ora exposto, com uma significativa redução das quilometragens. Neste trabalho, porém, será considerada a metodologia tradicional, utilizada no Quadro 1, por estar mais de acordo com a realidade do cotidiano da população usuária dos transportes coletivos do DF.

3.2 – Limites do planejamento urbano

Cabe assinalar que a periferização e o inchamento demográfico ocorridos em Brasília foram bem mais agudos e acelerados do que os verificados em outras cidades planejadas do país, como Belo Horizonte (BH), por exemplo. Apesar de a capital da República ser sessenta e três anos mais jovem, conta atualmente com 2.412.937 habitantes, número praticamente igual ao de BH (2.455.903 habitantes), segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feita para 01 de abril de 2007.⁶⁶

O perímetro da área urbana da capital mineira, construído entre 1894 e 1897, sob a responsabilidade do engenheiro Aarão Reis, no sítio conhecido por Curral Del’Rei, foi delimitado pela Avenida do Contorno (CASTRIOTA, 1998). Essa via, como o próprio nome indica, contornava (e demarcava) todo o território da cidade planejada. O crescimento que Costa & Baptista (1998) chamam de “extra-muro”, ou seja, para além da Avenida do Contorno, aconteceu como um organismo vivo, sem o trauma das remoções abruptas adotadas em Brasília. Não significa, porém, que os operários que construíram Belo Horizonte tenham ficado ilesos às forças segregativas. Impelidos pela especulação imobiliária, agruparam-se em favelas fora dos limites projetados por Aarão Reis. Uma das diferenças em relação ao modelo imposto aos candangos é que os trabalhadores mineiros se fixaram em área contígua à Avenida do Contorno e, com o decorrer dos anos, suas habitações foram naturalmente integradas ao tecido urbano da BH planejada. Situação semelhante viveram outros segmentos de baixa renda, promovendo o surgimento dos primeiros bairros da capital. “Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro, num processo que se repetiu em inúmeras cidades planejadas do Brasil” (MONTE-MÓR, 1994, apud CARPINTERO, 1998, p. 35).

Mais de meio século antes do início da construção de Brasília, a experiência mineira já mostrava ser pouco factível estabelecer limites rígidos para o que, no caso de Belo Horizonte, Souza (1998) chama de “centro urbano perfeito”, recorrendo à expressão utilizada pelo urbanista francês Alfred Agache, que visitara BH na década de 1940, quando o prefeito era, nada mais nada menos, Juscelino Kubitschek, futuro fundador de Brasília. Costa & Baptista (1998) afirmam que a população é uma variável

⁶⁶ Fonte: www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php, acesso em 09.10.2007.

determinante, pois há uma tendência de os moradores caminharem em direção contrária à ordem estabelecida, isto é, ao planejado pelos urbanistas.

Há, no entanto, uma diferença fundamental entre o inchamento de Belo Horizonte e aquele verificado no Distrito Federal, este último movido principalmente pela preocupação de preservar a “vitrine” representada pelo Plano Piloto. A distância que separava o núcleo projetado da capital mineira e sua periferia era de 35 metros aproximadamente, ou seja, o equivalente à largura da Avenida do Contorno, enquanto em Brasília ela é, em média, de 27 quilômetros, conforme cálculo obtido do Quadro 1.

Um dos parâmetros de ocupação territorial estabelecido para o futuro Distrito Federal ajuda a entender porque as cidades-satélites foram construídas tão longe do Plano Piloto. Do mesmo modo que Aarão Reis traçou a Avenida do Contorno para delimitar a *urbis* da Belo Horizonte planejada, Lúcio Costa previu, em seu relatório, a construção da Estrada-Parque do Contorno (EPTC), que guarda certa semelhança com a via mineira até no nome, produzindo, contudo, efeitos bem diversos. A EPTC é uma via rural e foi criada para estabelecer um limite físico da bacia do Lago Paranoá e, com isso, garantir a preservação do meio ambiente em torno da capital (CARPINTERO, 1998).

A área circundada pela EPTC foi considerada “anel sanitário” e, dentro dele, só seria permitida a construção da sede administrativa do país. Além do Plano Piloto, admitia-se, quando muito, a edificação de um número reduzidíssimo de casas de “alto padrão arquitetônico”, separadas umas das outras pela distância mínima de um quilômetro. Daí a razão de as cidades-satélites terem ficado tão distantes do perímetro urbano concebido por Lúcio Costa. Não aconteceu a “colagem” de um bairro a outro e de todos com o centro, o Plano Piloto (PAVIANI, 2005).

Por muitos anos, a EPTC determinou o limite leste de Taguatinga. As outras duas cidades satélites criadas posteriormente, Sobradinho e Gama, ficaram inteiramente fora da bacia do Paranoá. Todavia, algumas decisões tomadas pelo governo local à revelia do originalmente previsto, como a criação do setor de mansões dentro do “anel sanitário”, abriu as portas para a utilização da bacia do Paranoá pela classe média. Assim, a EPTC se tornaria um “anel sanitário em seu sentido mais amplo”, afirma Carpintero (1998), referindo-se ao efeito de “exclusão social”, que acabaria por expulsar a população de baixa renda para longe da cidade que haviam ajudado a construir. O autor é taxativo ao concluir que os trabalhadores não foram considerados no projeto urbanístico de Brasília. Ainda segundo o arquiteto, a cidade teria sido “pensada” para atender a classe média e os funcionários do governo federal.

Compartilhando a mesma opinião, Paviani (1997, 2006) entende que já havia um projeto implícito de “exclusão socioespacial” da população pobre antes mesmo de a capital ser inaugurada. E o que se vê hoje, segundo o autor, é “um centro bem aquinhoadado”, referindo-se ao Plano Piloto, e uma constelação periférica de bairros e subúrbios, onde vive a massa trabalhadora. A desigualdade ora mencionada é facilmente traduzida pelos níveis diferenciados de renda, como mostra a Tabela, a seguir.

Tabela 1 – Rendas domiciliar e *per capita* mensal segundo as Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2004

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Renda Domiciliar Mensal		Renda Per Capita Mensal		Coeficiente de Gini
	Valores Absolutos (R\$1,00)	Valores em Salários Mínimos	Valores Absolutos (R\$1,00)	Valores em Salários Mínimos	
Distrito Federal	2.332	9,0	625	2,4	0,573
Brasília	5.026	19,3	1.770	6,8	0,443
Gama	1.558	6,0	404	1,6	0,466
Taguatinga	2.493	9,6	661	2,5	0,467
Brazlândia	885	3,4	219	0,8	0,503
Sobradinho	2.401	9,2	623	2,4	0,510
Planaltina	825	3,2	200	0,8	0,490
Paranoá	1.361	5,2	316	1,2	0,515
Núcleo Bandeirante	2.157	8,3	629	2,4	0,488
Ceilândia	1.211	4,7	323	1,2	0,493
Guará	3.186	12,3	852	3,3	0,448
Cruzeiro	3.155	12,1	807	3,1	0,452
Samambaia	1.039	4,0	254	1,0	0,439
Santa Maria	962	3,7	244	0,9	0,442
São Sebastião	1.362	5,2	360	1,4	0,535
Recanto das Emas	1.013	3,9	239	0,9	0,502
Lago Sul	11.276	43,4	2.798	10,8	0,437
Riacho Fundo	1.535	5,9	386	1,5	0,465
Lago Norte	8.922	34,3	2.023	7,8	0,430
Candangolândia	2.150	8,3	577	2,2	0,492
Águas Claras	3.219	12,4	863	3,3	0,533
Riacho Fundo II	845	3,3	237	0,9	0,426
Sudoeste/Octogonal	6.276	24,1	2.226	8,6	0,392
Varjão	728	2,8	214	0,8	0,407
Park Way	5.092	19,6	1.273	4,9	0,578
Estrutural	499	1,9	115	0,4	0,376
Sobradinho II	1.698	6,5	438	1,7	0,523
Itapoã	403	1,6	102	0,4	0,404

Fonte: SEPLAN/CO DEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAO

Conforme assinala Nunes (1997), o planejamento urbano da cidade não impediu que seu espaço entrasse na lógica da segregação territorial. A tentativa de conceber o “paraíso na terra”, ironiza o autor, referindo-se ao Plano Piloto, teve um preço alto: o desconforto das cidades-satélites, o mesmo, talvez, que os atenienses da antiga Grécia

tiveram que pagar para manter o esplendor de Acrópole com seus templos de mármore, intangíveis, longe das “desordens do crescimento”, segundo critica Mumford (1965). O sociólogo norte-americano estimula o leitor a imaginar o contraste provocado aos olhos de quem descia a mítica colina grega e se embrenhasse pelos becos da “outra” cidade que se via segregada 150 metros abaixo, imperfeita, suja, turbulenta, a exalar as “secreções da vida”, o cheiro do povo. A descrição da suntuosa Acrópole feita por Mumford (1965) lembra o cenário da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, com seus onipotentes palácios, a maioria deles também revestidos de mármore e cada vez mais inatingíveis pelos novos espelhos d’água criados para proteger seus ocupantes contra as “fermentações próprias da urbe”, usando uma expressão do mesmo autor.

A desigualdade de renda mostrada na Tabela 1 e, por conseguinte, de qualidade de vida usufruída pelos habitantes do Plano Piloto em relação a da população da periferia, chama tanta atenção que o perímetro urbano desenhado pelo arquiteto Lúcio Costa ganhou o rótulo nacional de “ilha da fantasia”⁶⁷. Segundo Silva (2003, p. 89), “Brasília negou o Brasil urbano da pobreza, da miséria e do analfabetismo, mas o fez jogando-o para fora de seus domínios”, ou seja, nas cidades-satélites. O contraponto de desigualdade exposto por Ceilândia em relação ao Plano Piloto levou até o poeta Carlos Drumond de Andrade a escrever o seguinte poema:

A suntuosa Brasília e
a esquelada Ceilândia
contemplam-se.
Qual delas falará primeiro?
Quem tem a dizer ou a esconder
uma em face da outra?
Que mágoas, que ressentimentos
prestes a saltar da goela coletiva
e não se exprimem?
Por que Ceilândia fere o majestoso
Orgulho da flórea capital?
Por que Brasília resplandece
Ante a pobreza exposta dos barracos de Ceilândia,
Filhos da majestade de Brasília?
E pensam-se, remiram-se em silêncio
As gêmeas criações do gênio brasileiro (ANDRADE, 1979, apud
LOPES, 2001, p. 180).

⁶⁷ O estigma “ilha da fantasia” continua vivo, conforme mostra o bem-humorado artigo de Fausto Wolff, “Dom Bosco fazia a sua fezinha?”, publicado no Caderno B do *Jornal do Brasil* em 27.07.2007, no qual a cidade é vista como “distante de tudo e de todos” e dotada de um urbanismo que dificulta a aglomeração e, conseqüentemente, a pressão popular sobre as autoridades.

O poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado “Confronto”, está estampado de cima a baixo na parede da varanda da Casa da Memória Viva da Ceilândia, criada graças à iniciativa insólita do professor de História da Fundação Educacional do DF, Manoel Jevan, que dividiu o espaço de sua própria residência para abrigar objetos e até uma pequena biblioteca sobre os candangos. Assim, o educador tenta, modesta e abnegadamente, preencher o grande vazio causado pelo esquecimento ao qual os candangos foram submetidos após a inauguração da capital. Pois, em Brasília, construíram-se museus, memoriais, todos em homenagem a figuras ilustres da República, e até um deles dedicado, muito justamente, aos povos indígenas. Em contraposição, não existe, no perímetro urbano do Plano Piloto, nenhum espaço, monumento ou qualquer outra espécie de tributo que reconheça o papel dos operários naquele período histórico. O único local que faz menção aos peões de obra, o Museu da Memória Candanga, é na verdade um ambiente multifuncional que até agora não cumpriu a função que o nome enseja. Não casualmente, acha-se na periferia da cidade, instalado em edificações remanescentes do período pré-inaugural, que tinham como antigos vizinhos a Vila do IAPI e outros aglomerados de favelas⁶⁸, de onde, ironicamente, os candangos foram expulsos.

Ainda a respeito dos estigmas atribuídos a Brasília em função da desigualdade social, Paviani (1985, 2001) questiona o rótulo de “ilha da fantasia”, pois, na sua avaliação, a “exclusão socioespacial” da capital da República é semelhante à verificada nos demais grandes centros urbanos do país. Argumenta que cidade não pode ser vista como uma “ilha urbana”, diferente de tudo, apenas por ter sido mitologicamente considerada uma cidade planejada. Machado e Magalhães (1984) observam que o projeto urbanístico de Lúcio Costa não pretendeu pôr fim à segregação espacial de pobres e ricos, mas apenas promover uma maior aproximação entre esses dois extratos sociais. A autoras também discordam do rótulo de “ilha da fantasia”. Ponderam que o uso diferenciado do solo urbano, em qualquer cidade, resulta de “valorizações hierarquizadas do ponto de vista do capital” e que a expulsão da população de baixa renda, e até da classe média, dos setores mais valorizados é um fato genérico, comum a outras cidades e não uma exclusividade brasiliense.

⁶⁸ A presença da escultura “Os Guerreiros”, de Bruno Giorgi, fixada na Praça dos Três Poderes e rebatizada pela população de “Dois Candangos”, é resultado de uma iniciativa pessoal do artista plástico, que doou o trabalho às autoridades federais em 1959.

Seguindo o entendimento de Machado e Magalhães (1984), Buarque (1993) usa a categoria “apartação social” para explicar a exclusão dos moradores de baixa renda dos espaços urbanos das cidades brasileiras de modo geral. O autor lembra que até os anos sessenta, período que coincide com a inauguração de Brasília, ainda era possível ver grupos de diferentes segmentos sociais conviverem em um mesmo bairro das metrópoles do país. Naquela época, a presença de um casebre não causava tanta estranheza ou repulsa aos olhos de quem circulava por uma rua habitada pelos segmentos da classe média ou mesmo da alta. A partir dos anos setenta, porém, a especulação imobiliária expulsaria a pobreza para locais distantes dos centros das cidades e desprovidos de serviços de saneamento básico e de outros equipamentos sociais. “É como se um dia eles tivessem falado: vamos levar esse pessoal pra bem longe, pra bem longe... E tudo ficou muito mais difícil pra gente que está afastado daquele centro que se chama Brasília, do avião que eles falam”, confirma o entrevistado Wesley.

A questão da desigualdade de renda, aqui vista como um fator de segregação socioespacial, é também objeto de estudo de Bourdieu (2006), que vê uma relação direta entre espaço geográfico e espaço social. Segundo o autor, os dois espaços (geográfico e social) nunca coincidem completamente. A seu ver, muitas diferenças associadas ao efeito do espaço geográfico, entre elas, as que colocam em posições opostas o centro e a periferia, são, na prática, decorrentes da distância no espaço social, isto é, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital⁶⁹.

Em Brasília, além da periferia, a Estação Rodoviária é um dos poucos locais onde se torna possível sentir o que Munford (1965) chama de “fermentações próprias da urbe”. Pelas suas plataformas quase sempre sujas, fervilham diariamente milhares de pessoas dos mais variados perfis: camelôs, lambe-lambe, menores abandonados, pedintes, prostitutas, balconistas, faxineiros, trabalhadores em geral, a maioria deles exaustos, com “cheiro de povo”, aguardando em longas filas a hora de reiniciar a impaciente via *crucis* da volta ao lar, nas cidades-satélites. Chama atenção também o fervilhar de gente que vai desde a entrada principal do centro comercial Pátio Brasil, atravessa a Avenida W3 Sul e continua por entre um corredor de vendedores ambulantes, cujo burburinho se intensifica no ambiente fechado das galerias de alguns conjuntos de edifícios, e segue em direção à estação do Metrô, no Setor Comercial Sul,

⁶⁹ Capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico.

ou à própria Estação Rodoviária e aos pontos do chamado transporte alternativo, explorado pelos micro-ônibus, as conhecidas *vans*, muitas delas atuando na clandestinidade.

Silva (2003) entende que as representações que constroem o estigma dos grupos e, conseqüentemente, suas identidades, estão associadas aos lugares dos cidadãos. E a exemplo de Bourdieu (2006), Santos (1987) é categórico ao fazer uma correlação direta entre desigualdade social e território. Para este último autor, é impossível imaginar uma cidadania que ignore o componente territorial. Viver, segundo ele, é assumir uma herança moral, que faz de cada indivíduo um portador de prerrogativas sociais, entre elas, o direito a um teto. Considera “subnormais”, diga-se, estigmatizantes, o modelo de moradias construídas para a população de baixa renda, a começar pelo reduzido tamanho das habitações, uma das características das antigas “casas da SHIS”⁷⁰, como eram popularmente conhecidas as habitações construídas pelo governo do Distrito Federal. O mais grave, contudo, é que os “beneficiados” pelas políticas oficiais dificilmente conseguem se manter nas moradias ou, quando também é o caso, nos terrenos adquiridos. Foi o que aconteceu e ainda está ocorrendo em Brasília, em função do processo de especulação imobiliária, que busca novos espaços de atuação, reagindo à escassez gradativa de áreas nobres à disposição do setor de construção civil.

As gêmeas Kátia e Kely, por exemplo, viveram isso na pele. Quando crianças, moravam num barraco na Vila Metropolitana. Devido à difícil situação financeira, o pai, candango, em Brasília desde 1958, recebeu uma oferta para vender o lote, fechou negócio e comprou uma casinha de alvenaria no setor Guariroba da Ceilândia, levando juntos mulher e filhos. Hoje, com o pai já falecido, as gêmeas, movidas pelo mesmo motivo (financeiro), moram de aluguel na Cidade Ocidental, uma das cidades goianas surgidas em função da construção de Brasília, contíguas à fronteira do Distrito Federal.

Assim como as gêmeas Kátia e Kely, outros filhos de candangos entrevistados nesta pesquisa não puderam permanecer nos limites do território original da Ceilândia, onde se situava a casa dos pais. Verifica-se aqui um daqueles efeitos excludentes próprios das políticas habitacionais estudadas por Santos (1987), cujos resultados “ofendem, expulsam e desenraizam” os indivíduos, negando-lhes o direito à cidade e até mesmo ao seu entorno.

⁷⁰ Sociedade de Habitações de Interesse Social.



Foto 14: Barraco à venda. Vila Metropolitana (DF), 1985
 Autor: Edson Beú Luiz

À semelhança do riso burlador e sarcástico do povo medieval (Bakhtin, 1996), o humor era um recurso usado freqüentemente pelos candangos para repudiar as sucessivas tentativas de remoção. Quando o governo ofereceu lotes no Gama aos moradores da Vila Planalto, alguns se manifestaram valendo-se de pilhérias como esta: “Prefiro continuar vivendo aqui na lama do que morar nos Estados Unidos do Gama”, conta o ex-servente Clementino, dono de um barraco no Acampamento Rabelo, naquela vila. Alguns, particularmente os nordestinos, inspiravam-se na literatura de cordel, um dos traços da cultura regional:

São Pedro fez o Gama
 Juscelino o Catetinho
 O cão construiu Ceilândia
 Mas foi morar em Sobradinho.⁷¹

Um dos loteamentos criados na periferia da Ceilândia recebeu o apelido de “Planeta dos Macacos”, pejorativo colocado pela população com o objetivo de comparar a então inabitabilidade do lugar ao cenário apocalíptico do seriado do mesmo nome, exibido à época pela TV Globo com enorme sucesso. A insatisfação dos candangos resultou em algumas ações de resistência, que sobrepuseram aos ditames da política de ocupação territorial implantada no DF. Além daquela protagonizada pela população do

⁷¹ Comunicação pessoal: Júlio Marques de Lima, 2006.

Núcleo Bandeirante, um dos casos mais representativos teve como palco a Vila Planalto, núcleo urbano formado por um conjunto de mais de vinte acampamentos de empreiteiras (ZARUR, 1991), situado em local privilegiado, próximo à margem do Lago Paranoá, entre o Palácio da Alvorada e o Palácio do Planalto.

Novamente, a questão central era a habitação. Como já exposto por Oliveira (2005), a inauguração da capital não significou a conclusão efetiva da cidade. Com isso, o plano do governo de demolir as construções provisórias esbarrou na falta de moradias para os funcionários públicos que chegavam à cidade, transferidos do Rio de Janeiro e de outras regiões do país. Como solução paliativa, as habitações de madeira mais bem equipadas, antes ocupadas pelo pessoal de melhor qualificação profissional — uma delas até levou o nome de Rua dos Engenheiros —, serviram para alojar uma parcela de servidores federais e do próprio Distrito Federal.

A dificuldade das autoridades em atender à demanda por apartamentos funcionais levou os moradores a reivindicarem o direito de permanecerem no local. A fixação do acampamento acabaria unindo, em torno de um mesmo objetivo, os antigos ocupantes e os funcionários públicos recém-chegados. Estes, de acordo com Zarur (1991), apropriaram-se da categoria identitária “pioneiro” com a finalidade de se beneficiarem, por tabela, da luta empreendida pelos primeiros moradores. Verificou-se uma aliança pragmática, uma vez que era também do interesse dos ex-operários contarem com o apoio daqueles que detinham maior poder de influência na administração pública.

O movimento contra a demolição da Vila Planalto envolveu uma série de ações ousadas com o objetivo de sensibilizar as autoridades brasilienses e federais. Uma delas, empreendida em julho de 1986, protagonizada por uma menina, chegou a extrapolar o noticiário local. Leiliane Cristina Lopes, filha de líderes comunitários, na época, com apenas dez anos de idade, aproveitou o momento da conhecida cerimônia em que o presidente da República José Sarney descia a rampa do Palácio do Planalto, no final do expediente, furou o sistema de segurança palaciano e entregou ao chefe da Nação uma carta escrita de próprio punho na qual solicitava a fixação do núcleo pioneiro, conforme ampla reportagem publicada pelo jornal *Campus*⁷², assinada por Rosineide Porto e Sandra Mara. Alguns dias depois, o presidente da República usou um portador para entregar à menina, em sua escola, na Vila Planalto, um bilhete informando que havia

⁷² Jornal Laboratório do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília, n. 158, fev/1992.

encaminhado a reivindicação ao então governador José Aparecido de Oliveira. Em 21 de abril de 1988, o chefe do Executivo local assinaria os decretos de tombamento e conseqüente fixação do sítio histórico.

Havia outro motivo forte, além da distância que separava as cidades-satélites de Brasília, para explicar o apego dos candangos pelos antigos acampamentos. Com o passar do tempo, eles acabaram por criar uma intrincada teia de relações — sociais, econômicas e afetivas —, que lhes dava um sentido de convivência. Mesmo sem dispor dos serviços de infra-estrutura e saneamento básico existentes nas cidades-satélites, os antigos sítios pioneiros tinham aqueles “elementos práticos” relacionados por Mayol (2000), como a pequena porém sortida e familiar mercearia, o boteco tipo “copo sujo” ou o improvisado campo de futebol, que ajudavam a constituir a “coisa humana por excelência” sobre a qual fala Lévi-Strauss (1957).

Aproveito para relatar a situação vivida por Maria das Mercedes de Souza, baiana de Campo Alegre de Lourdes, ex-moradora da invasão Mina D’Água, Asa Norte, onde mais tarde seria implantado o Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos D’Água. Foi a primeira a chegar ao local, atraída pelas nascentes que lhe garantiriam o ganha-pão como lavadeira de roupa. Criou sete filhos, um deles adotivo, soltos no cerrado, pegando juritis em arapucas, perseguindo capivaras e atirando pedras nos focinhos dos jacarés, na lagoa que se juntava ao Paranoá em contínuo leito d’água. Cada um dos moradores trazia a sua história e dona Maria das Mercedes era a guardiã de todas elas. Querida e muito respeitada por todos, final de tarde, colocava um tamborete no meio do terreiro e aí ficava, alheia e carismática, a dar longas baforadas no tempo com seu velho e inseparável cachimbo, talvez a pressentir o fim do próprio matriarcado. Quando foi removida a contragosto para Samambaia, saudosa, ela voltava todo mês à antiga morada. E sempre que fazia isso, não resistia à vontade de abraçar demoradamente o tronco de um enorme pé de angico que viu crescer nas proximidades de seu barraco...

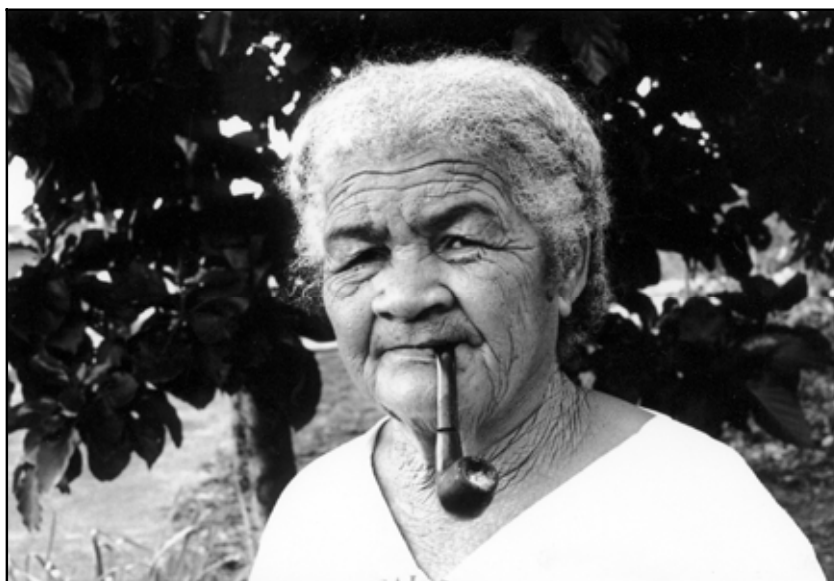


Foto 15: Maria das Mercedes. Samambaia (DF), 2004
Autor: Edson Beú Luiz

As remoções causaram um “desmantelamento” do espaço territorial dos candangos semelhante àquele referido por Henrique (2004) ao estudar a importância dos marcadores simbólicos dos territórios na construção da identidade do povo angolano. Uma árvore, “marcador vivo”; uma antiga igrejinha de madeira, “marcador religioso” (Foto 16), e a própria casa, “marcador fabricado” (Foto 17), são alguns símbolos que ajudam a compreender o significado do território dos candangos e, por extensão, a construção da identidade de seus ocupantes. A noção de marcadores simbólicos remete aos conceitos de Brayner (2004), ao se referir ao papel desempenhado pelos “lugares” no processo de fixação de identidades. O espaço territorial, segundo a autora, assegura a autonomia coletiva e funciona como um fator indispensável à criação, manutenção e ao reforço da identidade.

Por meio da memória os indivíduos são capazes de se situar na cidade, reconhecê-la e se reconhecerem nela. Organizam e constroem, nas lutas da vida cotidiana, suas identidades e memórias também a partir dos lugares em que vivem (BRAYNER, 2004, p. 50).



Foto 16: igreja São José Operário. Candangolândia (DF), 1985
Autor: Edson Beú Luiz



Foto 17 : casa de dona Alba. Vila Planalto (DF), 1992
Autor: Edson Beú Luiz

Como já foi dito em relação aos candangos, os laços de reconhecimento e de identificação, que se formam pelo convívio, foram rompidos. O desabafo de Cosme de que Ceilândia não era o seu mundo sugere que os peões ficaram sem lugar, ou melhor, em um incômodo “entre-lugar”, delimitado pelas lembranças da longínqua terra natal e do ambiente pioneiro da construção, onde haviam começado a fincar raízes. Observação à parte merece a situação vivida pela potiguar Maria Izabel. Neste caso, ela não sofreu apenas a ambigüidade de um “entre-lugar”. Mais do que isso: como ela mesma disse, sentiu-se “perdida no mundo” diante do efeito atemorizante causado pela sua visão

infantil, ao se deparar no meio de um mundo completamente estranho, improvisado e convulsivo. A frase “foi um choque de diferença muito grande” revela o alto grau de desmantelamento de espaço territorial, representado principalmente pelo símbolo da casa, substituída de repente por um “caixote de madeira”.

Segundo Bhabha (1998), os “entre-lugares” constituem terreno fértil para a elaboração de subjetividades individuais ou coletivas, ao propiciar o surgimento de novos signos identitários. É de se supor, portanto, que o modelo traumático das remoções tenha causado reflexos no processo de construção de identidade dos candangos e, por extensão, dos filhos. Ao falar sobre o significado do lugar em relação à memória, diretamente associado à identidade, Pfeiffer (2001), em sintonia com Pollak (1992) e Brayner (2004), vê o espaço como um “lugar atravessado pela memória”, no qual o sujeito adquire sentido. E para o sujeito ter visibilidade, não basta apenas estar na rua. É preciso ocupar espaço, não se deixar submeter ao que a autora qualifica de “tirania da igualdade”, imposta por meio de políticas públicas urbanas que escolarizam e, ao mesmo tempo, homogeneizam o cidadão.

O capítulo anterior, “Os Candangos e o Mundo do Trabalho”, teve como foco as questões que envolveram o cenário no qual estavam inseridos os operários construtores da cidade, os riscos, conflitos e as angustiadas dubiedades. Já o capítulo que ora se encerra procurou dar ênfase às adversidades vividas pelas famílias dos candangos desde a inauguração da capital até a sua remoção para a periférica Ceilândia. No capítulo seguinte, tentarei mostrar como e em que grau os sucessivos “desmantelamentos” territoriais, afetivos e culturais ressoaram no processo de construção de identidade do grupo pesquisado.

4 CAPÍTULO IV — RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o propósito de oferecer elementos que possam contribuir para a melhor compreensão desta abordagem, exponho a seguir algumas das “Informações Preliminares” obtidas dos depoentes, conforme previa o Roteiro de Entrevista. Embora não houvesse nenhum direcionamento metodológico em relação à naturalidade ou ao gênero do grupo pesquisado, a grande maioria dos entrevistados (16) era filhos de pais nordestinos, e 17 dos 25 pertenciam ao sexo feminino. Seis deles haviam concluído apenas o primeiro grau; 13 possuíam o segundo grau; três tinham curso superior completo e outros três, incompleto. Enquanto isso, a escolaridade dos pais variava entre o analfabetismo e o primeiro grau.

Os depoimentos foram transcritos e, após repetidas leituras, seu conteúdo dividido em duas partes, de acordo com a proposta do Roteiro de Entrevista. É oportuno lembrar que cada um dos dois “blocos temáticos” de perguntas contém uma idéia-síntese. São elas, respectivamente: 1) Como os filhos dos candangos vêem os pais e, 2) Como os filhos dos candangos vêem Brasília.

Das falas que dizem respeito à idéia-síntese “Como os filhos dos candangos vêem os pais” (Quadro 2), foram extraídas duas categorias: “admiração” e “ressentimento”. A sintaxe adotada para nomeá-las assemelha-se à utilizada por Melo (1999), ao estudar a relação entre a administração do Parque Nacional das Chapadas dos Veadeiros (PNCV) e a comunidade do entorno. Nesse caso, a autora faz o seguinte exercício: “O PNCV tem uma relação de (categoria) com a comunidade”. Nesta pesquisa, a frase de referência é: “Os filhos dos candangos tem um sentimento de (categoria) em relação aos pais”.

A categoria “admiração” comporta o seguinte núcleo de sentido: “os pais são vistos como heróis e referência de vida para os filhos”. Expressões e palavras-chave: “herói”, “desbravador”, “trabalhador”, “vencedor”, “tenho honra de ser filho dele”, “minha referência de vida”, “homem de caráter”, entre outras. A segunda categoria, denominada “ressentimento”, tem o seguinte núcleo de sentido: “aqueles que construíram a capital, pegaram no pesado, vivem hoje na periferia, esquecidos e em condições precárias”. Expressões e palavras-chaves: “injustiçado”, “esquecido”, “sem reconhecimento”, “vive na pobreza”, “não foi recompensado pelo que fez”, “descartável”, entre outras.

Quadro 2 – Como os filhos dos candangos vêem os pais

Categorias	Núcleos de sentido	Expressões e palavras-chaves
Admiração	Filhos vêem os pais como heróis e referência de conduta.	Importante; vencedor; um dos primeiros que chegou aqui; batalhador; herói; é igual a Juscelino; tenho honra de ser filho dele; meu pai faz parte da história; corajoso; guerreiro; desbravador; trabalhador; amor; orgulho; homem de caráter; minha referência de vida; idealista; inteligente; honesto.
Ressentimento	Aqueles que ajudaram a construir a capital, pegaram no pesado e enfrentaram os maiores riscos vivem hoje na periferia, esquecidos e em condições precárias.	Excluído; injustiçado; descartável como lixo; esquecido; ignorado; sem reconhecimento; o coitado não se deu bem; desvalorizado; trabalhou, trabalhou e não foi reconhecido; pobreza; sonho não realizado.

Seguindo a mesma sintaxe do quadro anterior, das respostas relativas às perguntas de números sete a doze, que abrangem a idéia-síntese “Como os filhos dos candangos vêem a cidade”, estabeleci as seguintes categorias: “admiração”, “ressentimento”, “elitista”, “incompatibilidade” e “cosmopolitismo”. Os respectivos núcleos de sentido e expressões e palavras-chaves estão relacionados no Quadro 3, exposto na próxima página.

Quadro 3 – Como os filhos dos candangos vêem a cidade

Categorias	Núcleos de sentido	Expressões e palavras-chaves
Admiração	Filhos enaltecem a cidade com emoção e apego.	Amo Brasília; apaixonante; tenho orgulho de morar aqui; maravilhosa; bonita; linda; não troco minha cidade por nenhuma outra; casa da gente; para mim, é tudo; referência nacional.
Ressentimento	Filhos sentem-se excluídos e discriminados pela população do Plano Piloto.	Discriminação; marginalização; a gente está fora do avião; esquecimento; preconceito; a gente é mal-visto; a gente se sente excluído; cidade injusta; terceiro plano; eles acham que em Ceilândia só tem marginal; lugar de pobre e de empregada doméstica.
Elitista	Brasília (Plano Piloto) é vista como “cidade dos chiques”.	Pessoal de lá é privilegiado; centro das atenções; melhores serviços públicos; elitista; um monumento à elite; cidade dos chiques; tudo de melhor está lá; uma cidade que lembra poder.
Falta de afinidade	Críticas ao “jeito de ser” da população do Plano Piloto.	Sem espontaneidade; pessoas frias, fechadas; ninguém se cumprimenta; tem gente lá que nem sabe o nome do vizinho; Brasília é uma cidade muito impessoal; relação não-amigável.
Cosmopolitismo	Brasília ainda é uma “terra de oportunidades” e de cultura indefinida.	Cidade é usada como instrumento político; terra de oportunidade; emprego; cultura indefinida; a população ainda não tem seu arroz com pequi; cidade sem identidade própria; tem gente de todas as regiões; muita miscigenação.

4.1 — Exclusão do pai “herói” ressoa no sentimento dos filhos

Conforme antecipado na “Introdução”, o Bloco temático 1 do Roteiro de Entrevistas, correspondente ao Quadro 2, foi elaborado com a finalidade de trazer à tona “memórias subterrâneas” e, com isso, facilitar a interpretação do conteúdo dos depoimentos sistematizados no Quadro 3. Além de oferecer subsídios ao exercício de análise, o Quadro 2 chama atenção, entre outros aspectos, pelo fato de mostrar que a percepção dos filhos em relação aos pais envolve a presença de dois sentimentos antagônicos — admiração e ressentimento —, também presentes no Quadro 3, o que se tornará relevante nesta discussão.

A questão que se coloca no item 4.2, ora prenunciado, envolve uma intrigante indagação: o que leva os filhos dos candangos a sentirem tanto apego e tanta admiração por uma cidade se, ao mesmo tempo, eles alimentam forte ressentimento por se verem excluídos dela junto com os pais?

4.2 — Os filhos vêm a cidade pelo coração dos pais

“(…) olhar é, ao mesmo tempo, sair de si e trazer o mundo para dentro de si” (CHAUÍ, 2002, p. 33). Segundo a filósofa, a audição é o único dos cinco sentidos que compete com a visão. Aqui foram priorizados dois verbos: olhar e ouvir. Porque foi através da janela dos olhos, ou da “alma”, como prefere Chauí, que os candangos arquivaram na memória as experiências vividas nos canteiros de obra, “o trazer o mundo para dentro de si”, ao qual também se refere a autora. Anos depois, ao falar sobre o que viram e sentiram, os operários que participaram da construção de Brasília exercitaram o “sair de si”, captado pelos filhos por meio da audição.

Chauí (2002, p. 37) afirma também que a perspectiva nos ensina o motivo que nos leva, cotidianamente, a designar o próprio ponto de vista: o nosso e o alheio. E que, por isso, é compreensível que ela, a perspectiva, abrigue “dois sentidos”. Com a permissão da autora e por conveniência didática, substituirei a expressão “dois sentidos” por “dois sentimentos”, porque são dois sentimentos antagônicos — admiração e ressentimento — que tecem o fio da meada desta discussão.

4.2.1 — Admiração

Os filhos dos candangos manifestaram repetidas vezes um sentimento de admiração por Brasília, acompanhado por palavras de amor e apego, atitude semelhante a adotada pelos pais em relação ao fundador da cidade, Juscelino Kubitschek, uma constatação já feita por Holston (1993) e confirmada nesta pesquisa. Além das expressões e palavras-chaves relacionadas no Quadro 3, cabe acrescentar outras, tais como: “Sou fã de Brasília”; “É um lugar bom de se viver”; “Brasília é a minha casa”; “Minha vida toda está aqui”; “Fico feliz em saber que nem que seja um pedaço de tijolo ele (pai) ajudou a colocar ali”; “Adoro Brasília”; “É uma cidade ótima”; “Gosto muito de minha cidade”; “Me sinto feliz de ter nascido aqui”; “Tenho um sentimento de amor por Brasília”; “Tenho orgulho de ser candanga”; “Eu agradeço a Brasília, que deu oportunidade a cada um de nós” .

Uma das depoentes, Tereza, sente-se injustiçada pelo fato de o pai ter trabalhado arduamente na construção, enquanto nem ele nem ela puderam usufruir do conforto oferecido pela cidade. No dia da entrevista, seu inconformismo era maior pelo fato de

estar desempregada. “Às vezes, falo que vou embora daqui, que não gosto mais daqui. Mas quando eu vou na capital sinto que amo Brasília. Fui lá a semana passada e fiquei olhando tudo da Rodoviária, os ministérios, a Praça dos Três Poderes, que coisa apaixonante!”. As palavras de Tereza contêm os dois sentimentos antagônicos mencionados no início desta discussão: ressentimento e admiração. A depoente vai à “capital” (Plano Piloto) e lá esquece, pelo menos temporariamente, o (re)sentimento de injustiça que a angustia. Refugia-se no simbolismo da cidade que eterniza a lembrança do pai e deixa-se assediado pela nostalgia dos velhos tempos. O “apaixonante” exclamado por Tereza talvez seja a mesma “força mágica e poética” que ajuda a tornar a vida das pessoas humildes mais “aceitável”, seguindo a concepção de Maffesoli (1994). Revela também uma atitude de resignação da qual fala Bourdieu (2006), ao analisar as compensações de que se valem o indivíduo pertencente a um grupo dominado ou submisso, caso dos candangos e filhos, quando suas aspirações são sobrepostas pelo grupo dominante. O fato de se sentir injustiçada permite sugerir que Tereza almejava não apenas se maravilhar com o cenário produzido pela Esplanada dos Ministérios mas, sim, ter o direito de fazer parte daquele espaço circundante na condição de moradora.

Ao migrar para Brasília e aqui tentar construir a vida, os candangos, segundo Silva (2003), sabiam que tinham diante de si um “futuro misterioso”, emanado pelo sonho de transformação social. O pai de Tereza não ficou ileso à dureza do cotidiano dos canteiros de obra. Adoeceu, virou dependente de medicamentos controlados e de bebida alcoólica. Jeito bonachão e sorridente, apesar dos intermitentes problemas de saúde, passou os últimos anos de sua vida vendendo raizadas no interior da Bahia para completar a modesta aposentadoria. Enquadra-se, portanto, em “um dos construtores materiais de uma cidade sobre a qual não tiveram direito senão à mera contemplação” (SILVA, 2003, p. 252). Um “direito” do qual parecia se valer Tereza, abstraída no parapeito da Estação Rodoviária do Plano Piloto.

Santos (1987) faz uma correlação direta entre desigualdade social e território, aplicável ao grupo pesquisado, uma vez que o descompasso entre nível de renda e custo de moradia fez com que muitos entrevistados mudassem de endereço. Alguns deles foram localizados na Cidade Ocidental, já no estado de Goiás. Mesmo assim, expressaram um abnegado apego por Brasília, como mostram as seguintes declarações: “O fato de ter mudado para Goiás não mudou nada minhas raízes, porque me sinto ainda mais candanga” (Keila). “Nunca saí de lá (Brasília), porque continuo trabalhando lá. Por isso, digo que sou de Brasília e que só estou emprestado ao estado de Goiás” (Clério).

Kátia, 31 anos, casada, mãe de um filho, passou a maior parte da infância na Vila Metropolitana. Ainda menina, foi morar em Ceilândia junto com o pai, Francisco Rui Carneiro de Aguiar, cearense de Sobral, em Brasília desde 1958. Como tantos outros, também se transferiu para a Cidade Ocidental. Conheci-a ainda no ano de 1983, portanto, há mais de duas décadas, por ocasião da pesquisa que resultaria na publicação do livro *Expresso Brasília – a História Contada pelos Candangos*. Naquela época, fotografei-a ao lado da irmã Kely⁷³. Ambas tinham em torno de sete anos de idade (são gêmeas) e a fotografia, batida em frente a sua casa, um barraco de madeira da época da construção, registrava um momento nostálgico, repleto de ingenuidade, pois haviam sido pegadas de surpresa, descalças, vestidas apenas com um surrado *short*, do jeito que brincavam na rua de chão batido ao lado de outras crianças. Por ocasião deste trabalho, mostrei-lhe a antiga foto. Uma breve explicação: fazendo uso dos diversos matizes — afetivos, sociais, científicos, entre outros — que envolvem as palavras, proporcionado pela rica sinonímia da língua portuguesa (SANTOS, 2007), a partir de agora, empregarei o equivalente “retrato”, vocábulo que, no meu imaginário, imbui certa dimensão de vida que vai além dos limites da moldura, tal qual o olhar carregado de emoção da entrevistada, que experimentava o “sair de si” (CHAUÍ, 2002) ao contemplar aquela imagem em preto e branco já amarelada pelo tempo. No microcosmo daquele retrato, Kátia revivia reminiscências às quais, de repente, se percebeu ainda tão apegada. Só que em vez de recriá-las com o uso de pincéis, como faziam os pintores florentinos mencionados por Lévi-Strauss (apud BERGER, 1972), ela recorria ao instrumento da memória. Na profundidade de seus devaneios, parecia ver toda a infância revelada em um pedaço de papel tamanho 10 por 15 centímetros, pois, ao fundo, visualizava a frente de sua casa materna.

— Tem mais de 20 anos que saí de lá. Nunca mais voltei. Me lembro daquela igreja no meio dos eucaliptos. A gente nunca esquece. Um dia quero voltar pra lá. Parece uma coisa tão pequena, voltar, mas também muito grande. Só tenho um pouco de medo.

— Medo de quê?

— Não sei direito. Acho que são as lembranças que vão ser muito fortes. A casa... Parece que estou dentro dela... A vida volta como se fosse uma viagem... O meu sonho é um dia ter dinheiro pra poder voltar pra lá...

⁷³ Retrato que ilustra a capa deste trabalho.

A fala de Kátia registra a presença de três marcadores simbólicos: a igreja de Nossa Senhora Aparecida (“marcador religioso”), o bosque de eucaliptos (“marcador natural”), e a casa, um “marcador fabricado” que, nas palavras da depoente, ganha uma dimensão semelhante à atribuída por Bachelard (2000, p. 26): “A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem (...)”.

Ao fustigar as lembranças de antigas moradas, a casa nos transporta ao país da “Infância Imóvel”, ao “grande berço”. Bachelard (2000, p. 26) também diz que “os lugares onde se viveu o devaneio reconstituem-se por si mesmos num novo devaneio”. Era o que parecia acontecer com Kátia no momento em que olhava aquele retrato. As imagens espaciais do lugar onde ela habitava continuavam retidas na memória, apesar de já transcorridos vinte e quatro anos. Mas a entrevistada deixou uma pergunta no ar: como explicar o medo de viajar em suas próprias lembranças? A resposta que ela dá, silenciosa e reticente, não tem a clareza do telhado iluminado pela poesia de Bachelard (2000). É ambígua. Talvez esteja entre o mistério do sótão e as profundezas do porão, este “ser obscuro da casa”, segundo descreve ainda o filósofo.

Por mais excluídos sócio e espacialmente que estejam da cidade construída pelos candangos, os filhos mantêm viva a admiração pela capital, como se fosse uma preciosa herança deixada pelos pais. O apego a Brasília, porém, não se mostra suficiente para fazer calar os ressentimentos, como revela a discussão a seguir.

4.2.2 — Ressentimento

Ressentimento, segundo Ferreira (2004), é o “ato ou efeito de ressentir-se”, “magoar-se muito com”, “sentir profundamente”. Entretanto, neste trabalho, adotei o sentido antropológico atribuído por Haroche (2004). Segundo essa concepção, ressentimento é um “efeito longínquo” resultante de uma angústia ignorada, recalçada, associada à ameaça de uma negação e que se manifesta entre os grupos marginalizados, desprezados e estigmatizados.

A versatilidade da entrevista como instrumento de pesquisa em trabalhos de história oral (THOMPSON, 2002; HALBWACHS, 2004) permitiu que uma das entrevistadas se valesse da canção interpretada por um de seus cantores favoritos para expressar seu sentimento e, ao mesmo tempo, resumir a situação em que vive o pai:

Você sabe aquela música do Zé Ramalho, que fala de uma pessoa que trabalhou numa cidade, construiu prédios, escolas, igrejas e fica olhando tudo que construiu do lado de fora, porque não pode nem entrar? É a história do meu pai (Vanessa).

A canção citada por Vanessa, intitulada “Cidadão”, de autoria de Lúcio Barbosa, transcrita abaixo, representa uma clara manifestação de ressentimento e toca, direta ou indiretamente, em algumas questões que envolvem essa categoria:

Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar.
Foi um tempo de aflição, era quatro condução,
Duas pra ir, duas pra voltar.
Hoje, depois dele pronto,
Olho pra cima e fico tonto.
Mas vem um cidadão
E me diz desconfiado:
“Tu tá aí admirado ou tá querendo roubar?”
Meu domingo tá perdido, vou pra casa entristecido,
Dá vontade de beber.
E pra aumentar meu tédio,
Eu nem posso olhar pro prédio que eu ajudei a fazer.
Tá vendo aquele colégio, moço?
Eu também trabalhei lá.
Lá eu quase me arrebento,
Fiz a massa, pus cimento, ajudei a rebocar.
Minha filha inocente vem pra mim toda contente:
“Pai, vou me matricular”.
Mas me vem um cidadão:
“Criança de pé no chão aqui não pode estudar”.
Por que eu deixei o Norte?
Eu me pus a me dizer:
Lá a seca castigava, mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a comer.
Tá vendo aquela igreja, moço, onde o padre diz amém?
Pus o sino e o badalo, enchi minha mão de calo,
Lá eu trabalhei também.
Lá foi que valeu a pena, tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar.
Foi lá que Cristo me disse:
“Rapaz, deixe de tolice, não se deixe amedrontar.”
Fui eu quem criou a Terra,
Enchi rio, fiz a serra, não deixei nada faltar.
Hoje o homem criou asas e na maioria das casas
Eu também não posso entrar.

A situação do personagem criado pelo autor da música assemelha-se àquela enfrentada pelos candangos e filhos, que se sentem excluídos, discriminados e vítimas de preconceitos, segundo observado nas entrevistas: “Meu pai falava muita coisa, dos prédios em que trabalhou, mas dizia que nunca entrou neles, nunca soube como é que

ficaram depois de prontos” (Edvaldo). “Praticamente, fomos excluídos”, completa o depoente. Ao usar a segunda pessoa do plural na última frase, Edvaldo retrata um sentimento que está manifesto, implícito ou explicitamente, nas declarações dos demais entrevistados, ou seja: a exclusão sofrida pelo pai é a mesma do filho. “Sinto que a gente foi excluído depois de tudo pronto” (Wesley). “Meu pai ajudou a construir, fez massa, carregou saco de cimento nas costas, mas está excluído. Ninguém sabe que a gente existe” (Linda). Treze, ou seja, mais da metade dos entrevistados, usam nominalmente o verbo “excluir” em suas respostas. Mas, como ensina Orlandi (2003), se “os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua”, muito menos o estão pelos números. Na verdade, o sentimento de exclusão, mesmo às vezes não verbalizado, é uma constante entre os depoentes. Edvaldo foi curto e grosso: “A gente está fora do avião”, referindo-se ao desenho do Plano Piloto. Apesar de lacônica, a frase, imbuída de profundo inconformismo, denuncia o fenômeno de “exclusão socioespacial” analisado por Paviani (1997). O estar fora (do avião) equivale a uma das operações de “excluir ou incluir” que envolvem o princípio relacional da identidade estudado por Silva (2000).

O componente espacial implica outra questão além dos aspectos ora tratados. Há várias manifestações espontâneas contra a política habitacional adotada pelos administradores, de cunho tipicamente eleitoreiro e pautada na distribuição indiscriminada de lotes, prática que associam ao ex-governador Joaquim Roriz. Sentem-se vítimas de tratamento desigual e, por conseqüência, de injustiça pois, embora filhos de pioneiros, se vêem preteridos pelos que chegaram ao Distrito Federal muito tempo depois. Estes, favorecidos pelo poder de pressão de políticos em véspera de eleição, acabariam ganhando lotes em novos assentamentos ou se viam estimulados a se aposar de áreas rurais, fomentando a indústria de grilagem de terras, que se tornou próspera na região. “A gente, que é filho de pioneiro, não ganha nada. Mas quem chega depois e invade terra pública ganha lote e até casa” (Florisvaldo). “Eu sou filho de quem construiu Brasília e não tenho um lugar para morar” (Gilson).

Woodward (2000) afirma que a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, entre elas, a divisão entre “locais” (*insiders*) e forasteiros (*outsiders*), categorias usadas também por Elias (2000). Algo semelhante parece acontecer em relação aos filhos dos candangos, que se sentem incomodados pela presença daqueles que chegaram ao DF posteriormente. Estes são vistos como “forasteiros” usurpando o direito dos “locais”. Repete-se aqui uma situação que remonta ao período

imediatamente posterior à inauguração da capital. Os filhos dos candangos sentem-se hoje preteridos pelo governo local da mesma forma que os autodenominados “piotários” sentiram-se preteridos pelo governo federal após terem enfrentado todas as dificuldades de uma cidade em construção.

Gilson conta ainda que o terreno onde o pai mora desde 1971 foi comprado, e não doado, ao contrário do que aconteceria depois. Para aumentar as dificuldades, o valor das parcelas era acrescido por uma pesada correção monetária de um período de alta inflação, que transformou a dívida em uma bola de neve, impagável. Contra isso, os candangos recorreram aos serviços jurídicos da Associação dos Incansáveis da Ceilândia.

Assim como Edvaldo, Alexandra usa a metáfora do espaço e faz um trocadilho irônico com o Plano-Piloto: “As cidade-satélites ficam em terceiro plano”, esquecidas, injustiçadas, mal-vistas, indicando que estigma e lugar estão intimamente associados (SILVA, 2003). “As pessoas só vêem o Plano Piloto. Não vêem as cidades-satélites como parte da capital” (Dorisvaldo). Santos (1987, p. 81) faz correlação direta entre desigualdade social e território. Na sua avaliação, é impossível imaginar uma cidadania que ignore o componente territorial: “A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”. Ainda segundo o autor, a relação espaço-cidadão é determinada pelo fator econômico. Como diz Edvaldo: “O pobre teve que cair pra Ceilândia e morar numa cidade de erradicados. O Plano Piloto ficou para os ricos”. Chama atenção aqui o uso do verbo “cair” em vez de “sair”. Trata-se de um dos vários recursos lingüísticos usados pelos depoentes, cuja ironia traduz sentimentos e percepções acumulados ao longo dos anos em que se viram ignorados por aqueles que detêm o poder de decisão sobre a ordem estabelecida na cidade.

O movimento de exclusão dos pioneiros e filhos aconteceu de forma gradual, obedecendo geralmente ao seguinte itinerário: após alguns anos instalados na Ceilândia, mudam-se para um setor periférico da própria cidade-satélite ou para outro núcleo habitacional recém criado no Distrito Federal. O próximo passo é tomar a decisão extrema de morar em alguma das cidades localizadas na fronteira goiana, como a Cidade Ocidental, Val Paraíso e Águas Lindas, ou em um dos conjuntos habitacionais situados na Região do Entorno, ou Área Metropolitana de Brasília, como corrige Paviani (2007), construídos pelo setor privado e ocupados geralmente por famílias de baixa renda oriundas também do Distrito Federal (PAVIANI, 2001).

A questão habitacional é tão relevante para os entrevistados que o lote adquirido por ocasião da remoção para Ceilândia, em 1971, foi citado em todas as falas como a conquista material mais importante obtida pelos pais desde que chegaram à região. Depois, pela ordem, listam a capacidade de criar a família, com destaque para a educação e o estímulo ao estudo⁷⁴ e, em terceiro lugar, o emprego.

Embora esta pesquisa tenha como objeto os filhos, foi possível observar que a trajetória iniciada pelos candangos nos anos cinquenta mostra não apenas perdas, mas também ganhos. O balanço final feito por eles próprios apresenta um saldo positivo. Apesar da “exclusão socioespacial” a qual foram submetidos, avaliam que hoje vivem em condições muito melhores do que as enfrentadas em suas antigas localidades de origem. Ressalte-se que a maioria dos pais dos entrevistados era proveniente do sertão nordestino, região historicamente flagelada pelos efeitos da seca, onde as condições de sobrevivência eram agravadas pelo desemprego e a absoluta falta de assistência médica, como ainda se lembra o paraibano Cosme: “Tinha a febre tifo, a sezão — aqui eles chamam de maleita — que acabava com muita gente. A bexiga quando chegava numa casa era morte certa. Até o sarampo matava, porque não havia remédio pra nada”.

— “Tu tá aí admirado ou tá querendo roubar”?

A segregação social é alimentada por manifestações de preconceito e discriminação. As palavras que os filhos dos candangos ouvem nem sempre são diretas como as dirigidas ao cidadão da canção interpretada pelo paraibano Zé Ramalho. Às vezes, são veladas, escondidas no simples olhar, mas igualmente ferinas, como conta Cleide:

Eu me formei numa faculdade particular, UniCeub. Mas os colegas, por saberem que eu era a única da classe a morar na Ceilândia, me subestimavam muito. Não que isso ficasse claro, mas eu sentia isso só pelo jeito que me olhavam, com certeza...

⁷⁴ “Meu pai sempre me dizia: estuda milha filha, porque uma coisa que ninguém nunca vai conseguir tirar de você é o conhecimento” (Vanessa); “Agradeço a Deus e a ele por eu estar aqui hoje pelo menos com meu segundo grau completo” (Wesley); “Apesar da ignorância entre aspas dele, meu pai foi uma pessoa que fez tudo pra gente poder estudar” (Débora).

A reclamação de que são vítimas de preconceito é uma voz quase uníssona entre os entrevistados. Florisvaldo, 36 anos de idade, primeiro grau de escolaridade, vendedor, não se esquece de sua infância de menino de rua: “Quando eu era menino e vendia chocolate nas ruas do Plano Piloto, as pessoas me olhavam como se eu fosse um bandido”. A seguir, outras declarações com o mesmo sentimento: “Já fui discriminada várias vezes. Dá até vontade de brigar! Falam que Ceilândia é lugar de malandro, de que o pessoal daqui não é confiável” (Andréa). “Quando alguém me pergunta: *Você mora na Ceilândia?* Digo que moro. Aí vem sempre um comentário do tipo: *Ah, mas lá é tão perigoso...* Eu não tenho discriminação com eles, mas eles têm com a gente”, diz Vanessa. O preconceito tem causado prejuízos a alguns moradores a ponto de dificultar-lhes o acesso ao mercado de trabalho. Às vezes, para fugir do estigma de residir na Ceilândia, “muita gente tinha que mentir”, indicar o endereço de um conhecido em Taguatinga, por exemplo, para ser admitido, explica ainda Vanessa. “O único emprego que o pessoal de Ceilândia conseguia lá fora (Plano Piloto) era de doméstica. E olhe lá...”, queixa-se Maria da Conceição que, a exemplo de Tereza, vivia o drama do desemprego no momento em que concedeu esta entrevista. O relato feito a seguir, por Maria Caléria, reafirma os depoimentos anteriores:

Já fui procurar emprego no Plano Piloto e quando disse que era da Ceilândia, não aceitaram. Enquanto eu estava só mostrando a minha qualificação, tudo bem. Mas quando falei de onde eu era, fez diferença... Você pode estar bem vestida, confiante, com todos os documentos na mão, pode tudo. Mas quando te perguntam de onde você é, onde mora, você estudou o quê? E a gente fala que estudou na Escola Classe “A” da Ceilândia, que não é nenhum Leonardo da Vinci, nenhum JK, nenhum Obcurso, já vai sendo eliminada, excluída, antes de ter oportunidade de mostrar a sua capacidade. Já senti isso na pele, porque Ceilândia, apesar de ter crescido muito, ainda tem uma imagem ligada a uma coisa feia. Para evitar isso, só passando num concurso público, porque aí você não tem que dizer de onde veio, mas que foi aprovado (Maria Caléria).

Após se queixar do preconceito que restringe as oportunidades dos moradores na disputa por uma vaga no mercado de trabalho, Ana Lúcia desabafa: “Eles pensam que todo mundo que mora aqui é marginal. Mas é bem diferente. Os marginais estão lá”. A crítica tem um endereço certo: a Esplanada dos Ministérios. Estranhamente, essa foi a única vez que um entrevistado associou diretamente o Plano Piloto à corrupção nos meios políticos, apesar do farto noticiário a respeito publicado pela imprensa nos últimos anos. A maioria dos depoentes entende que os elevados índices de violência

registrados na cidade-satélite são os principais fatores de origem da discriminação. Os assaltos e os homicídios, às vezes por motivos fúteis, fizeram parte do cotidiano da população desde a criação daquela cidade-satélite. Maria Nazaré, na época uma menina de apenas doze anos de idade, conta que foi testemunha de um trágico episódio: “Vi uma cena que me marcou muito. Assaltaram um homem e enforcaram ele com o próprio cinturão, no galho de um pé de eucalipto perto do meu colégio”. Florisvaldo confirma: “Por causa do índice de violência, eles generalizam todos como marginais”.

Segundo Goffman (1988), o estigma está associado a vários tipos de discriminação, gerando animosidade entre grupos e indivíduos com base em diferenças, entre elas, a de classe social. Sob essa perspectiva, o morador de Ceilândia é visto como uma pessoa perigosa, pois lhe é imputada uma “identidade social virtual”, atribuída pelo “outro” sob o olhar da suspeição, conforme reclamam os entrevistados. Situação semelhante é vivida na ficção pelo trabalhador da música de Lúcio Barbosa, quando se vê abordado pelo “cidadão” com uma pergunta nitidamente acusatória: “Tu tá aí admirado ou tá querendo roubar?”.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável — num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca (GOFFMAN, 1988, p. 12).

A baixa renda familiar faz dupla com a violência na formação do preconceito em relação à Ceilândia. Em oposição à “cidade dos chiques” (Plano Piloto), Ceilândia é a “cidade dos pobres” tanto para Maria da Conceição quanto para a expressiva maioria dos entrevistados. Para Wesley, “dinheiro não determina o que a pessoa é”. No entanto, quando associada a qualquer posição social hierarquicamente inferior ao do agente de representação (população do Plano Piloto), a pobreza é imediatamente vista como perigosa, violenta e ameaçadora (SILVA, 2003). Nessas circunstâncias, os membros do grupo dotado de melhor condição sócio-econômica tendem a se apartar dos pobres, pois se trata mais de uma medida preventiva contra a violência, que consideram legítima, do que um ato de preconceito. O temor à violência, afirma ainda a autora, tem levado certos estratos sociais a criarem a imagem de um “outro” perigoso e, portanto, “passível de sanções preventivas de vigilância e isolamento”, posição que parece se aplicar ao grupo pesquisado.

4.2.3 — Elitista

“Elitista”, palavra que nomeia a categoria ora em discussão, deriva de “elite”, sinônimo de “o que há de melhor em uma sociedade ou num grupo; nata, fina flor, minoria prestigiada e dominante, constituída de indivíduos mais aptos e/ou mais poderosos” (FERREIRA, 2004). O significado do adjetivo é relacional, construído por meio da diferença e da exclusão, princípios presentes também no conceito de identidade, conforme Silva (2000), Woodward (2000), Hall (2005), Elias (1994, 2000), Bauman (2005) e Cabral (2004). O significado de “minorias prestigiadas e dominantes” só se completa diante do antônimo “maiorias desprestigiadas e dominadas”. Quando Edvaldo disse “A gente está fora do avião”, havia uma queixa implícita na entonação de sua voz. Para ele, morar em Ceilândia significava estar fora do espaço físico ocupado pela “nata” da população do Distrito Federal. As falas indicam um sentimento de exclusão espacial associado ao de exclusão social. “Lá é Brasília, aqui somos apenas o Entorno. Vivemos divididos por classes” (Edvaldo).

O mito da cidade igualitária, ao qual se refere Paviani (2006), é desfeito pelo cotidiano simples de Alexandra, trinta anos, escolaridade: primeiro grau, profissão: do lar, residente em uma casa de fundos, construída pelo pai ao longo dos anos, parede a parede, desde que ali chegou, em 1971: “Brasília tem uma desigualdade total”, resume após muita conversa. Convertendo-se em cifras a segregação social que separa Ceilândia e Plano Piloto, chega-se ao seguinte resultado: enquanto a renda familiar em Ceilândia é de 4,7 salários mínimos (Tabela 1), a de Brasília atinge 19,3 salários mínimos, média essa reduzida pela inclusão das famílias do Setor Militar Urbano e da Vila Planalto, que entraram nos cálculos da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias, pelo fato de pertencerem à denominada Região Administrativa I (RA I). Se a renda familiar do Plano Piloto fosse calculada isoladamente e não no contexto da Região Administrativa I, seu valor subiria para 24,1 salários mínimos⁷⁵, alargando ainda mais o fosso sócio-econômico que separa as duas populações. A existência de uma “minorias prestigiadas e dominantes”, expressão que o popular *Aurélio*⁷⁶ usa como um dos sinônimos de “elite”, gera o sentimento de exclusão que prevalece nas falas dos

⁷⁵ Fonte: Ministério da Saúde/Informações sobre Mortalidade (2002), IBGE/Censo Demográfico (2000), apud Zackseski (2007).

⁷⁶ Ferreira (2004, p. 725).

entrevistados. Vale repetir o que diz Maria da Conceição: “A cidade dos chiques é Brasília, a cidade dos pobres é Ceilândia”.

— O que é Brasília?

Quatorze dos vinte e cinco entrevistados consideram Brasília apenas o Plano Piloto. Portanto, para a maioria, Brasília é composta tão somente pelo “avião”, com ênfase para a Esplanada dos Ministérios, incluindo a Catedral e os palácios da Praça dos Três Poderes. É o “monumento à elite”, qualifica Edvaldo, 37 anos, casado, motorista, segundo grau completo. Depois, destacam as Asa Norte e Sul, lembradas em primeiro lugar por três depoentes. Apenas dois deles incluíram o Lago Norte e o Lago Sul como parte de Brasília (Plano Piloto). O Sudoeste foi citado uma única vez.

A trinta e três quilômetros do Plano Piloto, Ceilândia representa a “maioria desprestigiada”. A “cidade dos pobres” faz contraponto com a “cidade dos chiques”, expondo uma situação de desigualdade reafirmada pelas falas de outros entrevistados: “Todos os benefícios chegam lá primeiro, porque é lá que concentra a elite” (Wesley). “As cidades-satélites são esquecidas” (Dorisvaldo); “A gente aqui não tem um bom hospital” (Adélia); “Na Ceilândia, pode ter lixo na rua, no Plano Piloto, não” (Alexandra). “Tudo de melhor está lá” (Florisvaldo); “Toda escola aqui falta professor” (Andréa). “Falta, por exemplo, mais policiamento” (Débora). Sobre esta última reivindicação, cabe fazer aqui o seguinte registro: apesar de Ceilândia liderar o número de ocorrências policiais, levantamento feito pelo jornal *Correio Braziliense* mostra que a política adotada pela Secretaria de Segurança Pública do DF privilegia o Plano Piloto e adjacências em prejuízo da população daquela cidade-satélite.

Caracteristicamente, os melhores índices de policial/número de habitantes são os de Brasília e Lago Sul (um policial para cada 96 e 167 habitantes, respectivamente); da mesma forma que, ao reverso, os piores quocientes são os de Ceilândia e São Sebastião (um policial para cada 537 e 476 habitantes, respectivamente). [*Correio Braziliense*, 23.06.2002].

Estudos realizados por Machado e Magalhães (1984) constataram que a oferta de recursos e equipamentos feita pelo governo é “intensamente desigual”. Refletindo as queixas dos entrevistados, o que a população da periferia reivindica, segundo as autoras, é o direito de receber o mesmo tratamento garantido aos “ricos” em termos de acesso

aos serviços públicos. Conforme Paviani (2001, 2006), com menos de 10% da população do Distrito Federal, o Plano Piloto tem sido sistematicamente privilegiado pela política do governo, enquanto as cidades-satélites serviram quase tão somente para alojar excedentes populacionais, sobretudo favelados. Em conseqüência, o Plano Piloto tornou-se “um centro bem aquinhado”, cercado por uma constelação periférica de bairros e subúrbios, onde vive a massa trabalhadora. Devido a seu viés discriminatório, a situação ora discutida afeta o direito de cidadania pois, segundo Santos (1987, p. 116), “a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade possível que se impõe.”

Carpintero (1998) afirma que as desigualdades sócio-econômicas que hoje afetam a população do Distrito Federal começaram a se delinear quando a cidade ainda era apenas um croqui nas pranchetas dos arquitetos. Na sua opinião, a capital foi “pensada” para o uso de uma classe média “requintada”, incluindo os funcionários do governo, e destinava-se exclusivamente aos quinhentos mil habitantes previstos inicialmente pelos técnicos. O autor assinala que os operários não foram considerados no projeto, pois, segundo conclui, o objetivo do governo era apenas edificar a cidade e transferir a sede do governo federal, sem se preocupar com a população que iria construí-la ou habitá-la. Ribeiro (1980) também já havia observado que o modelo de alojamento adotado pela NOVACAP indicava que o governo não tinha qualquer plano pós-inauguração para os milhares de operários que construíram a capital.

Os estudos feitos por Carpintero (1998) e Ribeiro (1980) indicam que a contratação de trabalhadores obedeceu às mesmas regras que um cidadão comum, pessoa física, adota para contratar os serviços de um pedreiro, por exemplo. Ou seja, no primeiro momento, ele negocia preço, estabelece prazos e fornece o material. Concluída a obra, acerta as contas e o trabalhador segue seu caminho em busca de outra empreitada, encerrando-se aí qualquer tipo de vínculo trabalhista entre ambos. A grande diferença é que, em Brasília, a construção envolveu dezenas de milhares de homens, os quais já possuíam ou vieram a constituir famílias e que, ao final da empreitada, saíram com um enorme passivo social. Um deles era a falta de moradia pois, ao contrário das vilas operárias e das colônias agrícolas estudadas por Blay (1985), o modelo de alojamento brasileiro tinha um caráter temporário, porque, nos planos da NOVACAP, todas as construções de madeira seriam jogadas ao chão logo após a inauguração da capital.

Para agravar a situação, a maioria dos operários não conseguiu juntar dinheiro, bamburrar no aluvião de esperança anunciado pela obra de JK. Assim como os garimpeiros estudados por Kuyumjian (2002), ele saíram sem a “luvinha na mão” sobre a qual lhes falara o presidente da República em algumas de suas visitas aos canteiros de obra. Havia também um outro complicador: em função dos acidentes de trabalho, muitos não dispunham mais de capacidade física para disputar, em igualdade de condições, as vagas oferecidas pela indústria da construção, agora em pleno processo de desaquecimento devido aos fatores políticos que sempre envolveram a construção da cidade.

Além de adotar uma política de não-fixação de operários, o governo iniciou uma ação cujo objetivo era limpar a vitrine da capital recém-inaugurada, isto é, expulsar os operários dos antigos alojamentos, especialmente aquelas famílias vistas como um possível “elemento fixador de população” (Ribeiro, 1980), pois isso ia contra o plano inicial das autoridades. Não por acaso, a capital foi percebida pelos entrevistados como elitista, preconceituosa, usufruto de uma “minoridade prestigiada e dominante”.

Silva (2003) vê um imenso fosso sócio-econômico entre o Plano Piloto e as outras áreas urbanas do Distrito Federal, acentuado agora por um processo de “clausura e insulamento” que, em seu entendimento, vem dominando o padrão de sociabilidade brasiliense nas últimas décadas. Na opinião da autora, foi um grande equívoco imaginar que a cidade poderia se tornar uma espécie de “ilha de prosperidade social e econômica” incrustada no meio país. A “clausura” e o “insulamento”, aos quais se refere, são uma alusão ao sistema de condomínios fechados que proliferaram por todo o Distrito Federal e, também, ao aparato criado pelas cercas, grades e pelos sistemas de vigilância instalados nas casas e nos blocos de apartamento. “É o momento em que a desigualdade se aproxima do *apartheid*”, compara, por sua vez, Buarque (1993, p. 41).

Carpintero (1998) identifica um outro aspecto na infra-estrutura urbana da cidade que teria ajudado a criar a dicotomia entre ricos e pobres desde a inauguração: o Plano Piloto desempenhou o papel de “vitrine” de uma política de desenvolvimento nacional com suporte na implantação da indústria automobilística⁷⁷. Segundo o autor, a proposta do urbanista Lúcio Costa não fala em nenhum momento a respeito de transporte coletivo de passageiros. A valorização do automóvel, um bem de acesso restrito a uma minoria da população brasileira, principalmente no início dos anos

⁷⁷ A prioridade dada ao automóvel está associada ao conceito de velocidade, um dos pilares do urbanismo moderno, cuja principal referência era o arquiteto francês Lê Corbusier (JABUR, 2007).

sessenta, quando a capital foi inaugurada, teria contribuído para aumentar a distância sócio-econômica entre os trabalhadores que a construíram e os moradores do “avião”. Para o arquiteto, Brasília representa “um monumento ao automóvel individual”, ou “um monumento à elite”, como definiu Edivaldo, 37 anos, casado, motorista, segundo grau completo.

4.2.4 — Impessoalidade

“Não me identifico com Brasília, porque as pessoas de lá são frias. A gente é mais comunicativa” (Cleide). “Aqui (Ceilândia) me sinto mais aconchegada” (Vanessa). “O Plano Piloto é mais bonito, mas é muito impessoal” (Maria Caléria). Essas frases refletem o sentimento da maioria dos entrevistados e estão intimamente associadas ao perfil urbanístico da cidade. As longas distâncias, os descampados e a construção em blocos ajudam a isolar as pessoas. “A interação dos homens que habitam o coração da cidade é mais intensa com a natureza e o concreto do que com o murmurinho do populacho”, concluem Kuyumjian, Mello e Santos (2001, p. 203). Chama a atenção o fato de os adjetivos “frio”, “distante” e a expressão “sem calor humano”, freqüentemente usados pelos depoentes, serem sinônimos no dicionário⁷⁸.

Segundo Silva (2003), a pecha de “cidade fria” foi construída desde a infância da capital quando, mais do que hoje, o seu vazio representava a “negação de toda a urbanidade” aos olhos dos moradores recém-chegados, muitos deles, servidores públicos resistentes à idéia de trocar o Rio de Janeiro pela aridez do Planalto Central. Uma de suas depoentes, natural de Colatina (ES), conta que se sentiu como uma “alienígena” logo que chegou à cidade. De acordo com a mesma autora, o tempo ainda não conseguiu degelar o incômodo rótulo da capital. Infelizmente, diz ela, para boa parte daqueles que ainda chegam aqui para construir suas vidas a partir de um “marco zero”⁷⁹, aquela Brasília impessoal não é apenas uma imagem desfigurada do passado.

A preocupação com a funcionalidade de uma cidade desenhada para ser sede administrativa do país teve como conseqüência a supressão do centro, segundo ainda Silva (2003), um importante espaço da sociabilidade urbana, o que ajuda a compreender a frieza sentida pelos entrevistados. Outro fator de grande impacto apontado pela

⁷⁸ Ferreira (2004, p. 691).

⁷⁹ Marco Zero: Interseção central dos eixos Monumental e Rodoviário, coincidente com o local da Estação Rodoviária. Aqui, é usado como uma metáfora para indicar o início da construção de vínculos pessoais e institucionais (SILVA, 2003).

socióloga foi a substituição da rua pela concepção de “vias”, fazendo Brasília se tornar conhecida como a “cidade do automóvel”⁸⁰, pois já há um consenso na população de que é no mínimo penoso andar a pé nos espaços da capital.

Em Brasília, o espaço urbano pensado para ser moderno, buscou aniquilar uma cultura urbana pré-moderna — a do perambular desprovido de objetividade — tencionando substituí-la por algo que parecesse mais condizente com a era da máquina, da velocidade, da razão instrumental (SILVA, 2003, p. 121).

Há uma pergunta que, embora básica, causa embaraço a muitos moradores da cidade, quando abordados por algum visitante: “Onde fica o centro?”. Para Silva (2003, p. 116), “o centro pode ter perdido sua exclusividade, mas, seguramente, não perdeu sua hegemonia como espaço-síntese da cidade”. Porque, apesar do surgimento dos *shopping centers*, é nele que as pessoas se misturam, procuram trabalho, tradicionalmente o comércio é mais movimentado e se localizam os serviços de cultura e de lazer. “O centro é, enfim, o coração da cidade” (SILVA, 2003, p. 115). Importante registrar que apenas cinco dos vinte e cinco entrevistados vêem o Plano Piloto como o centro de Brasília.

O distanciamento que incomoda Maria Caléria não está apenas nas largas vias da cidade: “É o lugar mais bonito, mas é muito impessoal, coisa que não tem aqui (Ceilândia). Lá, as pessoas mal te dão bom dia no elevador”. Para ela, o espírito de solidariedade dos anos da construção, tão decantado pelos pioneiros⁸¹, parece ter se diluído ao longo do tempo. Nunes (1997) traz de volta a questão urbanística para explicar a impessoalidade observada pela depoente. Além de excluir o cidadão desprovido de automóvel, o autor vê Brasília como uma cidade onde os habitantes não estabelecem vínculos cotidianos com o verdureiro, o padeiro ou o marceneiro, entre outros. Tais aspectos, segundo ele, contribuem para tornar as relações interpessoais “frias”, situação muito diferente de quem mora na quadra QNN-5 da Ceilândia, no mesmo lote para o qual fora levada junto com o marido há mais de três décadas. Refiro-me à dona Avani, 65 anos, 45 dos quais casada com o carpinteiro Cosme. Ela sabe os nomes de quase todos donos de bancas da feira; conta que a padaria do finado Mineiro

⁸⁰ A população do Distrito Federal, projetada pelo IBGE para 2006, era de 2.383.784 habitantes. A frota local de veículos no mesmo ano chegou a 883.676 unidades, o que dá uma média de um automóvel para cada grupo de 2,7 moradores, a maior entre todas as unidades federativas do país. Fontes: Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão – SPMG//DF e DETRAN/DF, 2007.

⁸¹ Termo usado de acordo com a aceção de Silva (2003, p. 252): “Os primeiros homens e as primeiras mulheres que vieram para o Planalto Central ocupar Brasília”.

agora é tocada por dona Neusa, que o comerciante China faleceu vítima de acidente de trânsito e, por isso, a madeireira está nas mãos da irmã Maria, e faz questão de dizer nome e sobrenome completo do proprietário do Supermercado Espírito Santo, de quem é freguês há mais de trinta anos: “Aqui, meu filho, tem violência, sim. Mas a gente conhece todo mundo, bate-papo, sai, faz rodinha na rua e, de vez em quando, até chama o vizinho pra tomar café com um pedaço de bolo e contar um segredo...”

A fala de dona Avani incorpora o conceito relacional de “identificação” de Maffesoli (1999), traduzido no vocábulo *persona*, construído essencialmente pela comunicação e a absorção de todas as potencialidades humanas, como a imaginação, os sentidos e o afeto. *Persona* dialoga com a noção de “tribo”, desenvolvida pelo mesmo autor, e com o conceito de “teia de relações” de Elias (1994), e ainda com o de *socius* ou “pessoa”, proposto por Freyre (1973) pois, também para este autor, é por meio da cultura, da organização social e da vida em grupo que o indivíduo, enquanto ser biológico, se completa “ou se alonga em personalidade”.

Enquanto Nunes (1997) indaga como alguém consegue morar em uma cidade sem calçada, esquinas e sem os botecos tipo “copo sujo”, assim conhecidos devido a seu desmazelo, e onde placas oficiais avisam que não se deve buzinar⁸², fortalecendo a imagem da “cidade do silêncio” de Silva (2003), dona Avani experimenta o ambiente tribal da Ceilândia Norte, sintetizado na comensalidade da divisão do bolo regado ao cafezinho que o sociólogo não encontra na impessoalidade do Plano Piloto. Enquanto a filha Maria Caléria reclama que as pessoas de Brasília — o “avião” de Wesley — mal dão bom dia no elevador, a mãe faz rodinha na rua para conversar com a vizinhança.

Maffesoli (1998) diz que beber com amigos, falar de assuntos banais, como talvez tenham sido os segredos compartilhados por dona Avani, são “rituais minúsculos da vida” que constroem o cotidiano, provocam o “sair de si”, do qual fala também Chauí (2002), e produz o cimento que amálgama o tribalismo e o dia-a-dia da moradora da Ceilândia. O autor vê as cidades formadas por diversas tribos urbanas, como a dos jornalistas, mendigos, funcionários públicos, entre outras. Por analogia, percebo os filhos dos candangos também como uma tribo. Afinal, trata-se de um grupo bem definido, com características próprias, a começar pela origem, arraigada à forte história de vida dos pais, a ponto de Cleide dizer que se identificava apenas com o pai, não com a cidade. Embora o princípio essencialista já tenha sido desde há muito ultrapassado,

⁸² Nas principais vias de acesso à cidade, era comum ver placas com a seguinte inscrição: “Senhores visitantes, em Brasília evitamos buzinar”.

como afirmam diversos autores, entre eles, Silva (2000), Woodward (2000) e Hall (2005), a herança biológica ainda se faz presente, em grau variado, na construção do *socius* ou “pessoa” (FREYRE, 1973). Alguns hábitos, como o de falar alto, típico da cultura nordestina, ainda são claramente observados entre os depoentes, cuja personalidade às vezes é marcada por arroubo de altivez: “Não moraria lá jamais”, assegura Vanessa, cabeça erguida, referindo-se com certo desdém ao Plano Piloto. “Eles encaram a realidade de uma maneira diferente, tem outros valores. Eu dou muito valor à amizade. Aqui me sinto mais aconchegada”, justifica-se a depoente, reafirmando o princípio da diferença inerente ao conceito de identidade. Maffesoli (1998) diz que cada pessoa, ou “persona”, é um microcosmo, “cristalização e expressão do macrocosmo geral”. Vanessa, em particular, e Ceilândia, em geral, representam micro e macrocosmos distintos daqueles separados pela distância de trinta e três quilômetros e pela brutal diferença da renda familiar. Na abordagem em que preconiza a substituição do individualismo pela primazia do grupo, Maffesoli (1998, p. 31) afirma: “Depois da estética (o sentir comum), e da ética, (o laço coletivo), o costume é, seguramente, uma boa maneira de caracterizar a vida quotidiana dos grupos contemporâneos”.

O autor assinala que é o conjunto dos usos comuns que permite o grupo se reconhecer como aquilo que é. Vanessa não se reconhece no grupo do Plano Piloto por vários motivos. Entre eles, está a ética da amizade, que constitui um de seus principais laços coletivos e de outros entrevistados como Cleide, 33 anos, curso superior completo, filha de seu Júlio, baiano de São Desidério: “Nas cidades-satélites, a gente consegue manter um nível de amizade mais intenso”.

Os depoimentos indicam que os costumes que regem a comunidade de Ceilândia são diferentes daqueles cultivados pela “elite”. Jaqueline, 31 anos, segundo grau completo, funcionária de uma agência de automóveis, conta que já passou muita dificuldade na vida. Chama especial atenção em seu depoimento uma situação que remonta aos tempos difíceis do início de Ceilândia, impensável em uma cidade “fechada” e “elitista” como o Plano Piloto: “Sem nada para fazer o almoço, tinha dia que minha mãe batia na porta de um vizinho pra pedir um pouco de arroz”. Enquanto a mãe de Jaqueline completa a ceia dos filhos com ajuda do vizinho, Cleide divide o espaço do estabelecimento comercial da família para ensinar artesanato gratuitamente aos moradores: “As pessoas aqui são mais receptivas, mais verdadeiras, têm compaixão pelas outras”.

A experiência vivida por Jaqueline e a declaração de Cleide assemelham-se ao comportamento observado nas tribos por Maffesoli (1998), onde os gestos de solidariedade — ou a compaixão pregada por Cleide —, as diversas formas de ajuda mútua, a relação tátil, emocional e afetual contribuem para a superação das dificuldades daqueles que gravitam no mesmo círculo de influência.

4.2.5 — Cosmopolitismo

“O bairrismo do povo contrastava com o cosmopolitismo dos fidalgos”. Mais uma vez faço uso do dicionário⁸³, pois a frase dele extraída, originária da obra do escritor português Antero de Figueiredo⁸⁴, encerra alguns aspectos diretamente ligados à categoria em discussão, entre eles: 1) a questão do bairro, motivo de controvérsia (e confusão) tanto no meio da população quanto entre os teóricos; 2) o “cosmopolitismo”, substantivo que embute a idéia de miscigenação cultural e identitária, situação que muito incomodou os entrevistados nesta pesquisa, como será visto ao longo desta abordagem.

Basta perambular pelas ruas, prestar atenção no linguajar dos moradores, nas conversas acaloradas dos feirantes e clientes, para perceber que a população de Ceilândia tem uma forte herança nordestina, manifestada nos hábitos culturais, na comida, religiosidade e, claro, em alguns aspectos de caráter físico. A explicação pode ser obtida nos idos anos cinqüenta, que compreendem o período da construção, uma vez que a grande maioria dos migrantes, 43%,⁸⁵ haviam nascido em municípios daquela região. Em 1997, apesar do crescimento e conseqüente miscigenação da população, esse índice ainda era de 34,2%, conforme mostra o Quadro 4, a seguir.

⁸³ Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (2004, p. 564).

⁸⁴ Leonor Teles. Lisboa: A Editora, 1905.

⁸⁵ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1959), apud Holston (1993).

Quadro 4— Naturalidade da população de Ceilândia (DF), 1997

ESTADO	%	ESTADO	%
Acre	0,21	Paraíba	4,39
Alagoas	0,08	Paraná	0,11
Amapá	0,08	Pernambuco	1,58
Amazonas	0,02	Piauí	6,87
Bahia	7,21	Rio de Janeiro	1,03
Ceará	6,09	Rio Grande do Norte	1,85
Distrito Federal	45,66	Rio Grande do Sul	0,09
Espírito Santo	0,27	Rondônia	0,02
Goiás	7,83	Roraima	0,00
Maranhão	6,05	Santa Catarina	0,02
Mato Grosso	0,30	São Paulo	0,75

Fonte: CODEPLAN/Pesquisa de Informações Sócio-Econômicas das Famílias do DF, 1997

O cordel, manifestação cultural típica da região Nordeste, é um dos principais elementos identitários da população daquela cidade-satélite. A Casa do Cantador, um edifício de arrojada linha arquitetônica, projetado por Oscar Niemeyer, constitui um importante marcador simbólico de construção e fixação de identidade da comunidade de Ceilândia. Localizado na QNN-32, lá se realiza o Festival Nacional de Repentistas. A cidade-satélite também é palco do tradicional Forró Comunitário, o “Forrolândia”, e de diversos eventos juninos com sons e sabores nordestinos.

A origem cultural predominantemente nordestina explica porque 17 dos 25 entrevistados eram filhos de imigrantes daquela região. E enquanto os traços da cultura nordestina dão certa nitidez ao perfil identitário da população de Ceilândia, o mesmo parece não acontecer em relação ao Distrito Federal, se visto em sua totalidade e pelo olhar dos moradores daquela cidade-satélite, como o de Cleide:

Existe uma miscigenação muito grande em Brasília. Tem gente de todos os lugares, com várias culturas. A cultura nordestina, a cultura gaúcha, a dos goianos, a cultura dos mineiros, a cultura dos baianos — meu pai, mesmo, é baiano. Isso me incomoda, parece que me sinto uma estranha aqui. Tudo leva a crer que não pertenço ao lugar e que Brasília não tem identidade própria (Cleide).

A presença de populações de diversas origens influencia o cotidiano da cidade, que ganha hábitos multiculturais e, por extensão, cosmopolitas (SILVA, 2003). A inter-regionalidade da capital já havia chamado bastante atenção de Freyre (1968). “Brasília representa uma nova perspectiva para o Brasil inteiro: a perspectiva de um Brasil

verdadeiramente inter-regional no seu modo de ser Nação una e, ao mesmo tempo, plural: um Brasil feito de Brasis” (FREYRE, 1968, p. 177).

Típico do cosmopolitismo, a cidade ainda é vista pela maioria dos depoentes como uma “terra de oportunidades” pela sua capacidade de absorção de mão-de-obra, conservando, em parte, a imagem de “Capital da Esperança” de seus primórdios⁸⁶. Mas, para Nunes (1997), a multiplicidade de culturas regionais observada por Cleide ainda não foi capaz de produzir o esperado dinamismo no cotidiano da capital, como aconteceu em algumas metrópoles neste fim de século — São Paulo e Nova Iorque, por exemplo — onde a movimentada vida cultural transforma os espaços da cidade, geralmente localizados no centro, criando um ambiente multicultural, diversificado, tenso e novo. Um dos desafios de Brasília, afirma o autor, é o de encontrar uma “identidade própria” que represente o somatório da realidade brasileira, assim como fez a cidade do Rio de Janeiro ao longo de seu reinado de capital da República.

Os entrevistados vêem o cosmopolitismo como um fator negativo, desagregador, por dificultar o nascimento da “carga empática” (MAFFESOLI, 1999) que sedimenta os vínculos de uma relação de grupo ou tribal. Seguindo o mesmo raciocínio, o fato de a cidade abrigar culturas de todas as regiões compromete a identificação dos usos e costumes que constituem o “laço misterioso” das relações de dimensão microcós mica, como são as de nível individual.

A culinária brasileira, influenciada pelas culturas afro e indígena (FREYRE, 2002), serviu de inspiração para um dos entrevistados. E, registre-se, com absoluta pertinência, pois, de acordo com Woodward (2000, p. 42), “A cozinha é também uma linguagem por meio da qual falamos sobre nós próprios e sobre nossos lugares no mundo”. A comida está, portanto, diretamente associada ao conceito de identidade, uma vez que ajuda a marcar diferenças entre indivíduos ou grupos.

Conforme muito apropriadamente observou Dorisvaldo, curso superior completo, policial militar e filho de goianos, enquanto o gaúcho assa o churrasco, o carioca cozinha a feijoada, o baiano se identifica com o acarajé, o mineiro saboreia o tutu de feijão, o paraense louva o pato no tucupi, o nordestino enche a boca d’água pela carne de sol, o brasiliense ainda não tem um prato que serve de “marcador simbólico” de seu cardápio.

⁸⁶ A idéia de “terra de oportunidades” é atribuída principalmente ao Plano Piloto, responsável pela geração de 2/3 dos postos de trabalho do Distrito Federal (PAVIANI, 2006).

Quem nasceu aqui é candango, não é? Mas ele não tem aquela cultura definida, porque quem nasceu aqui tem um pedacinho do Piauí ou de Goiás junto. Então, são várias culturas totalmente diferentes, misturadas. Ele não tem aquela coisa que o goiano tem: o arroz com pequi. (Dorisvaldo).

Segundo a percepção de alguns entrevistados, cada uma das cidades-satélites constitui um mundo próprio, com modos, perfis econômicos e sotaques diferentes. As identificações por meio da diferença são feitas até para distinguir Ceilândia de Taguatinga, cujos territórios, pela proximidade, até se misturam em alguns pontos:

Aqui em Brasília, se você está num lugar, as pessoas são de um jeito; se você está em outro lugar, elas já são muito diferentes e você não sabe como se comportar direito diante de cada situação. Se vou ao Plano Piloto, tenho que agir de uma maneira; se vou no Setor O (Ceilândia), que é aqui colado, tenho que agir de um jeito muito diferente, porque existe uma discrepância muito grande. O lugar não precisa ficar muito longe um do outro. Por exemplo, em Taguatinga, as pessoas têm um comportamento bem diferente de quem mora no Cruzeiro, onde eu sinto que as pessoas são mais calmas, pacatas, por assim dizer. Quem mora no Plano Piloto, é mais fechado, as pessoas lá são mais frias, distantes. No Lago Sul então, nem comento... Porque aí, sim, a diferença é enorme até por causa do nível de renda, que é muito alto. E se você sai daqui e vai até o Setor P Sul (extensão da própria Ceilândia), você já encontra pessoas ainda mais simples e bem mais abertas, que conversam de tudo... (Cleide).

As diferenças registradas pelo olhar de Cleide levam à seguinte pergunta: Brasília tem bairro? E ainda: Ceilândia é um bairro ou uma cidade (satélite)? A dúvida e inovadora definição das áreas da capital, identificada por setores, siglas, números e também por cidades-satélites (ou “regiões administrativas”), entre outras referências, pode estar contribuindo para fortalecer o estigma de “cidade fria” e diluir o sentimento de pertença da população em relação à cidade. De acordo com Maffesoli (1998), as práticas de vizinhança, próprias dos bairros, favorecem o afeto e a construção das redes de relações. O ideal comunitário de bairro, afirma o autor, é contaminado pelo imaginário coletivo e envolve uma forte carga simbólica. Silva (2003), que discute a questão sob a ótica de Brasília, salienta que o bairro é uma categoria referencial das cidades brasileiras, mas seu significado gera uma grande dúvida entre os habitantes do Distrito Federal, conforme mostram os diálogos que ela manteve com algumas de suas fontes:

Diálogo 1:

- Qual o nome da cidade onde você mora?
- *Pegadinha? (risos). Guará. Guará, Distrito Federal.*
- E o bairro?
- *O que é isso? (risos). É Guará, o bairro. Não tem bairro aqui, não. Você não conhece Brasília, não? (risos).*
- A cidade é Guará? Sem bairro?
- *Sem bairro (risos). É porque nós não temos bairro.*

Diálogo 2:

- Qual o nome da cidade onde você mora?
- *Riacho Fundo.*
- E o bairro?
- *É... é Riacho Fundo mesmo.*
- O bairro também é Riacho Fundo?
- *Isso. Não tem bairro aqui. Brasília é dividida por quadras, e não bairros.*

Diálogo 3:

- Qual o nome da cidade onde você mora?
- *Eu moro em Taguatinga.*
- E o bairro?
- *É... QNJ⁸⁷.*
- QNJ?
- *Você quer o endereço?*
- Não, o bairro mesmo.
- *O bairro é Taguatinga Norte, né?*

As respostas obtidas por Silva (2003, p. 72 e 73) indicam que o ideal de bairro, entendido de acordo com a acepção de Maffesoli (1998), não faz parte da cultura urbana brasileira. A falta de consenso sobre o uso da categoria “bairro”, sobretudo em relação às cidades-satélites, segundo a pesquisadora, contém uma ambigüidade significativa pelo fato de envolver dois estatutos da prática cotidiana (bairro e cidade), o que explica a dubiedade observada na fala de seus depoentes. De acordo com a mesma análise, a ausência de bairros, além de alterar a percepção das diferentes partes que constituem o tecido da cidade, afeta as práticas associativas ordinárias, bastante influentes no processo de construção das identidades urbanas. “Pensar nos bairros de Brasília impõe, primeiramente, que se identifique aquilo que se entende por Brasília”, afirma ainda Silva (2003, p. 71). Em busca dessa resposta, Paviani (2005) vai à origem do nascimento da cidade. Para o autor, a confusão em torno do significado daquilo que seja Brasília começou quando os administradores abriram espaço para a criação da primeira cidade-satélite, Taguatinga, em 1958, com a finalidade de abrigar os habitantes das

⁸⁷ Abreviatura de Quadra Norte “J”.

favelas e dos antigos acampamentos de operários. “Vem destas ações do GDF⁸⁸ a confusão com a denominação da Capital”, afirma o autor em artigo publicado na imprensa⁸⁹.

É de todo sabido que Brasília deveria ter sido uma cidade fechada, compacta, coincidindo com o território onde foi implantado o plano piloto de Lúcio Costa. Se tivesse sido assim, o município de Brasília teria apenas uma cidade, justamente aquela construída a partir da prancheta dos arquitetos (PAVIANI, 2005).

Mas, segundo relata o mesmo autor, não foi isso que aconteceu ao longo dos anos. Em função da política habitacional excludente e do inchamento populacional, a capital da República evoluiu para o que ele denomina de “cidade polinucleada”, formada pelo próprio Plano Piloto, pelas cidades-satélites e pelos “núcleos esparsos”, todos sob o abrigo do município de Brasília. Enquanto nas cidades tradicionais os bairros ficam ao redor ou na vizinhança do centro, em Brasília, eles foram implantados longe do centro (Plano Piloto) e bastante separados uns dos outros, explica ainda o geógrafo. “A singularidade do Plano Piloto confirma a fragmentação espacial e social de Brasília, pois as cidades-satélites não se amalgamam nem física nem economicamente com o núcleo principal da cidade, funcionando como apêndice do mesmo”, completa, por sua vez, Castello Branco (2006, p. 13).

Paviani (2005) considera inadequado o emprego do substantivo cidade-satélite, mas entende também que a substituição do termo por “região administrativa” (RA) aumentou ainda mais a dubiedade. Segundo o autor, além de abranger um território mais amplo do que os núcleos urbanos por elas delimitados, a nova nomenclatura funciona mais como uma rubrica contábil para definir alocação de recursos. Talvez por isso, não foi assimilada pela população, sendo utilizada quase que exclusivamente nos gabinetes oficiais.

Cabe observar ainda que o nome das regiões administrativas segue a mesma cultura gráfica de endereços, cifrada em siglas e números, adotada na capital desde a fundação. É pertinente supor que a impessoalidade dessas abreviaturas dificulte ainda mais a identificação dos espaços da cidade pelos moradores e, também, o nascimento da “carga empática” que fortalece os vínculos das relações de grupo (MAFFESOLI, 1999). A seguir, a relação das RAs com seus respectivos núcleos urbanos: RA 1 (Brasília), RA

⁸⁸ Governo do Distrito Federal.

⁸⁹ Brasília Complexa. *Correio Braziliense*, 19.04.2005.

2 (Gama), RA 3 (Taguatinga), RA 4 (Brazlândia), RA 5 (Sobradinho), RA 6 (Planaltina), RA 7 (Paranoá), RA 8 (Núcleo Bandeirante), RA 9 (Ceilândia), RA 10 (Guará), RA 11 (Cruzeiro), RA 12 (Samambaia), RA 13 (Santa Maria), RA 14 (São Sebastião), RA 15 (Recanto das Emas), RA 16 (Lago Sul), RA 17 (Riacho Fundo), RA 18 (Lago Norte), RA 19 (Candangolândia). Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias do Distrito Federal (SEPLAN), acha-se em estudo a criação de outras “RAs”.

A dificuldade em definir Brasília foi observada também entre os entrevistados desta pesquisa. Das vinte e cinco pessoas que responderam à pergunta de número 11 do Roteiro de Entrevistas, quatorze vêem Brasília como sendo apenas o Plano Piloto, e as demais, o conjunto formado pelo próprio Plano Piloto e as cidades-satélites. Os depoimentos mostraram uma predominância do uso da categoria “candango” como referência de naturalidade. Doze se identificaram como “candango”, nove escolheram o termo oficial “brasiliense” e quatro entenderam que os dois adjetivos têm o mesmo significado e não definiram suas preferências.

Em relação a uma das questões propostas nos objetivos — averiguar os significados atuais das categorias identitárias candango, pioneiro e piotário, a partir das concepções definidas por Holston (1993) —, foram registradas as seguintes percepções:

1) Pioneiro: 17 dos 25 entrevistados consideram “pioneiro” aquele que participou da construção da capital, referindo-se tão somente aos operários, os que “pegaram no pesado”, “botaram a mão na massa”, incluindo os próprios pais.

2) Candango: no entendimento de 17 dos 25 depoentes, “candango” é aquele que chegou depois da inauguração da cidade ou que nela nasceu, apresentando, neste último caso, o mesmo significado do adjetivo “brasiliense”⁹⁰. Tanto nas situações do item “1” e do item “2”, oito dos entrevistados não perceberam diferença entre os vocábulos pioneiro e candango.

3) Piotário: todos os 25 depoentes afirmaram desconhecer o referido neologismo.

Os pais constituem a principal referência de memória do grupo pesquisado, seguidos pela figura do presidente Juscelino Kubitschek no item “pessoas e personagens”, relacionado por Pollak (1992). O fundador de Brasília é o único personagem histórico da época citado nas falas, por apenas sete depoentes, em meio ao

⁹⁰ “O natural ou habitante de Brasília” (Ferreira, 2004, p.326).

total silêncio feito a nomes como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Bernardo Sayão e Israel Pinheiro.

Os demais elementos constitutivos da memória dos filhos dos candangos, pela ordem de frequência, são: 1) **acontecimentos**: acidentes de trabalho, violência policial, brigas entre operários, mortes e “viradas”; e 2) **lugares**: edifício do Congresso Nacional, o “Vinte e Oito”, Catetinho, canteiros de obra, alojamentos de operários, Esplanada dos Ministérios, barragem do Lago Paranoá, Vila do IAPI, Vila Planalto e VELHACAP, atual Candangolândia. Outros elementos citados: mato, poeira, dificuldade, insegurança, desconforto, solidão, sofrimento, esperança, otimismo, coragem e esperança.

Volto agora àquela cena em que Tereza admira a vista monumental da Esplanada dos Ministérios. Mesmo chateada com a vida, ela faz questão de expressar, sem meias palavras, o amor que sente pela cidade, sentimento que fica mais claro quando vislumbra o cenário “apaixonante” do pára-peito da Estação Rodoviária. Chauí (2002, p. 32) diz que o olhar tem a faculdade de “sair de si e trazer o mundo para dentro de si”, e Thompson (1993) destaca a capacidade de projeção da memória entre os membros de uma mesma família, neste caso, entre pai e filha. Nesta pesquisa, os filhos vêem os pais como heróis, os titãs de Holston (1993), e uma importante referência de vida: “Tento me espelhar na vida de meu pai” (Cleide); “Baseio minha vida na vida dele” (Gilson); “Venci graças ao exemplo que ele me deixou” (Clério). São muitas as declarações em que os pais, em sua singeleza — alguns mal sabiam ler ou escrever —, são tidos como transmissores de lições de vida. Bresciani e Naxara (2004) comentam o episódio relatado por Benjamin (1996), em que um pai, no leito de morte, revela aos filhos que havia deixado um tesouro escondido no solo do vinhedo que cultivava. Mais tarde os filhos descobriram que o tesouro que haviam recebido de legado era a “preciosa experiência” do pai em sua maneira de plantar, o que garantiria a abundância da colheita e a prosperidade dos herdeiros. Herança semelhante parece ter deixado os candangos aos filhos aqui entrevistados.

Ao olhar a Esplanada dos Ministérios, Tereza parece trazer o mundo para dentro de si junto com o amor e a admiração que sente pelo pai. “Janela da alma, espelho do mundo” (Chauí, 2002). As duas imagens, Brasília e pai, se fundem em um mesmo sentimento. “O que amam os Olhos? Rigorosamente, a formosura — a forma e figura do belo”, indaga e responde ao mesmo tempo a autora. Tudo indica que só havia lugar para o belo na alma de Tereza, postada no pára-peito da Estação Rodoviária. Pois, como

ensina Bachelard (2000), a imagem vem sempre antes do pensamento e de qualquer racionalização, ainda mais em instantes especiais como aquele.

Quando, porém, Tereza e os demais entrevistados estão no ambiente da Ceilândia, onde a paisagem não tem a mesma formosura dos palácios do Plano Piloto, o ressentimento aflora nas palavras. Mas, apesar da contundência, a mágoa não se mostra capaz de sobrepor à admiração que os depoentes, unanimemente, manifestam pela cidade que os pais construíram. É o caso de Keila, que saiu de Ceilândia para morar em uma das quadras da periferia da Cidade Ocidental (GO), ao lado do marido e uma escadinha de quatro filhos. Parece haver aí uma relação de amor e ódio em que coexiste dois lados de uma mesma moeda. Mas, ao jogá-la sobre a palma da mão, o que mais reluz é o brilho de um tesouro guardado na memória: “Me lembro como hoje do brinquinho de ouro que meu pai me deu e das galinhas que minha mãe criava no quintal” (Keila).

CONCLUSÕES

O processo de construção da identidade dos filhos dos candangos tem raízes longínquas e tão profundas quanto as fundações que sustentam alguns edifícios da capital. O pilar inicial foi fincado quando os pais, em busca de melhores condições de vida, partiram rumo à “Capital da Esperança”, trilhando uma trajetória de perdas e ganhos, incertezas e ambigüidades, a começar pelo próprio significado do termo candango pelo qual foram identificados logo que chegaram ao canteiro de obras da futura sede do governo federal. A aventura significou bem mais do que uma “dupla ruptura” — aquela representada pela partida da terra natal e, depois, pela chegada à região (SILVA, 2003). Um dos primeiros pontos de tensão foi causado pela necessidade de aprenderem, enquanto trabalhavam, as tarefas de um ofício que não dominavam, o da construção civil. Refêns da inexperiência e das precárias condições de trabalho a que eram submetidos, conviviam permanentemente com o temor de ser a próxima vítima de um acidente fatal e, ainda, de cair nas mãos da milícia que policiava um território quase fora da lei, porque, em algumas situações, o estado de fato (inaugurar a capital a qualquer custo) prevalecia sobre o estado de direito.

O dia-a-dia dos candangos foi quase sempre acompanhado por um contraponto de dor ou de dúvida. Pois, enquanto davam duro no alto dos andaimes ou nos buracos das fundações, eram afligidos pela memória nostálgica de um passado recente, sublimado pela lembrança dos entes familiares. E ao mesmo tempo em que os discursos oficiais inebriavam cada vez mais o sonho de um futuro promissor, o Estado nada lhes oferecia de palpável, como contrapartida, após concluída a grande empreitada.

É possível afirmar que JK seguiu a retórica populista das décadas de 40 e 50, consagrada por Getúlio Vargas, que exaltava o papel dos trabalhadores no processo de desenvolvimento do país. O presidente, que tinha como vice João Goulart, filiado ao PTB de Vargas, usou o poder da fala e seu inegável carisma para levantar os ânimos dos operários e, com isso, garantir o chamado “ritmo de Brasília”, que viabilizaria a execução de seu ambicioso projeto.

Este trabalho mostra uma ligação direta entre o urbanismo da capital e o fenômeno de “exclusão socioespacial” (PAVIANI,1997) que separa, de um lado, o Plano Piloto (“cidade dos chiques”) e, de outro, Ceilândia (“cidade dos pobres”). Brasília paga o preço de ser uma cidade onde a escala humana, em vários pontos de seu traçado, é substituída pela velocidade do automóvel; as cidades-satélites, distantes do

Plano Piloto, não são percebidas como bairro, e onde também os habitantes não têm a oportunidade de vivenciar a experiência do centro, espaço tradicional da vida urbana, no qual as diferenças de classes são às vezes e, ainda que momentaneamente, neutralizadas pelo frenesi do corpo-a-corpo do povo nas calçadas.

Contudo, a configuração urbanística, por si só, não explica o quadro de “exclusão socioespacial” vivido pelos filhos dos candangos. Os depoimentos e os dados levantados nesta pesquisa indicam que as políticas de habitação e de ocupação territorial, segregativas e viciadas por velhas práticas eleitoreiras, somadas à gritante desigualdade de renda, são fatores bem mais determinantes do que a quilometragem que separa as cidades-satélites da capital projetada pelo arquiteto Lúcio Costa. Oportuno registrar que o lote adquirido — comprado, não doado — por ocasião da remoção da Vila do IAPI em 1971, é citado, em todas as falas, como a conquista material mais importante realizada pelos pais desde que chegaram a Brasília. Ao mesmo tempo, a não-aquisição da casa própria aparece como uma das principais frustrações dos filhos.

As remoções desataram ou, no mínimo, afrouxaram importantes laços de identificação criados durante os mais de dez anos de convívio nos antigos acampamentos. Situação que se aplica também aos filhos, crianças acostumadas a brincar de pés descalços nas ruas de chão batido dos núcleos pioneiros, onde já tinham feito suas rodas de amigos, eleito as brincadeiras preferidas, construído os refúgios de seus segredos e de sua fértil imaginação. Pode-se dizer que os pais e os filhos constituem um segmento social cuja história foi marcada pela desconstrução e reconstrução de seus referenciais de identidade. Ambos trocaram o ambiente familiar de origem por uma condição de estrangeiridade, porque a inóspita Ceilândia de 1971 era uma terra tão estranha para os filhos quanto a Brasília dos anos cinquenta havia sido para os pais. A trajetória de um e de outro envolveu um processo de desenraizamento, de quebra de laços culturais, frustrações e recomeços. Tudo isso produziu um acúmulo de sentimentos, muitos deles contraditórios, em que as palavras de indignação dos filhos são às vezes silenciadas pela forte imagem do pai-herói.

A pluralidade cultural de Brasília ajuda a criar, entre os entrevistados, a imagem de uma cidade sem identidade própria. O fato de abrigar cidadãos de todas as regiões do país, em uma grande confluência de hábitos, costumes e características diversas, faz com que a capital seja percebida como culturalmente indefinida, a começar pelo seu próprio cardápio alimentar: ressalte-se aqui a observação feita por um dos depoentes de

que a população do Distrito Federal ainda não tem o seu “arroz com pequi”, prato típico da culinária goiana.

É possível inferir que a construção da identidade da população local, ou o “cozimento” daquilo que parece ser hoje um “mexido” feito com ingredientes de todas as culturas regionais, ainda não tenha se tornado visível, ou deixado claro seu sabor, devido à relativa pouca idade da capital. O que acontece hoje em Brasília poderá vir a ser a confirmação daquilo que já preconizava Freyre (1968), ao dizer que a constituição inter-regional da cidade, “um Brasil feito de Brasis”, produzirá um dia o que resolveu chamar de “brasileiros de um novo tipo” ou, ainda, uma geração mais “completamente” brasileira, resultante de uma intensa rodada de miscigenação, na qual se estreitam as relações entre o litoral e o centro, o Norte e o Sul e, ainda, entre o país e o próprio mundo, devido, talvez, à presença das representações diplomáticas na capital.

A seguir, as principais conclusões relativas aos objetivos subordinados estabelecidos neste trabalho:

- 1) — Os filhos dos candangos entrevistados alimentam um forte ressentimento por se perceberem, junto com os pais, excluídos sócio e espacialmente do Plano Piloto. Ao mesmo tempo, expressam intensa admiração pela cidade, o que pode ser entendido como uma projeção da profunda admiração que eles têm pelos pais. É possível também que a admiração dos candangos pelo presidente Juscelino Kubitschek tenha influenciado o sentimento de admiração que os filhos nutrem pela capital e, principalmente, pelos próprios pais: “Comparo o papel do meu pai ao de JK: morreu para fazer o bem para os outros” (Florisvaldo).
- 2 — O principal elemento de constituição da memória dos filhos dos candangos são os próprios pais (“pessoas”), vistos na figura de pai-herói.
- 3 — Os termos “pioneiro” e “candango” passaram por um novo processo de resignificação em relação às acepções observadas por Holston (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Manoel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2004.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BACHELARD, Gaston. **A Psicanálise do Fogo**. Lisboa: Estúdios Cor, 1938.
- BAKHTIN, Mikail. **Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BERGER, John. **Modos de ver**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- BEÚ, Edson. **Expresso Brasília: A História Contada pelos Candangos**. Brasília: LGE, 2006.
- BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**, vol. 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**. São Paulo: Nobel, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOZI, Alba Livia. **Charges: o riso como contestação na imprensa**. Artigo publicado no IV Encontro Nacional da História da Mídia. São Luís: 2006.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & FIGUEIREDO, Janaina Amado Baptista de (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BRAYNER, Natália Guerra & MAGALHÃES, Nancy Aléssio. Impactos da história de Brasília na (re)criação de identidades e direitos de moradores da Vila Planalto. In: COSTA, Cléria Botelho da & MAGALHÃES, Nancy Aléssio (orgs.). **Contar história, fazer história**. Brasília: Paralelo 15, 2001.

- BRAYNER, Natália Guerra. Sentidos dilatados: identidades e representações em Brasília. In: **Oralidade e Outras linguagens**. Cadernos do Ceam/Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- BUARQUE, Cristóvam. **O que é apartação: o *apartheid* social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CABRAL, João de Pina. **Identidades Inseridas: algumas divagações sobre identidade, emoção e moralidade**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004: www.ics.ul.pt/corpo_cientifico/pinacabral/pdf/identidadesinseridas3, acesso em 01.02.2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil, 1956-1998**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- CARVALHO, Iracilda Pimentel. Brasília: Imagens e Representações. In: COSTA, Cléria Botelho & MAGALHÃES, Nancy Aléssio (Orgs.). **Contar história, fazer História**. Brasília: 2001, Paralelo 15.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1948.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTELLO BRANCO, Maria Cecília Campos. **Brasília: narrativas urbanas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org). **Arquitetura da Modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.
- CHAUI, Marilena. Janela da Alma, Espelho do Mundo. In: NOVAES, Adauto, **O Olhar**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002
- CORREA, Carlos Humberto P. **História Oral, Teoria e Técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978.
- COSTA, Cléria Botelho da. **Sob o Signo da Subjetividade: O Conflito das Interpretações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

- COSTA, Cléria Botelho da. Memórias Compartilhadas. In: Costa, Cléria Botelho & Magalhães, Aléssio (orgs). **Contar história, fazer história**. Brasília: Paralelo 15, 2001.
- COSTA, Cléria Botelho da. A palavra: um desafio à modernidade. In: Cabrera, Olga (org). **Experiências e Memórias**. Goiânia: CECAB Editorial, 2001.
- COSTA, Heloísa Soares de & BATISTA, Maria Elisa. A Arquitetura Silenciosa. In: Castriota, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da Modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro, Ediouro, 1992.
- DA MATTA, Roberto. **Considerações Sócio-antropológicas sobre a Sociedade Brasileira** (Informe de consultoria apresentado em 20.11.2001 ao Banco Interamericano de Desenvolvimento): www.codigodeetica.es.gov.br, acesso em 23/10/2006.
- DARNTON, Robert. **O Grande Massacre dos Gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DIAMOND, Jared. **Colapso**. Rio de Janeiro. Record, 2006
- DRIESSEN, Henk. Humor, Riso e o campo: reflexões da antropologia. In: Bremmer & Roodenburg (org). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- DUBY, Georges & LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. Rio de Janeiro: J Zahar, 1994.
- FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar**. Campinas: Papiurus, 2000.
- FILHO, José Moura Gonçalves. Olhar e Memória. In: NOVAES, Adauto. **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2004.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

- FREYRE, Gilberto. **Sociologia: Introdução ao Estudo dos seus Princípios**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1973.
- FREYRE, Gilberto. **Brasis, Brasil e Brasília**. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- FRIGERIO, Alejandro. “A alegria é somente brasileira”. In: FRIGERIO, Alejandro & RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Argentinos e Brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis (RJ). Vozes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História e Testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível**. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2004.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GOFFMAN, Erving (1988). **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOFFMAN, Erving (1975). **A Representação do eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**, São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HANS, Georg Gadamer. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAROCHE, Claudine. Elementos para uma Antropologia Política do Ressentimento: Laços Emocionais e Processos Políticos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível**. Campinas (SP): Unicamp, 2004.
- HENRIQUE, Isabel Castro. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-950). In: **Textos de História**, vol. 12, n. 1/2. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JABUR, Pedro de Andrade Calil. **Brasília: o avesso da utopia?**: www.unb.br/ics/itinerancias, acesso em 18.09.2007.

JENKINS, Keit. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado, para uma semântica de los tiempos históricos**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

KUYUMJIAN, Márcia; MELLO, Maria T. F. Negrão; SANTOS, Carolina Cássia Batista. Vivências cotidianas do trabalho informal em Brasília. In: **Ser Social**, n. 9. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

KUYUMJIAN, Márcia. Quando o Trabalho é Transformado em Ressonância do Passado. In: Costa, Cléria. **Um Passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; BRITO, Priscila Salvato. As Ocupações dos Sem-Teto na Discursividade da Cidade. In Orlandi, Eni (org.). **A Cidade Atravessada**. São Paulo: Pontes, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Candangos e Pioneiros**. Universidade de Brasília, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1994.

LIMA, Emanuel, JEVAN, Manoel. **A Ceilândia Hoje**. Brasília: Art Letras Ed., 2007.

LOPES, Wílon Wander. **Ceilândia tem Memória**. Brasília: KLK Comunicação, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta & MAGALHÃES, Themis Quezado de. **Imagens do Espaço: Imagens de Vida (Um Estudo sobre Brasília)**. Série Antropológica. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

MACHADO, Maria Salete Kern; SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. **Ceilândia: Mapa da Cidadania**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **No Fundo das Aparências**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das Tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **A Conquista do Presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MAGALHÃES, Nancy Aléssio & LITWINCZIK, Virgínia. Vozes Vivas ou Congeladas? Tramas de Lutas na História Oral. In: **Tramas, espelhos e poderes na memória** (Cadernos do Ceam/Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória). Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

MAGALHÃES, Nancy Aléssio. Narradores: vozes e poderes de diferentes pensadores. In: COSTA, Cléria Botelho da & MAGALHÃES, Nancy Aléssio (orgs.). **Contar história, fazer História**. Brasília: Paralelo 15, 2001.

MAGALHÃES, Nancy Aléssio. **Narrativas em vídeo**: oral e visual como experiência de configuração de sentidos e temporalidades na história (CD “VI Encontro Nacional de História Oral – Tempo e Narrativa”). ABHO – CNPQ e USP, 2002.

MAGALHÃES, Nancy Aléssio; MATSUMOTO, Roberta K.; NUNES, José Walter. Memória e História Oral: esquecimento e lembrança no movimento de identidades. In: **Oralidade e Outras Linguagens**. Cadernos do Ceam/Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2003

MELO, Mônica Martins de. **A Relação entre Unidade de Conservação e Comunidade do Entorno – Estudo de Caso**: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

MENDES, Manuel. **Meu Testemunho de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1997

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília. In **Brasília**: a construção do cotidiano. Brasília: Paralelo 15, 1997

NUNES, Christiane Girard Ferreira. Identidade e Cultura: Reflexões sobre uma Categoria Sócio-profissional. In: NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). **Brasília**: a Construção do Cotidiano. Brasília: Paralelo 15, 1997.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **Por que Construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília**: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Campinas (SP): Pontes, 2003.

PAVIANI, Aldo. **Para quem se programam ações de governo?** (Trabalho apresentado durante o fórum “Brasília em Questão: a Universidade e as Eleições de 2006 no DF”). Brasília, 2006.

PAVIANI, Aldo. **Brasília, capital da esperança ou ilha da fantasia**. Brasília: jornal *Gazeta Mercantil*, 23.04.2001.

PAVIANI, Aldo. **Brasília Complexa**. Brasília: jornal *Correio Braziliense*, 19.04.2005.

PAVIANI, Aldo. Brasília: Cidade e Capital. In: **Brasília, a Construção do Cotidiano**. Brasilmar Ferreira Nunes (org.). Brasília, Paralelo 15, 1997.

- PAVIANI, Aldo. Gestão do território com exclusão socioespacial. In: Paviani, Aldo (org.). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade: Espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. In: **Representações. Revista Brasileira de História**, v. 15. São Paulo: Contexto, 1995.
- PFEIFFER, Cláudia. Cidade e Sujeito Escolarizado. In: Orlandi, Eni (org.). **A Cidade Atravessada – os sentidos públicos no espaço urbano**. São Paulo: Pontes, 2001.
- PINTO, Maria Novaes (org.). **Cerrado**. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, v.2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988.
- RABELAIS, François. **Gargantua**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. A Construção de Identidades e a Política de Representação. In: Ferreira, Lúcia M. A. & Orrico, Everlyn G.D. (orgs.), **Linguagem, Identidade e Memória Social**. Rio de Janeiro: DPCA, 2002.
- Revista Brasileira dos Municípios**, n. 49/52. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- Revista **Nosso Século**, v. 8. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- Revista **Nosso Século**, v. 9. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- RESENDE, Mara L.S. **Ceilândia em Movimento**. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança. Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.
- RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**, tomo I. Campinas (SP): Papyrus, 1994.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy & BRITO, Priscila. As Ocupações dos Sem-Teto na Discursividade da Cidade. In: **Cidade Atravessada**. ORLANDI, Eni P. Campinas (SP): Pontes, 2001.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento**: www.curriculosemfronteiras.org: acesso em 22.03.2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial, e para Além de Um de Outro**. Coimbra, 2004: www.ces.uc.pt/, acesso em 02.05.2006.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Nádya Terra Sampaio dos. **Por uma Lexicografia Produtiva: 1º Segmento do 1º Grau**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: www.filologia.org.br, acesso em 30.10.2007.
- SAYÃO, Léa. **Meu pai, Bernardo Sayão**. Brasília: Senado Federal, 1985.
- SILVA, Inaê Elias Magno da. **Brasília, a Cidade do Silêncio**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **A Construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. **Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1983.
- SOUZA, Renato César José de. A Arquitetura em Belo Horizonte nas Décadas de 40 e 50. In: Castriota, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da Modernidade**, v. 1. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- STEINBERGER, Marília. Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional. In PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília — gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora UnB, 1999.
- TEIXEIRA, Hermes Aquino. **Brasília, o outro lado da utopia**. Departamento de Geografia e História. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. In: DINIZ, Eli; LOPES, José; PRANDI, Reginaldo (Orgs.). **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- VASCONCELOS, Adirson. **A Mudança da Capital**. Brasília: Independência, 1978.
- VASCONCELOS, Adirson. **A Epopéia da Construção de Brasília**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

- VIANNA, Fernando Mendes. **Marinheiro no Tempo**. Brasília: Thesaurus, 1986.
- WEINSTEIN, Bárbara. **(RE) Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN/Universidade São Francisco, 1999.
- WERNER, Michael e Benedicte Zimmermann, Pensar a história cruzada: entre a empiria e a reflexividade. In: **Textos de História**, vol. 11, n. 1/2. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis: Vozes, 2000.
- XAVIER, Alberto (org.). **Lúcio Costa: sobre arquitetura**. Porto Alegre: UniRitter, 2007.
- ZACKSESKI, Cristina. **Segurança como qualidade de vida: o caso de Brasília**: www.planalto.gov.br/CCIVIL: acesso em 07.05.2007.
- ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa. **A sobrevivência da Vila Planalto**: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.